

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

THAÍSA VILELA FONSECA AMARAL

*“Existirmos, a que será que se destina?”: Trabalho e reconhecimento no
tráfico de drogas varejista*

Belo Horizonte

2020

THAÍSA VILELA FONSECA AMARAL

***“Existirmos, a que será que se destina?”: Trabalho e reconhecimento no
tráfico de drogas varejista***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial à obtenção do título
de Doutora.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e Saúde

Orientadora: Prof.^a Dra. Vanessa Andrade de
Barros.

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

150 A485e 2020	Amaral, Thaísa Vilela Fonseca. “Existirmos, a que será que se destina?” [manuscrito] : trabalho e reconhecimento no tráfico de drogas varejista / Thaísa Vilela Fonseca Amaral. - 2020. 177 f. Orientadora Vanessa Andrade de Barros. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia. 1.Psicologia – Teses. 2. Tráfico de drogas - Teses. 3.Reconhecimento (Psicologia) - Teses. 4. Trabalho - Teses.5 . Desamparo (Psicologia) - Teses. I. Barros, Vanessa Andrade de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.
----------------------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



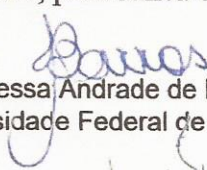
FOLHA DE APROVAÇÃO

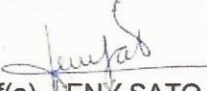
**“EXISTIRMOS, A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?”:
RECONHECIMENTO E TRABALHO NO TRÁFICO DE DROGAS
VAREJISTA**

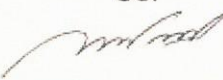
THAÍSA VILELA FONSECA AMARAL

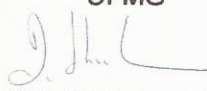
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Trabalho, Sociabilidade e Saúde.

Aprovada em 30 de novembro de 2020, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Vanessa Andrade de Barros - Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais


Prof(a). LENY SATO
USP


Prof(a). Marco Aurélio Máximo Prado
UFMG


Prof(a). Dominique Lhuillier
Conservatoire National des Arts et Métiers


Prof(a). Paulo César Zambroni de Souza
Universidade Federal da Paraíba

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2020.

DEDICATÓRIA

Para
Marina Ramos Vilela
e Maria Constantina Chaves da Silva.

AGRADECIMENTOS

Se a tese comporta o percurso de sistematização de um pensamento, entendo que são nos encontros, aqueles que nos afetam, que tecemos modos de interpretação e transmissão do que se inscreve como experiência nesses anos todos de estudos. É na potência dos encontros que cultivamos e colhemos palavras/afetos que viram e reviram formando ideias basilares para a composição de um pensamento.

Partindo dessa compreensão, considero a sessão de agradecimentos como chave de leitura fundamental para o que se passa a ler a seguir. Ela me parece fornecer pistas do modo como somos afetados pelo mundo. Nesta árdua tarefa de “*tesear*” fui afetada por *tanta gente e tantos mundos*, que as pistas aqui registradas não conseguiram estar à altura devida, mas certamente cumprem a função de reconhecer a importância de cada uma das pessoas abaixo mencionadas.

À minha mãe, Marina Vilela, a quem dedico este trabalho, por me ensinar tanto, por sua generosidade, por seu cuidado, por sua trajetória, por sua luta e por sua força. O trabalho que ora apresento é, sem sombra de dúvida, fruto de um esforço seu na valorização dos estudos, o qual acolho no processo de transmissão. Tenho um orgulho enorme e me sinto verdadeiramente grata por ser sua filha.

Agradeço imensamente à Maria Constantina, a quem também dedico este trabalho na expectativa de conseguir devolver ao menos um pouco de tudo que aprendo contigo e por sua competência em cuidados que transformam diariamente a vida de muitas pessoas. Não tenho palavras para expressar o tamanho do meu agradecimento a ti. Tua delicadeza, serenidade, disponibilidade e vitalidade para a construção de um mundo mais justo são fontes de inspiração para mim. Obrigada por tanto, minha querida amiga!

À minha amiga e orientadora há 12 anos, Vanessa Barros, por sua presença formadora, por seu empenho em abrir mundos aos seus alunos, por sua potência libertária. Sua coragem para enfrentar desafios, sua capacidade de colocar saberes em transmissão e sua aposta no outro são traços absolutamente singulares de sua existência que muito admiro. Agradeço-lhe pela condução de minha formação acadêmica e por ser tecelã de tantas redes de pesquisas e de afetos, resultado de um trabalho sempre *apertado de*

costura. Agradeço também por não só provocar, mas trazer concretude ao *sonho parisiense*.

Aos moradores do Conjunto Palmital agradeço enormemente por abrirem a porta de suas casas, por compartilharem suas histórias de vida, pela confiança na responsabilidade de minha escuta e pelos saberes partilhados. O dilema em torno da importância do anonimato me colocou na terrível posição de reiterar fronteiras às quais tanto luto para derrubar. Não é sem indignação que deixo de fazer o registro nominal de todas as pessoas que contribuíram para que este trabalho se tornasse possível. Em nome de Maria, Maria Vitória, Raimundo, Gomes, Atitude Feminina, Jhou, Menino, Filho e Rodrigues, nomes fictícios que aparecerão ao longo deste trabalho, espero trazer algum reconhecimento sobre a importância de todas as pessoas com as quais estive no Conjunto Palmital.

À professora Dominique Lhuillier pela generosidade e carinho com que me recebeu e me orientou no período em que estive em Paris, pelo respeito e admiração ao seu trabalho e por aceitar, mesmo com todos os obstáculos que as fronteiras do idioma impõem, participar da minha banca. À equipe de pesquisa do *Centre de Recherche sur le Travail et Développement*, por me receberem com acolhida e pelas trocas. Agradeço de forma especial a Éric Hamraoui, a Haud Guéguen e a Gilles Amado. Agradeço também a Pierre Roche pelos tantos cafés acompanhados de um diálogo profícuo sobre o universo do tráfico de drogas, pelo material enviado e por me contar, com entusiasmo, sobre os processos de luta histórica da democracia francesa.

Aos professores Marco Aurélio Prado, Leny Sato e José Alfredo Debortoli pela leitura cuidadosa e pelas valiosas contribuições no período de qualificação deste trabalho. Aos professores Marco, Leny e Paulo Zambroni agradeço também por aceitarem compor a banca final desta tese. À professora Maria Luíza Nogueira, suplente dessa banca, agradeço por facilitar percursos e por fazer da ciência, *Praia*.

Ao Laboratório de Estudo sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos da UFMG, por ser lócus de produções libertárias. Agradeço especialmente às amigadas tecidas em torno desse espaço e projeto comum: à Marcela Sobreira, por saber pronunciar com poesia, o impronunciável; à Daniela Tonizza, por trazer consistência aos modos antimanicomiais do caminhar no trato com a loucura; à Fabiana Goulart, por

compartilharmos a beleza do trabalho que se faz nos bastidores; à Carol Couto por desvelar saberes e enfrentamentos significativos onde só se vê dependência; à Laís Di Bella, por seu engajamento na luta contrária às mutilações do viver; à Naiara Silva, por saber conjugar um feminismo abolicionista.

À Universidade Federal de Minas Gerais, à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, certamente minha segunda casa durante os últimos 15 anos, e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Agradeço aos trabalhadores dessa universidade: professores, servidores técnico-administrativos e profissionais da equipe de limpeza, que são pilares da grandeza dessa casa. Que a universidade pública e gratuita seja sempre lócus de expressão do pensamento crítico e de qualidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes) pela bolsa de estudos concedida para a realização do estágio doutoral no *Conservatoire National des Arts e Métiers* (CNAM) em Paris, uma importante experiência exotópica de pesquisa e de vida. Que as políticas de internacionalização sejam fortalecidas e possam ser expressão da derrubada de fronteiras e da circulação de saberes.

À *Bibliothèque Nationale de France* (BNF) e aos profissionais que aí trabalham. As condições de trabalho que encontrei ali foram marcos em minha trajetória acadêmica.

À equipe do projeto *Impactos psicossociais do encarceramento no cotidiano das famílias e em sua relação com presos(as) e egressos(as)*, pela difícil e importante tarefa de erigirmos uma produção efetivamente comprometida com transformações sociais.

Ao Instituto DH, por ser espaço de resistência. De forma especial agradeço à Emília, Elenir, Juliana, Gleisiane, João Batista, Carolyne e Isabella por me ensinarem que a construção de uma sociedade pautada pelos direitos humanos se faz em sustentações diárias.

À Maria Célia Matos, por seu trabalho rigoroso e primoroso de revisão desta tese.

No trânsito entre a universidade e os demais espaços da vida, quero abraçar e agradecer:

À Natália Salles, pela amizade de tantos anos, por ser apoio e presença, mesmo estando em outros cantos do mundo. À Thaís Utsch, pelas sintonias e por tantas coisas compartilhadas. À Monique Araújo, pelas conversas precisas. À Rafaela Vasconcelos, pelas ricas interlocuções.

À Cristina Morais, por sua aposta incondicional no meu saber e por sua alegria. Você é sempre um estímulo imenso para que eu persista. À Lidianne Braga, pelas nossas deliciosas conversas nos intervalos de atendimentos no consultório.

Ao Rusvel Nantes e ao Marcelo Sorrechia, agradeço por serem presença, pelas parcerias e carnavais. Ao Ricardo, por sermos, há tempos, vizinhos de vida, e ao Manuel Marçal, pela sensibilidade literária e musical.

Às amigas e aos amigos que tornaram a experiência do estrangeiro uma festa. À Débora Matoso, pela maneira como sustenta seu modo de *savoir y faire*. À Marília Velano, por saber encantar palavras. À Maura Cristina, pela força do feminino. Ao Henrique Vertchenko e ao Thiago Landi por serem companhias para *flanar*. Ao André Salles e à Amanda Cunha, pela vizinhança alegre.

Em nome de Claudia e Frederico, agradeço a toda a família Corradi Sander por todo acolhimento.

À Cynthia Lima e ao Leonardo Madeiro, por todo incentivo, desde sempre.

À Thereza Bruzzi, pela precisão da escuta e pelas intervenções poéticas.

À vizinha pianista, cujo rosto desconheço, pelas inúmeras vezes, durante a escrita desta tese, que sua sonoridade interrompeu meus pensamentos duros trazendo levezas e delicadezas.

Por fim, agradeço de forma muito especial, aos meus familiares.

À minha mãe, mais uma vez e sempre. Ao meu pai, Geovani, um cara orgulhoso das filhas que tem, agradeço por sua enorme sensibilidade e pelos gestos de amor. Cultivo em mim muitos de seus ensinamentos e modos de ser.

Agradeço às minhas irmãs: Raíra, cuja expressão de cuidado e afeto transbordam *ad infinitum*. Tenho um orgulho imenso de seguir na travessia da vida ao seu lado; Júlia, por alegrar meus dias com suas perguntas e descobertas. Que privilégio é lhe ver crescendo!

Às mulheres Vilelas, pela força da presença. À minha vó Dorinha, por tantos rastros seus em minha existência. À Lívia, que traz acolhimento na dura poesia concreta das esquinas paulistanas.

Agradeço com muito carinho e de maneira muito especial à Sílvia. Nosso vínculo de amor permeia a tessitura desta tese, tornando-a expressão e ato do que se produz em nosso encontro. Agradeço por se fazer interlocutora de ideias, por acompanhar tão de perto este processo, por não me permitir esquecer *insights*, por celebrar cada pequeno passo desta jornada, por cada gesto de afeto e pela alegria de a cada dia descobrirmos o que viver juntas quer dizer. Amo você!

A vitalidade social, quando iluminada pelos poderes que a pretendem vampirizar, aparece subitamente na sua primazia ontológica. Aquilo que parecia inteiramente submetido ao capital, ou reduzido à mera passividade, a “vida”, aparece agora como reservatório inesgotável de sentido, manancial de formas de existência, germe de direções que extrapolam as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos.

(Pelbart, 2008, p.3)

RESUMO

Amaral, T. V. F. (2020). *“Existirmos, a que será que se destina?”: Trabalho e reconhecimento no tráfico de drogas varejista*. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

O objetivo desta tese é analisar a relação entre trabalho e reconhecimento social no tráfico de drogas varejista de Minas Gerais. Partimos de algumas questões: poderíamos afirmar a existência de uma função social desse trabalho? Como as atividades no tráfico conferem reconhecimento aos que nela estão inseridas? Como esse reconhecimento opera na construção de sociabilidades? Sob a perspectiva teórico-metodológica das clínicas do trabalho, buscamos responder a tais questões por meio de uma abordagem do tipo etnográfica do trabalho com a utilização de entrevistas, observações engajadas e a participação de uma co-pesquisadora. Propomos uma reflexão sobre o nexo entre trabalho e reconhecimento argumentando que a inserção no tráfico de drogas se fez, para os trabalhadores que entrevistamos, como uma passagem importante no trânsito entre legalidades/ilegalidades, que tem a dimensão de um acontecimento e é proveniente da vivência de uma experiência de desamparo. Veremos que, diante de tantas contradições, explorações, violações e violências da vida social contemporânea, é no e pelo trabalho no tráfico de drogas que essas pessoas encontram uma maneira de se projetarem no futuro, de alargar as possibilidades do viver, de buscar reconhecimento, de resistir, enfim, de garantir a existência.

Palavras-chave: Tráfico de drogas. Trabalho. Reconhecimento. Transmissão; Desamparo.

ABSTRACT

Amaral, T. V. F. (2020). *“To exist, what is it for?”: Labor and recognition in the retail drug trafficking*. (Doctoral thesis). Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte.

The objective of this doctoral thesis is to analyze the relationship between labor and social recognition in the retail drug trafficking in Minas Gerais. We started from the following questions: could we affirm the existence of a social function in this labor? How do trafficking activities confer recognition to those in it? How does this recognition operate in the construction of sociability? Under the theoretical-methodological perspective of labor clinics, we seek to answer such questions through an ethnographic approach of labor with the use of interviews, engaged observations and the participation of a co-researcher. We propose a reflection on the nexus between labor and recognition, arguing that the insertion in drug trafficking was made, for the workers we interviewed, as an important passage in the transit between legalities / illegalities, which has the dimension of an event and comes from the experience of helplessness. We will see that before so many contradictions, exploitations, violations and violence in contemporary social life it is in and through the work in drug trafficking that these people find a way to project themselves into the future, to expand the possibilities of living, to seek recognition, to resist, to finally guarantee existence.

Keywords: Drug trafficking. Labor. Recognition. Transmission. Helplessness.

RESUMÉ

Amaral, T. V. F. (2020). *«Nous existons, à quoi cela se destine-t-il?»: le travail et la reconnaissance dans le trafic de drogues au détail*. (Thèse de doctorat). Faculté de Philosophie et Sciences Humaines, Université Fédérale de Minas Gerais, Belo Horizonte.

L'objectif de cette thèse est d'analyser le lien entre le travail et la reconnaissance sociale dans le trafic de drogues en détail de Minas Gerais. Nous partons de quelques questions telles que: pourrait-on affirmer l'existence d'une fonction sociale de ce travail? Comment les activités dans le trafic confèrent-elles reconnaissance à ceux qui y sont insérés? Comment cette reconnaissance opère-t-elle dans la construction de la sociabilité? Sous la perspective théorique méthodologique des cliniques de travail, nous cherchons à répondre à ces questions par voie d'un abordage de type ethnographique du travail avec l'utilisation d'entretiens, d'observations engagées et la participation d'une co-chercheuse. Nous proposons une réflexion sur le lien entre travail et reconnaissance avec l'argument que l'insertion dans le trafic de drogues s'est fait, pour les travailleurs que nous avons interrogé, comme un important passage dans le flux entre légalités/illégalités, qui possède la dimension d'un événement et qui est provenant d'une expérience vécue de désaïde. Nous verrons que face aux nombreuses contradictions, exploitations, violations et violences de la vie sociale contemporaine, c'est dans et par le travail dans le trafic de drogues que ces personnes rencontrent une manière de se projeter vers le futur, d'élargir les possibilités de la vie, de rechercher la connaissance, de résister et, d'enfin, garantir l'existence.

Mots-clés: Trafic de drogues. Travail. Reconnaissance. Transmission; Désaïde.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APACs	Associações de Proteção e Assistência aos Condenados
AVCI	Acidente vascular cerebral isquêmico
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAO-DH/MPMG	Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário do Ministério Público de Minas Gerais
Cesec	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CHISBEL	Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte
COEP-UFMG	Comitê de Ética em Pesquisa
COHAB	Companhias de Habitação
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GEPAR	Grupo Especializado no Policiamento em Áreas de Risco
GFI	<i>Global Financial Integrity</i>
GRAMPE	Grupo de Apoio ao Menor Padre Eustáquio
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
INSTITUTO DH	Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos
IPEA	Instituto de Economia Aplicada
LabTrab/UFMG	Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos
LEAP Brasil	Associação dos Agentes da Lei contra a Proibição
ONG	Organizações não governamentais
PBPD	Plataforma Brasileira de Política de Drogas
Plambel	Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI	Serviço Social da Indústria
SUAPI	Subsecretaria de Administração Prisional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICEF	<i>United Nations International Children's Emergency Fund</i>
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Mapa do Conjunto Palmital, 2011.	61
FIGURA 2. Bandeira-poema Seja Marginal / Seja Herói (1968), de Hélio Oiticica.	140
FIGURA 3. O Herói Anti-Herói e o Anti-Herói Anônimo, de Hélio Oiticica.....	144

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1. DE ONDE SE PARTE	25
1.1. Pressupostos norteadores	28
1.2. Trama biográfica: presença necessária ao fazer científico.....	33
2. ALCANÇAR O INÍCIO: A metodologia	41
2.1. Campo de pesquisa: o Conjunto Habitacional Palmital.....	58
3. ENTRETECER: Enquadramentos de vidas	65
3.1 A história de Maria	66
3.2 A história de Maria Vitória	70
3.3 A história de Raimundo	73
3.4 A história do casal Atitude Feminina e Gomes	75
4. “A GENTE VIVE NA RUA, APRENDE TUDO NA RUA MESMO”: produção de saberes sobre o trabalho no tráfico de drogas varejista	79
4.1. Absorver sabedorias para bordar compreensões	86
5. “COM NÓIS É DIFERENTE, NÓIS SÓ SE FODE, SÓ DE CÊ MORAR AQUI, CÊ JÁ É FEITO LIXO”: A administração dos indesejáveis	88
5.1 Das massas marginalizadas sem função na reprodução do capital: um pequeno apanhado dos antecedentes teóricos	90
5.2 Do “trabalho morto” na produção de valor ao “trabalho de morte” na política.....	97
5.3 O valor diferencial dos seres humanos	102
5.4 “Zé Ninguém”: Os “que não são, embora sejam”	107
6 “O POVO É DE LUTA”: Garantindo (re)existências	112
6.1 Acontecimento e desamparo	116

6.2	A propósito do nexó entre trabalho e reconhecimento	122
6.3	Uma via para se fazer existir	129
7.	NOTAS FINAIS	133
	APÊNDICE A – Hélio Oiticica	140
	REFERÊNCIAS	145
	ANEXO A – Justificativa de ausência do TCLE	160
	ANEXO B – Documento de Informações ao Participante de Pesquisa	162
	ANEXO C – Resumo Substancial em Língua Francesa (Résumé Substenciel en Langue Française)	163

INTRODUÇÃO

*existirmos, a que será que se destina?
pois quando tu me deste a rosa pequenina
vi que és um homem lindo e que se acaso a sina
do menino infeliz não se nos ilumina
tampouco turva-se a lágrima nordestina
apenas a matéria vida era tão fina
e éramos olharmo-nos intacta retina
a cajuína cristalina em Teresina.*
Cajuína, Caetano Veloso, 1979.

Cerca de 269 milhões de pessoas no mundo, 5,3% da população mundial entre 15 e 64 anos, usaram drogas em 2018, é o que aponta o Relatório Mundial sobre Drogas 2020, publicado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime [UNODC] (UNODC, 2020). O mesmo relatório estima que, entre 605.000 e 970.000 famílias em todo o mundo, entre 2017 e 2018, se dedicaram ao cultivo de culturas consideradas ilícitas. Dados da *Global Financial Integrity* [GFI] (GFI, 2017) apontam que o comércio de drogas movimentou, em 2014, entre 426 e 650 bilhões de dólares ou cerca de 1% do PIB mundial, valores estes considerados conservadores dada a complexidade metodológica para a estimativa de transações que se realizam no campo da ilegalidade.

No Brasil, o III Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas Pela População Brasileira (Bastos, 2017) mostrou que 15 milhões de pessoas reportaram o uso de drogas tidas como ilícitas em algum momento da vida. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), atualizado em dezembro de 2019, o comércio de drogas é a segunda maior causa de aprisionamento no país, responsável por 20% do total da população prisional. No caso da população carcerária feminina, crimes relacionados a drogas são responsáveis pelo aprisionamento de aproximadamente 51% das mulheres. A Lei de Drogas¹ de 2006 é apontada como um dos principais fatores para o exponencial aumento da população prisional do país; desde sua aprovação houve

¹ Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm.

um crescimento de 88%, totalizando 755 mil presos e presas, em dezembro de 2019 (Infopen, 2019).

Importante notar que os dados apresentados pelo III Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas Pela População Brasileira, o mais completo já realizado no país, mostram que os brasileiros percebem o crack com maior potencial de risco de morte, quando o próprio levantamento e outros estudos já têm evidenciado que o álcool é a substância que mais provoca danos à saúde, que podem resultar em morte, e que a incidência de problemas relacionados ao uso de drogas consideradas ilícitas, do ponto de vista epidemiológico, é menos significativo do que o alardeado².

Tratar do campo das drogas é ter que se haver com esse universo de números e cifras suntuosas sempre em crescente expansão. Expansão à qual se conjugam um aparato repressivo bélico e estratégias vocabulares igualmente crescentes. Vício, adição, dependência química e psicológica, entre tantos outros termos, surgem como tentativas de trazer alguma sustentação do ponto de vista científico para uma distinção farmacológica de substâncias psicoativas que se faz estritamente em nível ideológico³. A fragilidade dessa distinção e o fracasso das políticas repressivas decorrentes dela ficam evidenciados em numerosas pesquisas, das quais seria interessante destacar justamente os relatórios mundiais sobre drogas publicado pela UNODC, a agência das Nações Unidas referência no que tange à proposição de respostas para o que vem sendo chamado de problema das drogas. Os relatórios publicados pela organização⁴ evidenciam, ano após ano, que as respostas das nações no enfrentamento ao problema das drogas têm resultado em um ciclo vicioso que termina por fortalecer o crime organizado.

Talvez pudéssemos mesmo dizer que a robustez dos números apresentados associada a uma produção discursiva moralizante sobre a mercadoria droga e a práticas repressivas nos inebriam a ponto de acionar uma engrenagem antropofágica. Somos todos capturados, alguns pela instauração do medo, outros pelos tentáculos policialescos. No entanto, nos bastidores desse cenário há uma infinidade de trabalhadores constantemente

² Algumas pesquisas que reforçam este argumento podem ser vistas em (Fischer et al., 2010); (Flórez-Salamanca et al., 2013); (WHO, 2002); (CEBRID, 2005). Ver também: Plataforma Brasileira de Política de Drogas (2018).

³ Sobre o tema ver: Rodrigues (2004); Escohotado (1996).

⁴ Os relatórios publicados desde 1997 podem ser acessados em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/relatorio-mundial-sobre-drogas.html>

convocados a lidar com ameaças repressivas e fazer frente a elas produzindo e colocando em circulação a mercadoria droga.

Nesta pesquisa partimos de uma fissura nessa engrenagem para nos encontrarmos com os trabalhadores que atuam na ponta desse processo, aqueles que compõem o tráfico de drogas varejista⁵ e que, portanto, comercializam drogas em contextos de periferia. Everett Huges (1996) afirma que “o ofício de um homem é um dos componentes mais importantes de sua identidade social, do seu eu, e mesmo do seu destino em sua existência única” (p.76, tradução nossa)⁶. As complexidades do exercício de um trabalho que se realiza na ilegalidade e que está invólucro a tantos julgamentos morais impõem desafios importantes para essa construção identitária, para a busca de reconhecimento. Nesse sentido, tomamos esses desafios como interrogação e para propor a compreensão da relação entre trabalho e reconhecimento nesse contexto.

Partindo de outros problemas, mas com interrogações semelhantes, Caetano Veloso compôs a letra *Cajuína*. O trecho que inicia a canção e que recortamos para compor o título desta tese traz uma questão profundamente filosófica: “*existirmos, a que será que se destina?*” A pergunta, por si só, traria ressonâncias às motivações que estão na base desta pesquisa, a saber, a dramaticidade de um trabalho que conjuga rejeição social com a possibilidade de ser destino para a existência daqueles que o realizam. No entanto, a leitura atenta de cada trecho da canção e a referência do contexto que inspirou o compositor desvelam a potência do texto subjacente que Caetano Veloso magistralmente metaforiza.

Cajuína foi composta após um encontro de Caetano com o pai de Torquato Neto. Torquato, grande poeta piauiense, figura chave do movimento tropicalista e amigo de Caetano, suicidou-se em 1979, na data de seu aniversário. O encontro que aconteceu após o falecimento de Torquato poderia ser marcado pela dor e o aspecto trágico proveniente dessa morte, mas um gesto de acolhimento e sensibilidade que o pai de Torquato ofereceu a Caetano abrem para uma experiência outra. O que poderia ser lido como *a sina de um*

⁵ Definição de tráfico de drogas no varejo tal como proposta por Souza (2005), que acentua toda a logística de funcionamento do varejo realizada nas favelas. Não está incluído aqui o comércio que se realiza diretamente entre vendedor e consumidor alocado em territórios de classe média/alta.

⁶ Do original: «Le métier d'un homme est l'une des composantes les plus importantes de son identité sociale, de son moi, et même de son destin dans son unique existence »

*menino infeliz*⁷, um destino trágico, não *turva lágrimas* e abre para a constatação de que *apenas a matéria vida era tão fina*. A polissemia da palavra *fina* permite desvelar tanto a fragilidade da vida, sua precariedade, como a força de sua primazia.

O percurso que trilharemos neste trabalho trata de adentrar nas estruturas do que, em um momento primeiro, é cristalizado como uma *sina infeliz*, um destino que aparenta ser inevitavelmente trágico. No entanto, o atravessamento de *lágrimas* que não *se turvam*, que são *cristalinas*, nos conduzirá, de forma semelhante a Caetano, na percepção de que há algo que permanece, a vida em seu aspecto fino e pujante.

Para realizar tal empreitada, iniciamos o primeiro capítulo desta tese mostrando a linha de investigação que dá origem às interrogações de base para a pesquisa em tela, bem como apresentamos as escolhas ético-políticas que justificam os referenciais teóricos que enquadram as análises aqui realizadas. Nele nos debruçamos ainda sobre aspectos da nossa trajetória biográfica que pensamos serem mais significativos para a construção das molduras que orientam nosso olhar na forma de conhecer e interpretar o mundo.

No segundo capítulo partimos para a apresentação dos aspectos metodológicos que trouxeram corpo à forma de conduzir esta investigação, discorrendo sobre a construção do campo de pesquisa e o apresentando.

O capítulo três abordará os processos de transmissão de saberes profissionais no tráfico de drogas varejista a partir de duas vias principais: a primeira, as situações de transmissão que estão intrinsecamente conectadas com a cultura da comunidade em que as atividades do tráfico se realizam; a segunda, a partir da nossa atividade de trabalho, portanto, do agir científico enquanto uma atividade, apresentamos uma reflexão sobre como percebemos a transmissão dos saberes objeto de nossa compreensão.

No quarto capítulo discorreremos sobre as experiências históricas de opressões que atravessam a vivência da população periférica e demarcam um imperativo de

⁷ Goulart (2003) propõe uma interessante análise desconstrutiva da canção, sob as lentes da teoria de Jacques Derrida e, especialmente, sobre o trecho que complementa a frase aqui extraída *do menino infeliz não se nos ilumina*. Para o autor, a imperfeição sintática que aparece na dupla complementação verbal não “se” e “nos” ilumina é signo da perfeição poética da canção, “mostrando que a sina infeliz não se explica a si mesma (não se ilumina), assim como não faz o eu e o tu alcançarem a sua razão (não nos ilumina)” (p.27). Trata-se de uma referência à impossibilidade de compreensão do destino infeliz no fato mesmo, assim como não nos possibilita encontrar racionalidade.

aniquilamento, abrindo para interrogações acerca dos possíveis marcadores de existência e, mais especificamente, para os efeitos que tal imperativo produz para a dinâmica de reconhecimento.

No quinto capítulo propomos uma reflexão sobre o nexo entre trabalho e reconhecimento argumentando que a inserção no tráfico de drogas se fez, para os trabalhadores que entrevistamos, como uma passagem importante no trânsito poroso entre legalidades/ilegalidades, que tem ares de um acontecimento e cujo ponto é a vivência de uma experiência de desamparo. Veremos que, diante das contradições e violações da vida social contemporânea, a organização do trabalho no tráfico de drogas varejista reúne fatores importantes para a construção de sentidos sobre o fazer e para a busca de reconhecimento.

As notas finais têm a intenção de se apresentarem não como considerações ou sistematizações das análises feitas, mas literalmente como notas, comentários curtos que visam marcar, retomar, lembrar e abrir para o devir.

1. DE ONDE SE PARTE

Aprender a enxergar o enquadramento que nos cega para aquilo que vemos não é tarefa fácil.
(Butler, 2015, p.148)

15 de outubro de 2017, Viaduto Nove de Julho, Centro, São Paulo, por volta de 16h, domingo. Gritos, provavelmente, vindos das janelas vizinhas. Vozes espalhadas, cada uma advinda de uma janela de prédios diferentes da região, alternando-se a gritar: “Pula!”. Um olhar à procura do endereçamento dos gritos visualiza um homem, ao que parece entre 30 e 40 anos, negro, usando uma calça preta de tectel e uma blusa de malha branca, agachado na mureta do viaduto. Considerando os estereótipos, parece alguém advindo de classe popular. Não se sabe seu nome, sua idade, sua referência familiar, suas condições socioeconômicas, sua inserção profissional, seus hábitos. Não se sabe sua história de vida, suas trajetórias.

Na semana que antecedeu esse entardecer de domingo, estive debruçada em leituras sobre a periferia de São Paulo. Há uma semana na cidade, vivia um período breve de respiro das atividades de trabalho em Belo Horizonte e de mergulho na escrita do texto de qualificação da tese. Ler sobre a periferia de São Paulo era uma forma de arejar a cabeça, conseguir analisar o campo de pesquisa com algum distanciamento, mas mantendo uma imersão no tema. De fato, uma imersão. Não, esta tese não versa sobre o estatuto do ato suicida, nem mesmo sobre o contexto periférico de São Paulo, mas a cena descrita acima comporta elementos centrais para o caminho que aqui é percorrido. Da janela do apartamento, ver aquele homem em cima da mureta do viaduto e as consequentes ressonâncias do desejo mortífero que atravessa a experiência humana (portanto, minha, sua, dele e dos vizinhos que gritavam “pula”) assumiram um caráter de representação, de síntese, cujos desdobramentos serão apresentados ao longo deste texto.

Em razão dessa cena, inúmeros questionamentos nos atravessaram: Por que se deseja tanto que aquele homem – desconhecido por todos, atravessado pelo desejo, impulso, escolha e/ou imposição de subir em um viaduto e quem sabe pular, minando sua existência, ou vivenciando uma experiência de adrenalina, de confrontação com a morte

– de fato, morra? O que provoca aos que assistem tal cena? E para ele, o que significava, nesse instante em que, a princípio, fazia uma escolha entre manter-se em vida ou pular, ouvir, com tamanha intensidade, tantos gritos imbuídos dessa gramática mortífera? Ou ainda, como é possível manter a vida onde as manifestações do *eu* são sempre capturadas pelo Outro como um imperativo de aniquilamento?

A cena ocorrida em um contexto como a cidade de São Paulo – que, como bem assinala Oliveira (2011) em uma metáfora kafkaniana, trata-se de uma metrópole que transforma pessoas em insetos – me invadiu acionando percepções e preconceitos próprios ao senso comum, mas também ao senso acadêmico. Nesse esteio, a junção da imagem do rapaz na mureta do viaduto à presença sonora de uma classe que execra todo seu ódio aniquilador colou-se, por sua vez, à nossa experiência no campo da violência urbana com as pessoas que conhecemos em unidades prisionais e/ou em contextos de comercialização de drogas ilícitas.

A determinação acerca de uma oposição sobre a vida — Quem deve viver? Quem deve morrer? – foi objeto de interesse de meus estudos no âmbito do mestrado⁸. Na ocasião me debrucei sobre o funcionamento do tráfico de drogas varejista em uma microrregião de Minas Gerais, buscando compreender a atividade do “acerto de contas”. Pensava que o “acerto de contas” estava associado a um risco sempre iminente, inscrito em uma zona arbitrária de uma organização de trabalho – o tráfico de drogas – desenvolvida em contexto hostil, cuja tônica estava posta na desconfiança. Contudo, a imersão nessa realidade desconstruiu tal aparência, me tirou a percepção de certa arbitrariedade e me fez deparar com a prescrição, com o teor normativo estruturalmente inscrito nas relações de trabalho que são desenvolvidas no tráfico. O acerto de contas, nesse sentido, assumiu a forma de uma tarefa inscrita na gestão do trabalho e me permitiu compreender o funcionamento do tráfico de drogas no varejo não como um universo à parte, em total contraposição ao modo de se operar em uma sociedade capitalista, mas em formas particulares (porque ilegal) de engajamento com o mundo. (Amaral, 2014).

Entendemos que tal teor normativo, percebido em uma conjuntura histórica definida, demarca uma razão instrumental para o ato de matar. Nesse esteio nos

⁸ Amaral, T. V. F. (2014). Vamos à atividade do dia: o acerto de contas no trabalho do tráfico de drogas varejista. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

questionamos, durante esta pesquisa, se seria possível localizar e analisar o contexto em que são tecidas tais prescrições. Que sociedade estaríamos diariamente produzindo, capaz de tornar possível a existência de organizações de trabalho em que o humano é elevado à condição de instrumento, à produção de mortes? Afinal, para que exista um jovem que tenha como tarefa de trabalho ceifar a vida de uma pessoa, é preciso que haja uma sociedade que produza formas de trabalho como essa. (Amaral, 2014).

Pois bem, essa reflexão nos conduziu para o que talvez seja o ápice da exploração capitalista: a extração da mais-valia, assinalada por Marx (2011), rouba sempre uma porção da vida humana⁹ e a transforma em mercadoria, fonte de valor de troca. No âmbito do tráfico de drogas varejista, novos contornos assumem a forma do que Perlongher (1987) nomeia como uma mais-valia terrorífica, que rouba não mais uma porção da vida, mas sua totalidade. (Amaral, 2014).

Por outro lado, o comércio de drogas no varejo não permite recuar frente às diferentes facetas do tráfico, que assume aspectos contraditórios muitas vezes distantes de sua representação primária, sempre pautada pela violência. Que o tráfico seja entendido como possibilidade de geração de renda e, dir-se-ia, de reinserção produtiva, mesmo que de forma marginal, pois é inegável que possibilita a inserção na lógica de consumo. Contudo, se estamos transitando por uma seara laboral, constitui-se como aspecto igualmente importante dessa atividade a conquista de signos como prestígio e respeito. Para Carreteiro (2003), este tripé dinheiro, prestígio e respeito se consolida em dinâmicas de poder e reconhecimento. Nessa mesma perspectiva, Faria (2009) aponta que o tráfico de drogas se constitui numa prática atrativa não só pelo acúmulo de capital, mas também pelo reconhecimento social que a atividade permite aos que nela se inserem em uma “forma de sociabilidade extremamente peculiar” (p. 182). Sales (2007), por sua vez, assinala a importância da visibilidade, ainda que nos moldes de uma “visibilidade perversa”: “o reconhecimento social passa, portanto, a depender inteiramente da visibilidade” (p.254).

⁹ Além de afetar radicalmente as condições naturais e globais intrínsecas à reprodução da existência humana, alterando negativamente as relações sociometabólicas. As intensas devastações do meio ambiente ocasionada pelo capitalismo – envenenamento de água, ar e terra, a deterioração da qualidade dos alimentos, a devastação das florestas, o aquecimento global – são componentes do que tem sido chamado como “crise ecológica” e que tornam cada vez mais evidentes a incompatibilidade entre os traços predadores e destruidores do capital e a garantia de reprodução da existência da humanidade. Sobre o tema ver: Foster (2005), Mészáros (2003) e Fontes & Miranda (2014).

Nesse sentido, ao final desta pesquisa, como uma grande contradição, me deparei com um paradoxo: parece ser a partir de uma atividade de trabalho, que por vezes engloba justamente a subtração da vida de outrem, que o trabalhador do tráfico encontra sua assinatura e se faz ser visto (Amaral, 2014).

Para o trabalho em tela, parto desse paradoxo. Do que se apresenta como uma problemática, nesta pesquisa primeira, passo a me debruçar justamente sobre as especificidades dessa atividade de trabalho. Poderíamos afirmar a existência de uma função social deste trabalho? Como as atividades no tráfico conferem identidade e reconhecimento aos que nela estão inseridos? Como esse reconhecimento opera na construção de sociabilidades? Qual/quais a(s) diferença(s) da atividade de trabalho no tráfico no varejo em relação a outras funções laborais, sejam elas no campo formal ou mesmo no campo informal? Como se processa, nesse contexto, a relação entre trabalho e subjetividade?

1.1. Pressupostos norteadores

Sabe-se que a forma de apreender e sistematizar o mundo é consequência de um processo fundamentalmente histórico de problematizações e reflexões (Fassin, 2016). Os enquadramentos pelos quais conhecemos e interpretamos o mundo anunciam facetas dos problemas nos quais nos debruçamos. Ao se eleger uma face, renuncia-se a tantas outras. Como no enquadramento fotográfico, a imagem que se desvela diz de um ponto capturado pelo fotógrafo/observador, um ato subjetivo de seleção, que desvela parte de um cenário, uma (suposta) verdade que, ao ser emoldurada, dissocia-se da sua totalidade¹⁰.

No campo da ciência, as molduras que se tornam hegemônicas direcionam e, por vezes, transformam nossa forma de olhar e agir diante do mundo. Não há possibilidades de uma produção epistêmica dissociada do contexto cultural e político em que se está

¹⁰ A compreensão da imagem fotográfica como um enquadramento que condiciona interpretações é base para o desenvolvimento teórico que Judith Butler apresenta em *Quadros de Guerra: Quando a Vida é Passível de Luto*. Acorada em uma reflexão crítica sobre os textos da fotógrafa e escritora Susan Sontag, Butler (2015) interroga sobre como o enquadramento fotográfico se relaciona como nossa capacidade de sentir dor, de se comover, de estabelecer críticas morais e fazer análises políticas, e mostra como há uma operação de poder anterior ao enquadramento fotográfico delimitando o âmbito da representabilidade.

produzindo (Hissa, 2013). Contudo, quando se trata da operatividade desses “produtos epistemológicos”, poder-se-ia dizer que uma certa cristalização de imagens conduz a visualizações, julgamentos e esquemas de pensamentos únicos, ou talvez em poucos ângulos. Fora das bordas da imagem há todo o cenário que permanece por ser visto. Nesse processo corre-se o risco sempre de um exercício epistemológico dissonante de uma atitude ética ou mesmo de afirmação da vida.

Judith Butler (2015) muito tem nos ensinado sobre as formas de apreender uma vida. Para a autora, “o desejo de uma certeza epistemológica e determinado julgamento produz, assim, uma série de compromissos ontológicos que podem ou não ser verdadeiros, mas que são considerados necessários a fim de nos aferrarmos às normas epistemológicas e éticas existentes” (Butler, 2015, p.214).

No que tange aos traficantes de drogas em varejo, como apreendemos essas vidas? Galgada em uma concepção moral e disseminando uma ideia falaciosa – porque baseada “em marcadores políticos de pretensão científica” (Carneiro, 2013) – do risco, a política de proibição das drogas resultou, como bem aponta Maria Lúcia Karam (2012), em uma nociva e sanguinária guerra. Os noticiários tecem diariamente linhas associativas que colam a imagem do traficante à produção e à disseminação do mal, exibindo justificativas que o elevam à condição de inimigo a ser combatido. A atribuição de um caráter maligno, por vezes patológico, culmina em um processo de demonização do traficante e encobre uma construção discursiva pautada na separação radical entre o bem e o mal (Amaral, 2014).

A tão proclamada noção do risco tem validado práticas segregativas e mortíferas. Nesse sentido, não se trata verdadeiramente de uma guerra às drogas, que almeja evitar o suposto risco decorrente do consumo, mas sim de uma guerra às pessoas, que tem por finalidade o controle social, via apreensão e via extermínio. O deslocamento da questão da droga, sobretudo do tráfico de drogas, para o campo moral tem conduzido à construção de categorias equivocadas e à produção de análises superficiais e banalizantes do fenômeno. A promoção moralista da droga como o mal se desdobra para se concentrar no sujeito. As práticas – sejam de usuários de drogas (vício), sejam de traficantes de drogas (violência) – consideradas malignas contaminam esses sujeitos, produzindo seres ditos “diabólicos”, impregnados pelo “mau caráter” (Amaral, 2014).

Provocada por tais reflexões, buscamos agora interrogar as categorias analíticas que sustentam a compreensão sobre o trabalho no tráfico de drogas varejista, não com o intuito de encontrar uma suposta verdade, mas a partir de um pressuposto inicial de afirmação da vida. Nesse sentido, tomamos uma posição de antemão: a de levar adiante uma produção científica que tenha como foco a denúncia e a construção de possibilidades de transformação da ordem social vigente, que segrega, aprisiona e mata a população mais pobre e, sobretudo, a população negra do nosso país. Tal compreensão só se faz possível, a nosso ver, por meio de uma pesquisa militante¹¹ que tome como horizonte: a descriminalização e a legalização de todas as drogas, portanto, o fim da política de guerra às drogas¹², e o abolicionismo penal¹³ como um imperativo ético e político para a construção de novas formas de viver

Temos a dimensão do trabalho como categoria analítica central em nossas reflexões. Compreendemos o trabalho como atividade fundante, que cumpre função de mediação na relação homem e natureza, um processo dialético em que o homem em ação

¹¹ Adotamos como norte a definição de Jaumont & Varela (2016) sobre a pesquisa militante como aquela que designa “esse amplo espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática nas lutas populares em um processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com os objetivos de fortalecer o protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações” (Jaumont & Varela, 2016, p. 433). Apesar dos diferentes termos usados para tratar dessa forma de produção do conhecimento, tais como pesquisa participante, observação militante, pesquisa-ação, entre outros, concordamos com Bringel e Varela (2014) de que o uso do termo pesquisa militante torna-se fundamental considerando que há, “no âmbito acadêmico, tentativas recorrentes de deslegitimar o termo “militante”, conectando-o com a existência de uma vinculação acrítica a organizações político-partidárias e a um sistema de pensamento supostamente dogmático” (p.6).

¹² São inúmeros os trabalhos que destacam a importância do fim da política de guerra às drogas, contudo, não poderíamos deixar de fazer referência aqui ao importante legado, em cenário nacional, das pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre Psicoativos e dos trabalhos desenvolvidos pela Associação dos Agentes da Lei contra a Proibição (LEAP Brasil) e pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD). Em 2015, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) lançou uma importante campanha chamada “***Da Proibição Nasce o Tráfico***”, cujo principal objetivo é fomentar o debate público sobre os danos que a proibição de determinadas drogas causa à sociedade. O material da campanha pode ser acessado em: <https://cesecseguranca.com.br/evento/campanha-da-proibicao-nasce-o-trafico-abril-de-2015/>. Digno de nota são também os diversos guias produzidos pela PBPD em um esforço significativo para qualificar o debate em torno das políticas sobre drogas.

¹³ Entendemos o abolicionismo penal em sua radicalidade tal qual nos ensina Edson Passetti (2003, p.228): “o abolicionismo penal, nesse sentido, é uma heterotopia, uma estética da existência (quer liberar e não libertar), um estilo de vida, porque é impossível querer liberar a sociedade da punição se o castigo não for liberado no interior de cada pessoa”. Nesse sentido, nos alinhamos também à proposta de Louk Hulsman (1997) de que no percurso do abolicionismo penal é preciso caminhar, lado a lado, com um movimento também em direção ao abolicionismo acadêmico. É necessário e urgente a revisão de conceitos tidos como inquestionáveis, principalmente no campo do Direito. É necessário e urgente contestar a existência de uma ontologia do crime. É necessária e urgente sensibilidade intelectual que nos permita revisar todos aqueles conceitos que culminam por reificar condições que buscamos combater.

de transformação da natureza, transforma também a si próprio (Marx, 2011). Para Lhuillier (2005b, p.210, tradução nossa), o trabalho é “o palco onde atuam simultânea e dialeticamente a relação consigo próprio, a relação com o outro e a relação com o real”¹⁴. Por ser assim, estamos em consonância com a concepção do trabalho enquanto estrutura necessária e, portanto, em sua dimensão basilar e causal da sociabilidade humana, tal como nos ensina Lukács (2012). Portanto, na premissa do materialismo histórico dialético, no “reconhecimento da historicidade como fundamento epistemológico” (Infranca, 2014, p.34) e, conseqüentemente, na compreensão marxista do trabalho como “esfera ontológica última do ser humano” (Vaz, 2001, p.150) é que está apoiado o cerne das análises que serão aqui apresentadas.

Tal assertiva, para além de ser um exercício de apresentação e precisão de pontos basilares que orientam as interpretações que agora registamos e, portanto, de uma apresentação dos materiais com os quais trabalhamos para construir uma moldura, sempre inacabada, sempre sujeita a diversas outras elaborações, torna-se ainda mais fundamental, na medida em que nos apoiamos, no percurso de construção desta tese, em abordagens disciplinares diversas e, ainda, em sistemas conceituais cujo alicerce está posto em campos epistemológicos diferentes daquele que tomamos como base. Partimos de um desconforto intelectual permanente, tal como nos ensina a ergologia de Yves Schwartz (2009). Compreendemos que não se pode permanecer em um conforto de interpretações estabilizadas ou determinações unilaterais sobre o agir humano. Nesse sentido, são necessárias convocações epistêmicas diversas, confrontações pluridisciplinares tomadas conjuntamente em sua dimensão de uso e de polêmica (Schwartz, 2016a). Nesse exercício, incluímos a consideração dos diferentes tipos de saberes, aqueles em desaderência com a atividade e que tomam a forma de construções conceituais formalizadas, normativas, por estarem distanciadas da dimensão do aqui e agora do agir, e os saberes investidos oriundos e mobilizados pelas situações de vida e trabalho, saberes estes produzidos em aderência, como conceituam Schwartz e Durrieu (2010). Incluímos ainda a compreensão de que, como humanos, nosso agir científico se faz em confrontação a um universo de escolhas com as quais elegemos aquelas que nos parecem valer mais. Para Schwartz (2016b), tais escolhas são inerentes a toda atividade humana e se fazem

¹⁴ Do original [Português (Portugal)]: “o palco onde actuam simultânea e dialecticamente a relação consigo próprio, a relação com o outro e a relação com o real”.

ancoradas em um mundo de valores. Valores estes propostos pelo meio, mas retrabalhados subjetivamente e, portanto, sempre singulares.

Trata-se, portanto, de um esforço contínuo de aproximação da experiência daquilo que se produz na atividade humana, sabendo sobre a impossibilidade de apreensão de sua totalidade, compreendendo que há sempre algo dessa experiência que escapa às possibilidades de apreensão conceitual e, sobretudo, cientes de que aquilo que emolduramos em referenciais teóricos são também sistematizações de escolhas ético-políticas. Um caminho em consonância com os apontamentos de Schwartz (2004):

a preferência ponderada por uma via ou outra só se legitima sob a condição de justificar esta intrusão exorbitante de valores no campo do saber. Estas escolhas não são inócuas de uma perspectiva ética ou social. Fazem política no silêncio de sua objetividade aparente. Como lidar com uma “higiene” do conceito, um uso sadio entre os descaminhos possíveis, uma deontologia destas decisões de existência? O saber encontraria em si mesmo as justificativas epistemológicas para decretar o que tem direito a existência? Em nossa opinião, certamente não. (...) para simplificar com algum exagero, roçar os conceitos das ciências humanas em condições que o questionamento em circulação não pareça uma exigência imanente à reflexão sobre os valores, à história, à filosofia, ... é escolher, conscientemente ou não, uma maneira de praticar essas disciplinas. (Schwartz, 2004, p. 146)

Sendo assim, estamos propondo uma prática de produção de saberes que seja feita em diálogo com outros campos epistemológicos, contudo, sem perder de vista dois pontos fundamentais: a) a dimensão da historicidade e, portanto, o que se produz a partir do contexto histórico político e, b) a dimensão do agir humano como atividade criadora, singular e transformadora.

Incluimos também nesse processo de construção do conhecimento as transformações inerentes ao próprio ato de produção. Não há formas de tecer compreensões e transformações comprometidas com o bem viver que prescindam do atravessamento e das modificações que um encontro com os sujeitos do mundo nos impõe. “Pensar a nós mesmos que procuramos nos transformar para sermos dignos do discurso que proferimos em prol da transformação” (Hissa, 2013, p. 9) é o que nos orienta.

1.2 Trama biográfica: presença necessária ao fazer científico

Vinda de uma família posicionada na baixa classe média – no que tange às estratificações socioeconômicas –, cuja crença nos preceitos do catolicismo marcavam os ditames valorativos “da moral e dos bons costumes”, cumpri, entre a infância e a adolescência, os ritos determinados pela Igreja Católica para a chamada iniciação cristã: fui batizada, fiz a primeira comunhão, fui à missa dominical por algumas vezes e terminei a crisma. Durante esse período, os ritos estavam no campo de uma imposição cuja travessia me parecia ou me era apresentada, naquele momento, como um processo natural pelo qual todos nós deveríamos passar.

As primeiras fases foram cumpridas sem ou com pouco engajamento. Por uma rebeldia própria à infância/adolescência ou por uma sensação de pouco pertencimento, mantive uma distância, na medida em que me era possível, dos espaços e das atividades da Igreja Católica. Aos 12 anos comecei o curso de crisma e me aproximei de um grupo de jovens ligados à paróquia do bairro. O enlace grupal tinha como eixo, para além das atividades religiosas, o interesse musical dos participantes. A partir de tal enlace e para me manter pertencente ao grupo, comecei a me inserir em atividades comunitárias ofertadas pela paróquia.

Uma das tarefas durante a formação no curso de crisma era a participação em reuniões de algumas das diversas pastorais ligadas à paróquia. Após a ida a uma reunião da Pastoral da Criança, resolvi me vincular como membro, junto com outras pessoas, especialmente mulheres de meia idade. Para cumprir seu objetivo, “promover o desenvolvimento integral de crianças entre 0 e 6 anos de idade em seu ambiente familiar e em sua comunidade”¹⁵, compúnhamos um grupo de agentes pastorais dedicados a visitas em domicílios, especialmente àqueles situados na Vila São José – uma favela da região

¹⁵ Segundo dados publicados no Relatório *Situação da Infância Brasileira* 2001, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a taxa de mortalidade infantil no Brasil correspondia, em 1996, a 37,4 por mil crianças. O índice de prevalência de desnutrição infantil crônica em crianças menores de 5 anos, nesse mesmo ano, era de 10,5%. Levantamentos realizados pelo Ministério da Saúde e divulgados pelo Observatório da Criança e do Adolescente, da Fundação Abrinq (Abrinq, [s.d.]), apontam para uma redução significativa na taxa de mortalidade infantil em crianças menores de 5 anos, chegando a 12,4, e no índice de prevalência de desnutrição infantil crônica que marca 3,1%, ambos os dados registrados em 2015. Verifica-se que, a partir do ano de 2016, há um leve aumento nesses dois indicadores que passam para 12,7 no que se refere à mortalidade e, para 3,4%, no que tange à desnutrição crônica.

noroeste de Belo Horizonte. A visita consistia em localizar domicílios com crianças, fazer o cadastro daqueles que ainda não o possuíam, orientar as famílias sobre nutrição, higiene, cidadania, gestação e prevenção de doenças e avaliar as condições de subsistência familiar. Levávamos conosco sempre uma balança para medição do peso das crianças e uns saquinhos pequenos com porções de Farinha Multimistura¹⁶. Caminhar pela favela, conversar com as pessoas, brincar com as crianças também faziam parte dessas visitas.

Permaneci na pastoral por um tempo que hoje eu não saberia precisar. Dessa experiência, do que tenho como registro em minha memória, estão: a sensação de acolhimento, os olhares que nos eram direcionados, as inúmeras histórias de vivências de violência de gênero, normalmente contadas pelas mães no momento da pesagem de seus filhos, e as inquietações sobre a pobreza – nesse momento eram os corpos desnutridos das crianças que me inquietavam profundamente e faziam as marcas de representação simbólica da pobreza.

Compreender os afetos e os valores produzidos nessa experiência que trazem contorno às modalidades de julgamentos em jogo é fundamental. Conforme aponta Fassin (2016), os sentimentos morais, para além de um produto da doutrina cristã, resultam em uma política da compaixão que nutre e legitima determinados discursos e determinadas práticas, sobretudo aqueles direcionados à população mais pobre. Fassin (2016) propõe chamar de “governo humanitário” essa implicação dos sentimentos morais – aqui entendido como “as emoções que nos conduzem sobre o mal-estar dos outros e nos faz desejar corrigi-lo” (p.10) – nas políticas contemporâneas. Importante marcar que o autor faz referência à noção ampliada de “governo”, não ficando restrita às intervenções estatais, mas também a organismos internacionais, instituições políticas e mesmo

¹⁶ Feita a base de secagem, a torrefação e a mistura de diversos alimentos como farelos de cereais, casca de ovo, folhas verdes escuras em pó, amendoim, etc., a Farinha Multimistura é largamente utilizada pelas pastorais como uma estratégia de nutrição de baixo custo para uma alimentação enriquecida. Estudos epidemiológicos sobre a eficácia da multimistura (Batista & Rissim, 2003; Ferreira, 2000; Ferreira, Cavalcante, & Assunção, 2010) apontam, contudo, para um cenário bem diverso no que tange à promoção do estado nutricional infantil. Ferreira, Cavalcante e Assunção (2010), em artigo de revisão de literatura em torno de 31 pesquisas dedicadas à identificação da eficácia da Farinha Multimistura, concluíram ser contraindicado o uso do composto como estratégia de combate à desnutrição infantil. A multimistura “não pode ser considerada uma fonte importante de energia, proteínas e minerais, embora os possua em quantidades relevantes. Sua elevada proporção de magnésio e/ou de cálcio pode prejudicar a absorção de ferro. Seu uso eleva o teor de fibras da dieta, o que pode reduzir a absorção de nutrientes, o que não é interessante no caso de criança desnutrida. Sua elevada quantidade de fitatos não parece ser problema, pois o tratamento prévio pelo qual passam os farelos reduz bastante o poder quelante desse composto” (Ferreira, Cavalcante & Assunção, 2010, p.3207).

coletividades territoriais; portanto, todo um “conjunto de dispositivos estabelecidos e de ações realizadas para administrar, regular, favorecer a existência dos seres humanos” (p.10).

Pois bem, aos 15 anos mudei-me para uma escola em um bairro distante de minha residência para cursar o ensino médio. Desvinculei-me da pastoral e também das atividades na Igreja. Paulatinamente, em um processo de amadurecimento pessoal, a vinculação religiosa foi perdendo força e sentido. Aspecto que, posteriormente, iria ganhar maior consistência por meio de reflexões críticas advindas durante a formação universitária. Passei a atuar voluntariamente no Grupo de Apoio ao Menor Padre Eustáquio (GRAMPE), um projeto ligado à escola em que eu estudava. O grupo tinha por objetivo oferecer reforço escolar e lanches, no contraturno do período escolar, para crianças e adolescentes moradores de uma favela próxima.

A atuação no projeto me possibilitava o acompanhamento de crianças e adolescentes por um período maior. Lá raramente se fazia contato com mães e pais. A narrativa preponderante que me era direcionada, portanto, se alterou. Era o momento de ouvir crianças e adolescentes com suas queixas, demandas e afetos. Os aspectos representativos da pobreza acompanhavam tal alteração. Estávamos entre os anos de 2003 e 2004. A questão da segurança alimentar, ali, já não se apresentava com tanta força, apesar de ainda aparecer. Por outro lado, violências de ordem diversas, estas sim apareciam reiteradamente. Acessos a equipamentos de saúde e de inserção cidadã também, mesmo que nada disso fizesse parte, ao menos prescritivamente, do escopo do nosso trabalho. Do que se mantém como registro em memória está a marca forte da alegria. Ir para a casa que abrigava o projeto era claramente um momento de muita alegria para mim, para meus colegas voluntários e também para as crianças e os adolescentes. É aqui também que a compaixão¹⁷ abre espaço para questionamentos – e ainda não muitas críticas – sobre quais acessos às necessidades básicas e aos instrumentos de cidadania eram possíveis para essas pessoas. Uma situação-problema (ausência de alimento em casa, adolescente que dizia não ter carteira de identidade, etc.), quando se apresentava,

¹⁷ Compaixão entendida aqui como esse sentimento de piedade tecido na doutrina cristã que, como bem mostra Fassin (2016), implica uma relação de desigualdade. A linguagem da compaixão, enquanto um sentimento moral, abre caminho para ações de amparo, de ajuda, de solidariedade, para sensibilidades que tocam e se expressam, sobretudo, nos aspectos emocionais, mas que não se efetiva em críticas sociais que possibilitem as transformações das demandas sociais.

provocava uma imensa correria, todos tentavam se articular para encontrar possíveis soluções.

O ensino médio foi concluído, o projeto foi encerrado e dei início à graduação em Psicologia. Refletir sobre os processos de desigualdade social considerando os contextos de sua emergência, sobre as condições da dominação social e as formas de exercício do poder, sobre os processos de subjetivação e sua relação com a práxis me trouxe molduras novas e essencialmente diversas. Dentro da Psicologia, meu interesse, logo de início, se direcionou para a prática clínica, notadamente no escopo da perspectiva psicanalítica, motivada pelo lugar privilegiado de escuta das singularidades da vida humana. Tal interesse não esteve, no entanto, dissociado da compreensão da experiência clínica dentro de uma racionalidade específica, de uma forma de pensar as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas que é, portanto, datável, conforme ensina Foucault (1977).

Minha trajetória anterior em contextos sociais marcados pela experiência da pobreza demarcou ainda um interesse outro, atravessado pelo fazer político e pelas tensões produzidas na relação entre os processos psíquicos e os sistemas sociais. O incômodo pessoal no trato da violência urbana levou-me à busca de pesquisas em contextos carcerários. Em 2008 iniciei uma pesquisa de iniciação científica no Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab/UFMG), intitulada “Trabalho e Sociabilidade em Unidades Prisionais APACs”, cujo principal objetivo era compreender como se efetivava a proposta do método das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) no que se referia ao trabalho das pessoas que cumprem pena nessas unidades.

Os encontros com as pessoas em privação de liberdade, as experiências de produção de conhecimento tal qual se operava no LabTrab, a descoberta da centralidade do trabalho no processo de desenvolvimento do sujeito e sua relação com a práxis cotidiana, entre tantos outros aspectos e afetos presentes nesse lócus acadêmico, me conduziram por outras tantas pesquisas, estágios e projetos de extensão, na graduação, em minha atuação profissional e mais recentemente no mestrado, todos voltados para o universo prisional e seus desdobramentos e, especificamente no que tange à dissertação de mestrado, com foco no tráfico de drogas, como já apontado anteriormente.

Fazer registro dessa história em uma tese de doutoramento parece, a princípio, no mínimo descabida. Contudo, justifico minha escolha por meio das seguintes considerações:

1. Dos estudos de Vincent de Gaulejac (2014), depreende-se que o modo como narramos/escrevemos nossas histórias de vida pode ser uma potente ferramenta teórico-metodológica. Mergulhar no vivido para compreender suas representações, objetivar a própria história para que seja possível extrair elementos teóricos e, sobretudo, identificar determinantes socio-históricos é o que almejo aqui, entendendo que essa dimensão do contar, de se colocar em narrativa permite acesso aos fatos sociais em que aquele que conta está inserido (Barros & Silva, 2002). Evidentemente, fatos estes marcados por inscrições e re-traduições próprias ao processo de narrar. Para Heidegger (citado por Gaulejac, 2014), contar uma “história não significa se referir ao ‘passado’, no sentido do que se passou, mas, sim, do que advém. Quem ‘tem uma história’ está em relação com um devir (...) aquele que, assim, ‘tem uma história’ pode, ao mesmo tempo, ‘fazer história’” (p.34).
2. Embora a relação do pesquisador/objeto(sujeitos) seja foco de inúmeras discussões e um problema bastante estudado, sobretudo no que se refere às pesquisas em Ciências Humanas, por outro lado é recente¹⁸ a consideração sobre a trajetória de vida do pesquisador e suas implicações sobre os resultados alcançados nas pesquisas. Obviamente, a consideração da subjetividade na pesquisa, dos afetos, e a recusa de uma suposta neutralidade têm amplo espaço na produção acadêmica contemporânea¹⁹. Quero ressaltar,

¹⁸ Nesse sentido, interessante notar a demora para a consagração da pesquisa de William Foote Whyte, sobre Cornerville, publicada no livro *Sociedade da Esquina* (Whyte, 2005), atualmente considerada uma obra fundamental para os estudos urbanos nas ciências sociais. Como conta Gilberto Velho (2005), a pesquisa de Whyte, publicada originalmente em 1943, não recebeu notoriedade até o pós segunda guerra mundial, quando foi revista pelo autor, o qual incorporou uma densa descrição de suas experiências de campo e na qual contou também parte de suas vivências pessoais durante a pesquisa. Mais tarde, em uma nova revisão incluiu-se o registro do depoimento de um de seus informantes sobre o período de realização da pesquisa em Cornerville, trazendo ainda mais densidade e notoriedade à obra.

¹⁹ A esse respeito, Cardoso (1986) oferece uma interessante crítica sobre a dimensão da subjetividade no processo de produção do conhecimento. Ela argumenta que há um certo descompasso entre a constatação da impossibilidade de neutralidade do pesquisador e a assimilação da “subjetividade como instrumento de conhecimento”. Para ela, apesar dos esforços para se pensar as relações entre pesquisadores e grupos estudados, continuamos a conceber “os dados” como formas objetivas, com existência própria e independente dos atores” (p.99) e, nesse sentido, ainda atados a pressupostos epistemológicos positivistas.

no entanto, essa dimensão reflexiva que me conduz a pensar os efeitos da trajetória de vida em sua intrínseca relação com a produção do saber. Busco evidenciar os aspectos biográficos do pesquisador que incidem sobre a trajetória da pesquisa e igualmente apontar para as relações entre origem social e escrita.

3. Deve-se ressaltar ainda que as críticas empreendidas, principalmente pelos estudos feministas sobre o lugar de onde parte o fazer científico, alinham-se nessa mesma direção, ainda que o foco principal esteja nos efeitos do gênero daquele que se coloca a pesquisar e as produções conceituais daí resultantes. Harding (1986), Haraway (1995), Spivak (2010) e Anzaldúa (2004) – para citar apenas algumas das autoras que têm se dedicado a esse debate – têm denunciado o forte caráter patriarcal em que se ancoram as produções científicas, que reiteram disputas de poder e de produções de verdades. Nesse sentido, as dinâmicas de gênero/classe/raça corporificadas naquele que pesquisa e que estão em relação com outros corpos também inscritos por tais marcadores devem ser evidenciadas.
4. Por fim, em um mundo construído em formas desiguais e violentas de acesso à fala e à escuta (Mombaça, 2017), é fundamental que o processo de produção de conhecimento esteja ancorado no reconhecimento e principalmente na reflexão sobre os privilégios epistêmicos dispostos em função de nossa branquitude e de nossa classe social. Durante todo o período de construção deste estudo, diversos dilemas éticos/políticos me atravessaram – falarei deles ao longo de todo o texto. Certamente, a reflexão sobre como conjugar saberes situados em diferentes níveis do lócus de poder (Ribeiro, 2017), de forma a tratá-los em articulação e diálogo, a despeito da força das hierarquias opressoras que nos estruturam racial e socioeconomicamente, foi e é um grande desafio.

Nossas experiências subjetivas, corporais e intelectuais estão atravessadas pelas marcas próprias da racialidade. Nesse sentido, ao apontar para a dimensão da trajetória, gostaria de evidenciar meu lugar de fala interseccionado a todos os aspectos aqui

mencionados, visando aprofundar minhas percepções acerca de discriminações estruturais. Como aponta Almeida (2018):

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de *intenção* para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente *o silêncio o torna ético e politicamente responsável pela manutenção do racismo*. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (p.40)

Com todo o exposto, coloco em evidência a função do pesquisador/autor naquilo que se faz aparecer traduzido pela linguagem da ciência. Foucault (1992) ensina que a presença de uma “propriedade” autoral nos textos é um fenômeno moderno, que experimenta um ponto de corte, a partir dos séculos XVII e XVIII:

começou-se a receber os discursos científicos por si mesmos, no anonimato de uma verdade estabelecida ou constantemente demonstrável; é a sua pertença a um conjunto sistemático que lhes confere garantias e não a referência ao indivíduo que os produziu. Apaga-se a função do autor (...). (p.49)

O que seria, na prática, agir na contramão do anonimato e, portanto, pensar a presença de um autor/uma autora na escrita de um texto? Poder-se-ia apontar aqui, por exemplo, para um texto da ciência que subverta o lugar do sujeito indeterminado para fazer marcas da presença autoral em uma experiência de linguagem que é narrada na primeira pessoa do singular, ou na primeira pessoa do plural, como feito aqui para marcar que, em uma trajetória de pesquisa, a sistematização de um registro textual não se faz sem o eco de inúmeras outras vozes. Mas o próprio Foucault (1992) adverte para a impossibilidade da aparição de um autor que se apresente unicamente sob a faceta de um recurso estilístico.

Sabemos que num romance que se apresenta como uma narrativa de um narrador, o pronome de primeira pessoa, o presente do indicativo, os signos de localização nunca reenviam exatamente para o escritor, nem para o momento que ele escreve, nem para o gesto da sua cria; mas para um “alter-ego” cuja distância relativamente ao escritor pode ser maior ou menor e variar ao longo da própria obra. (p.54)

Quando se está no campo de pesquisas cuja natureza metodológica é qualitativa, toda validação acontece de forma interna, fundada sob a coerência teórica, a coesão dos instrumentos e a perspectiva trabalhada. Acrescentaríamos a esse tripé a análise dos posicionamentos e dos valores sociais que atravessam a pesquisa. O rigor da pesquisa não

estaria justamente aqui? É preciso, portanto, um se mostrar. A forma como lemos o mundo não está para além das nossas existências (Hissa, 2013).

Nesse sentido, é preciso situar: esta é uma proposta de tese cuja condução principal é feita por uma mulher, branca, marcada pelos privilégios de quem nasceu dentro dos contornos da cidade, ou, como diziam as pessoas com quem vivenciei o campo da pesquisa: “nasceu no asfalto”, “em berço de ouro”. Que vê e age no mundo pelas lentes da clínica, seja no campo da psicanálise, seja nas abordagens do trabalho e consequentemente do social; que caminha em contextos periféricos já há algum tempo. Outros tantos marcadores poderiam aqui ser apontados, de alguns tenho clareza e espero conseguir apresentar ao longo deste texto, além de outros ancorados em uma dimensão inconsciente – para estes, apostando na dimensão do coletivo, nas discussões e nas apresentações sistemáticas do material que disponho, para que possam ganhar contornos mais evidentes e atravessar um processo reflexivo. Como aponta Caldeira (2011), desconstruir as relações de poder próprias às interações sociais nas dinâmicas de produção de conhecimentos não é tarefa fácil, contudo, e por esta razão mesma, “é necessário considerar sempre (...) que dados e conhecimento são produzidos interativamente em relações estruturadas pelas posições sociais das pessoas envolvidas” (p.22).

Pois bem, com o que acumulei até aqui, acrescido às questões que me habitavam e me motivaram a propor a pesquisa em tela, procurei me (re)aproximar dos espaços e das pessoas que compunham o cenário que me interessava estudar. Apostei, como um momento prévio às incursões no campo, por discutir e consequentemente reformular minhas questões com alguém que vivenciasse as ressonâncias do tráfico de drogas em proximidade, mas que estivesse em um contexto diferente das pessoas com quem me encontrei durante a pesquisa de mestrado. Fui conversar com Maria.

2. ALCANÇAR O INÍCIO: A metodologia²⁰

Tu não usas uma metodologia. Tu és a metodologia que usas. (Ou: tu não chegas a um resultado. Tu chegas a uma metodologia. Ou ainda: tu não provas um facto ou uma teoria, tu provas uma metodologia.)
(Tavares, 2006, p.62)

Maria trabalhou conosco em um projeto de pesquisa desenvolvido, em 2014, pelo Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LABTRAB – UFMG) e o Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos (INSTITUTO DH), a pedido do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário do Ministério Público de Minas Gerais (CAO-DH/MPMG), e que tinha por objetivo a compreensão do trabalho realizado por detentos dentro de unidades prisionais do estado. O convite para estar conosco neste projeto atual surgiu pelo reconhecimento de seu intenso trabalho realizado há mais de 20 anos na Pastoral Carcerária de Santa Luzia, por sua atuação como voluntária na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC/Santa Luzia) e também na comunidade em que reside, o Conjunto Palmital, nessa mesma cidade.

Por ausência de um termo mais condizente, diria que Maria é uma liderança comunitária com inúmeras especificidades. Sua atuação está associada à sua vinculação com a Igreja Católica, com bases assistencialistas. Nesse sentido, Maria é referência, sobretudo, no que tange ao encaminhamento para redes de proteção e assistência. Ainda que Maria se alinhe na defesa de determinados programas políticos partidários, notadamente o Partido dos Trabalhadores (PT), ela não se coloca e não é vista entre seus pares ocupando lugares de representação nos espaços de atuação política. Exerce uma função de mobilizadora social, sensibilizando os moradores da região para as causas que defende. Sua atuação acontece, sempre, de maneira voluntária.

Considerando sua trajetória, procurei Maria para conversar sobre minhas questões de pesquisa. Havia ainda uma razão extra para escolhê-la como interlocutora para esse

²⁰ Referência ao título da nota de Gonçalo Tavares usada aqui como epígrafe.

primeiro momento. Na época em que executávamos o projeto de pesquisa juntas, Maria mencionava sempre a escrita de um livro com relatos de histórias que coletava em sua atuação na Pastoral Carcerária. O livro, um rascunho interminável que ela nunca me permitiu ver/ler. Interessava-me escutá-la um pouco mais sobre essas histórias e entender quais temas lhe pareciam relevantes, como as questões sobre o tráfico de drogas eram apresentadas; enfim, recolher pistas que me ajudassem a compor um delineamento metodológico mais condizente com o que as pessoas, vinculadas direta ou indiretamente ao tráfico, pensavam ser importantes.

Em um café, em sua casa, conversamos sobre suas percepções a respeito do tráfico, sobre minhas inquietações, sobre algumas das histórias que ela dizia relatar no livro; ao final, Maria me fez uma proposta. Perguntou-me se eu não gostaria de ir ao bairro mais vezes, caminhar pela região e conversar com algumas pessoas que pudessem me contar o que é, para elas, o trabalho no tráfico de drogas.

Começar o capítulo metodológico falando sobre Maria é apontar para o percurso de construção metodológica desta pesquisa, talvez dizendo de forma mais assertiva que se trata de apresentar um ponto de partida do trabalho de campo que, no processo mesmo de seu acontecimento, permitiu que fosse tecido um caminho metodológico da pesquisa, ou ainda uma certa sistematização daquilo que Cássio Hissa (2013) nomeia como “visita intencional ao mundo”:

O trabalho de campo nas pesquisas é, convencionalmente, compreendido como *visitação ao mundo* ou *à realidade*. A *experimentação do mundo* é substituída, na ciência moderna, pelo trabalho de campo, uma artificial *experimentação intencional de mundo* ou, mais precisamente, de recorte de mundo – tal como o objeto de pesquisa foi trabalhado teoricamente no projeto. Entretanto, se a referida substituição é artificial, ela necessitaria de tempo para não sê-lo. Experimenta-se o mundo ao longo da vida. Mas vai-se ao campo apenas pela pesquisa e, sobretudo, com os limites do *tempo do pesquisar*. (Hissa, 2013, p.135)

Meu encontro com Maria tem início em uma visita, uma visita intencional como qualquer outra sempre será. No momento desse encontro, eu não tinha, contudo, uma proposta de trabalho em mente, não pensava em trabalhar naquele território especificamente. O que Maria propunha era uma condução a partir de sua experiência de mundo, tratava-se de experimentar o seu mundo a seu modo de saber-fazer, caminhando, conversando, encontrando pessoas-histórias, colhendo narrativas, uma experimentação que poderia culminar em um recorte, um recorte que, em consonância com os princípios

da ciência moderna e ao menos durante o “tempo do pesquisar”, nomeei trabalho de “campo”. A proposta de experimentação posta por Maria se alinhava ainda à forma de compreender o processo de pesquisar. A construção metodológica não pode ser feita de forma independente, separada da realidade estudada. Como questiona Hissa (2013):

De onde são originárias as metodologias? Poderíamos dar início à construção de um projeto de pesquisa a partir delas? Elas poderiam existir, ensimesmadas, na inexistência do sujeito e do objeto construído – qualquer coisa, pensamento, obra? Não se trata, pois, também, de um processo criativo? Todas essas questões reafirmam, na pesquisa, certa ausência de autonomia das metodologias. Elas não se fazem independentemente do sujeito e de todo o movente e surpreendente percurso desenhado pela pesquisa. (pp.124-125)

Se desejamos compreender uma realidade, quem poderá nos fornecer os melhores mapas são aqueles que a vivenciam. É preciso ressaltar, como nos adverte Ulmann (2011) citando Sardan (1995, p.4, tradução nossa) que “partir em um campo sem um arsenal metodológico já constituído não significa começar de maneira ingênua (...). Todo pesquisador possui uma bagagem teórica que ele construiu e que o constitui em um plano identitário e do qual ele não pode se desfazer por decisão ou por decreto.”²¹. Sendo assim, apostei nessa proposta.

Na semana seguinte retornei ao bairro, dessa vez por uma via diferente de acesso à cidade. Habitualmente chegava ao Conjunto Palmital passando pela área central do distrito sede de Santa Luzia, área que dá acesso ao centro histórico da cidade e atravessa o centro comercial. Dessa vez e em todas as idas seguintes, ao longo de todo o período do campo, optei por seguir por outra entrada, atravessando o distrito de São Benedito. Como ensina Deppene (2013, p. 24, tradução nossa), “pensar é um exercício contínuo de desorientação, a fim de que nossas bússolas internas se vejam derrotadas de sua *absolutesz*”²². A escolha por um caminho diferente dizia de uma tentativa de deslocar minhas percepções iniciais, começar a partir de um certo estranhamento.

Retornar a Santa Luzia me trouxe sensações novas. Adentrei na cidade por um caminho diferente ao costumeiro. O acesso foi feito pela MG010, mas entrando pela região do São Benedito, um acesso periférico a uma região periférica. Atravessei uma ponte que não conhecia. A quantidade de lixo que ocupa becos, vielas, “rios” e ruas... A ausência de saneamento básico de todo o entorno. Penso nas cores, no marrom das casas de tijolos

²¹Do original : « partir sur un terrain sans un arsenal méthodologique déjà constitué n'est pas pour autant partir en ingénu (...). Tout chercheur possède un bagage théorique qu'il a construit et qui le constitue sur un plan identitaire et dont il ne peut se dessaisir par décision ou décret »

²²Do original : « Penser est l'exercice continue d'un *dé-boussolement*, afin que nous boussoles intérieures se voient défaites de leus absoluité »

que totaliza a imagem do bairro, do chão de areia batida, da cor de pele ali preponderante. Interrogar sobre essas categorias que chegam, sempre, como representação primeira sobre as periferias é preciso. (Diário de Campo, 07 de julho de 2017)

Quando cheguei à casa de Maria, ela me avisou que tinha agendado uma primeira entrevista²³. Iríamos à casa de uma senhora muito conhecida na região por sua atuação no tráfico de drogas durante anos a fio. O aviso de Maria me surpreendeu. Após nossa conversa na semana anterior, saímos com a impressão de que na semana seguinte conversaríamos com pessoas que são, como ela, referência na atuação comunitária da região. Sem um roteiro nas mãos, mas com um estoque de questões a fazer e com o amparo e concordância de Maria, saímos ao encontro de Maria Vitória.

Na casa nos aguardavam Maria Vitória, sua filha e sua neta – um bebê de poucos meses. Apresentei-me e logo comecei a falar da pesquisa. Nesse primeiro momento havia uma ansiedade em garantir que todos tivessem clareza sobre do que se tratava nossa ida àquela casa. Era sempre um grande desafio – e isso permaneceu ao longo de todo o trabalho de campo – encontrar palavras que pudessem transmitir o que buscávamos ali.

Maria se preocupou em me apresentar, e isso também se repetiu ao longo de todo o campo, fazendo referência aos meus trabalhos nas prisões. Ao longo do tempo percebemos que essa informação era importante para abrir um espaço de confiança, para marcar a existência de algum acesso à parte do que era a experiência de quase todas as pessoas que ouvimos no campo. Ela dizia também que eu escreveria um livro, um livro sobre o tráfico de drogas. Por um tempo, essa informação me preocupou, não consegui conceber como isso ressoaria para as pessoas. Apresentar a tese como um livro que preservaria a identidade daqueles que se disponibilizavam a conversar conosco se mostrou, no entanto, um dado importante para nossas análises por algumas razões (talvez outras mais, que ainda necessitam de maior atenção), as quais passo a comentar a seguir.

A devolução de algo concreto, um objeto, um livro, no qual parte dos relatos que escutávamos estariam registrados, parecia inaugurar uma espécie de troca (ainda que, até o momento, apenas como uma promessa) perante a disponibilidade de nos receberem e

²³ Ao usar o termo entrevista, Maria parece sinalizar uma diferenciação entre as visitas que faz aos domicílios da região em função de seu trabalho na Igreja Católica, daqueles trabalhos realizados com pesquisadores da universidade ou por pesquisadores da universidade. Faço referência aqui à sua atuação no projeto de pesquisa sobre o trabalho de detentos na prisão, no qual eu também compunha a equipe, e igualmente ao fato de Maria ter participado como entrevistada/informante de uma pesquisa anterior sobre um grupo de empreendimento solidário do qual ela faz parte.

nos contarem suas histórias, suas vivências, suas impressões. Saía de uma espécie de busca por uma “fala vazia”, em um local onde muitas “pessoas como nós”²⁴ passavam, perguntavam e saíam sem que concretamente algo pudesse ser deixado. O livro parecia ainda estar associado a algo importante, um lugar de enunciação, de visibilidade e mesmo de protagonismo.

Frequentemente, eu era interpelada por comentários como: “Olha aí, eu vou ficar igual essa gente de respeito, vou até aparecer em livro”. Ou: “Pode colocar meu nome”²⁵ aí, tem erro não, vai ser bom pra mim”, ou ainda questões como: “Cê acha que as pessoas vão aprender alguma coisa quando ler a minha história?”

Tal percepção se tornou ainda mais evidente quando estivemos na casa de João. Eu o conheci ainda no período da graduação em Psicologia, momento em que fazia um estágio de recolhimento de história de vida em uma unidade prisional. Durante a pesquisa de mestrado nos reencontramos nessa mesma unidade prisional, e ele participou comigo como entrevistado. Ao final da pesquisa – ele seguia preso – fiz-lhe uma devolutiva sobre minhas considerações e lhe entreguei uma cópia da dissertação pronta.

²⁴ Referência aqui a todos aqueles trabalhadores que frequentam ou passam pela comunidade, mas que não pertencem àquele local, tais como: alguns trabalhadores de políticas públicas, sobretudo do campo da assistência social e da saúde; candidatos e ocupantes de cargos políticos, entre outros.

²⁵ O uso de nomes fictícios no contexto do tráfico de drogas varejista sempre nos trouxe um dilema ético e político. Já durante a pesquisa de mestrado deparei-me com essa questão. O uso de nomes fictícios, para além de uma exigência aos trabalhos acadêmicos, é evidentemente um pressuposto ético fundamental para garantir a segurança e a privacidade de todos. Contudo, uma incômoda reflexão precisa ser feita: Quais são os espaços de enunciação garantidos aos trabalhadores do tráfico de drogas? Se no discurso dominante, como nos diz Chico Buarque, é a “venda nos olhos, legenda e iniciais” o *modus operandi* de apresentação dessas pessoas, ao usar nomes fictícios não estaríamos reificando um processo constante e opressor de apagamento dessas histórias que nunca podem ser narradas em sua verdadeira autoria? Não seria um contrassenso que justamente em uma tese acadêmica que versa sobre a dimensão do reconhecimento, o protagonismo discursivo tenha que ser apresentado novamente de forma velada? Não seria, no mínimo, contraditório ocultar a referência principal de apresentação, o nome próprio? Esse e tantos outros dilemas éticos que me atravessaram e ainda atravessam em todo o processo da pesquisa permaneceram sem caminhos de superação. O argumento da segurança, mais uma vez, venceu perante minha incapacidade de criar outras saídas mais inventivas e justas. Para a tese, os nomes fictícios utilizados foram escolhidos, em sua grande maioria, pelos próprios entrevistados. Outros poucos precisaram ser escolhidos arbitrariamente por mim e Maria, isso porque, ainda resistente em relação ao uso de nomes fictícios, demorei muito tempo para tomar tal decisão, e quando a defini fomos atrás de todos os entrevistados para a sugestão de nomes. Infelizmente, com algumas pessoas não tive a possibilidade de um reencontro durante o tempo de registro escrito da tese, para que pudessem escolher o nome fictício a ser utilizado. É importante assinalar que, mesmo com os possíveis riscos ao se revelar o nome real, absolutamente todas as pessoas que entrevistamos mencionaram o desejo de que fosse feito o registro do nome verdadeiro. A escolha de um nome fictício só era feita após uma longa conversa sobre as implicações de tal revelação.

Passados cerca de quatro anos desde o nosso último encontro e sabendo que João estava em liberdade condicional, fomos até à casa de sua mãe, também localizada no Conjunto Palmital. Ao entrarmos na casa, antes mesmo dos cumprimentos iniciais, João nos conduziu para a sala e pegou a cópia da dissertação, que estava guardada em um móvel, embaixo de uma bíblia. Entusiasmado e orgulhoso, João me cumprimentou com a cópia em mãos e passou a contar para Maria sobre sua participação na pesquisa. A mãe reafirmou que o filho vivia mostrando “o livro” para os colegas e que ele marcara as páginas em que seus relatos apareciam.

Por fim, para além da concretude de um objeto, o livro que seria escrito se interpôs como um lugar meio, um meio que garantia a nossa presença, que garantia a presença da fala, que garantia a presença da palavra, que garantia a presença da escuta. Em um lugar marcado por tantas ausências, garantir presenças é sempre produzir, ao menos por um instante, outras formas de ser.

Bem, o primeiro encontro na casa de Maria Vitória durou aproximadamente quatro horas. A ansiedade de dizer da pesquisa e os retornos que tive quando me apresentei permitiram que já ali, naquele primeiro momento, fosse possível realizar uma entrevista com ela. A ausência de um roteiro prévio nos permitiu uma condução mais livre, cujos pontos norteadores perdessem parte da razão de ser. Como ensinam Barros e Carreiro (2014, p.13), “eles [os instrumentos metodológicos] evoluem na medida do desenvolvimento do trabalho, sendo eles mesmo objeto de discussão e análise durante todo o processo”.

Motivada pela temática da pesquisa, Maria Vitória se dispôs a falar sobre suas vivências e impressões. À medida que Maria Vitória narrava suas experiências, íamos colocando questões que pudessem sempre abrir para um novo movimento de fala. Ao final nos pareceu um processo quase catártico, que interrompemos pelo cansaço nosso e dela.

Voltamos caminhando até à casa de Maria, e os comentários que ela fez no trajeto sobre o que acabara de escutar me pareceram tão ricos quanto o que eu tinha escutado há pouco. Esse primeiro encontro deixou claro que o caminho proposto por Maria era um caminho possível e que deveríamos continuar. Combinamos então que eu voltaria na semana seguinte.

No trajeto de volta estacionei o carro em uma rua ainda em Santa Luzia e escrevi em um caderno o relato de Maria Vitória, na forma como o compreendi e naquilo que minha memória possibilitou reter. Quando terminei, dei-me conta do passar do tempo, há muito tinha anoitecido, e eu tinha uma reunião de trabalho agendada para o final do dia, que ficou completamente esquecida. Senti-me absorvida na e pela experiência, no sentido de Larrosa Bondía (2002), no que toca à dimensão do acontecimento e comporta, portanto, a singularidade e a intensidade afetiva, que transborda o acesso aos saberes produzidos na situação para nos impregnar e transformar.

Era preciso retornar a Belo Horizonte, um percurso que duraria 50 minutos, estando eu na direção de um carro. Sem possibilidades de escrever, liguei um gravador de celular²⁶ e enquanto dirigia relatei as pontuações feitas por Maria, minhas observações e sensações. O conteúdo narrado foi posteriormente transcrito no diário de campo do qual extraí o trecho abaixo.

Ao sairmos da casa de Maria Vitória, Maria me diz que ficou surpresa. No campo da linguagem é esse também o termo que consigo elencar como representação do que me afeta. Me sinto surpreendida. Quando questiono o que a deixou surpresa, Maria é incisiva: “A confiança. Ela confiou em você e isso não é fácil de acontecer por aqui”. Não, ela confiou em Maria. Mas se trata realmente de confiança? Que lugar ocupo nessa relação? Seria preciso um tempo maior de aproximação antes de falar da pesquisa? Que tempo é esse? Existiria uma métrica sobre o início das entrevistas que estaria fora do campo da sensibilidade do pesquisador? (Diário de Campo, 14 de julho de 2017).

²⁶ O gravador não foi usado para nenhuma das entrevistas e também não foi demandada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O gravador foi utilizado apenas com registro dos relatos de campo pela própria pesquisadora em situações em que não era possível fazer anotações no momento imediato após a realização das entrevistas ou mesmo após um dia em trabalho de campo. Como já constatado em pesquisa anterior (Amaral, 2014) e também por outros investigadores do campo das drogas ilícitas (Zaluar, 1985; Ribeiro, 2000; MacRae & Vidal, 2006; Fefferman, 2006; Roche, 2007), o uso de gravadores e as assinaturas em documentos, além de se interporem como elementos invasivos e poderem gerar desconfiança, são meios que podem resultar em riscos aos participantes das pesquisas. Isso porque, ainda que tanto o TCLE quanto as gravações sejam de posse privada, a assinatura do termo de uma pesquisa cujo objetivo é a compreensão do tráfico de drogas, bem como a gravação de entrevistas que falam sobre este universo podem se configurar como provas de envolvimento em atividades ilegais. Trata-se, portanto, de documentos que poderiam se constituir como violação ao princípio “Nemo tenetur se detegere”, o direito de não produzir provas contra si mesmo, consagrado no inciso LXIII do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1998 (BRASIL, 1988). A despeito das normativas, são medidas que ao contrário de se configurarem como formas de proteção e garantia dos processos éticos de pesquisa, expõem os participantes. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP-UFMG), sob o CAE 20012119.5.0000.5149. A inviabilidade da realização do processo de consentimento livre e esclarecido foi devidamente justificada nos termos da Resolução CNS Nº 510/16 (BRASIL, 2016). A justificativa enviada ao COEP e o Documento de Informações ao Participante de Pesquisa podem ser vistos nos Anexos A e B deste trabalho.

O que a princípio seriam apenas conversas iniciais se tornou nosso campo de pesquisa, com idas semanais, durante aproximadamente 12 meses quase ininterruptos²⁷. Deixei de ir, durante esse período, por seis semanas, duas ao final do ano – entre o período de Natal e Réveillon –, e as outras quatro por motivos diversos, fosse por compromissos de minha agenda que não possibilitavam alterações, fosse por compromissos da Maria. Encontrávamo-nos sempre em sua casa e seguíamos a pé até à casa de alguém com quem ela já havia previamente agendado. No percurso conversávamos sobre as vivências de Maria durante a semana. Ela me trazia notícias dos acontecimentos do bairro, das “guerras entre gangues”, “da situação de determinadas famílias”, das mortes, dos projetos na Igreja, da situação política da cidade, das questões com seus familiares, entre outros tantos pontos.

No trajeto era possível conhecer um pouco do bairro e conversar com muitas pessoas que nos interpelavam. Maria era muito procurada para as demandas do dia a dia. Em nossas andanças sempre tinha alguém que a parava em busca de gás de cozinha, vale-transporte, cestas básicas, informações sobre cursos de capacitação profissional, sobre a situação de algum parente que estava preso, sobre clínicas para internação de usuários de drogas, entre tantas outras demandas. Demandas de suprimento mais imediato eram articuladas com o setor social da paróquia que Maria faz parte, as questões envolvendo o sistema prisional eram tratadas no âmbito da Pastoral Carcerária e também com a ajuda de assessores de uma vereadora local. A demanda por vagas de internação para usuários de drogas era articulada com as igrejas evangélicas e direcionada, sobretudo, para comunidades terapêuticas.

Ao final de nossas andanças pelo bairro retornávamos à casa de Maria. Por vezes encontrávamos lá seu marido e também alguns de seus filhos. Maria possui três filhos adultos, dois homens e uma mulher. Todos residem na mesma casa. A filha de Maria é casada. Ela e o marido moram em cômodos construídos como anexos à casa. Esse momento de encontros entre os demais membros da casa era particularmente interessante.

²⁷ Após esse período de imersão, estive por sete meses – entre outubro de 2018 e abril de 2019 – em Paris, com uma bolsa de doutorado sanduíche. Nesse período me comuniquei, por telefone, muitas vezes com Maria. Logo após meu retorno, estive algumas vezes no Palmital e reencontrei alguns poucos interlocutores. Aproximadamente dois meses após meu retorno de Paris, mudei-me de cidade, o que tornou as idas a Santa Luzia mais esporádicas e, muitas vezes, limitando-se a visitas a Maria.

A maneira como cada um comentava sobre os assuntos do território me permitia acessar diferentes perspectivas, além de me situar melhor sobre as vivências do cotidiano.

À medida que minha frequência no bairro aumentava, maior era o número de pessoas que procuravam Maria especificamente para agendar uma conversa conosco. Muitas pessoas com quem conversávamos nos solicitavam ainda a possibilidade de voltar mais uma vez para acrescentar outras informações. Tínhamos então: pessoas indicadas pela Maria, uma demanda espontânea que aparecia na região após nossa passagem por algum local e, ainda, o retorno às casas em que já tínhamos realizado alguma entrevista. Organizamos a ida ao campo de forma a intercalar esses três grupos que se formaram.

O retorno às casas por uma segunda, terceira ou tantas outras vezes, raramente trazia alguma informação efetivamente nova sobre o que tinha sido objeto das conversas anteriores, mas nos parecia essencial para o estabelecimento de vínculos e de confiança. Era também um momento em que me sentia mais imersa no campo. Partimos de uma inversão, se o movimento da entrevista se apresentava como um convite nosso, o retorno se dava como uma demanda direcionada a nós. Entendo que tal inversão se coloca como um ponto fundamental para uma pesquisa que se realiza ancorada no campo da psicossociologia, na medida em que se estabelece um cenário em que é possível fazer um pedido, uma encomenda de retorno ao pesquisador que trabalhará de forma a tratá-la em suas especificidades, conferindo a ela um alcance metodológico. Conforme aponta Michelot (2005, p.300)²⁸, “é na medida em que a sua oferta vai ao encontro do pedido dos sujeitos que faz eco das suas próprias preocupações e que a percebem como uma oportunidade para eles mesmos, que uma pesquisa psicossociológica pode ser empreendida”.

Entendo que tal demanda poderia também ter sido colocada como um teste sobre a minha presença ali, sobre como eu iria responder ao que me era endereçado, mas, na prática, ela culminava em nutrir e, muito, nossos laços. Percebi-me, por várias vezes, em um lugar de certa suspensão da pesquisa para me deixar afetar, no corpo, pela experiência que vivenciava ali; ou poderia também dizer que se tratava de um processo de me permitir perder em campo para reencontrá-lo a partir de um novo olhar. Como aponta Ulmann

²⁸ Do original [Português (Portugal)]: “é na medida em que a sua oferta vai ao encontro do pedido dos sujeitos que faz eco das suas próprias preocupações e que a apercebem como uma oportunidade para eles mesmos, que uma pesquisa psicossociológica pode ser empreendida”.

(2011), “o pesquisador, embarcado física e subjetivamente no campo, por vezes perde seu objeto antes de reencontrá-lo, sempre reconfigurado por suas experiências primeiras. A imersão não deixa o pesquisador incólume” (p.188, tradução nossa)”²⁹. Um desses momentos foi uma passagem pela casa de Maria Vitória, a pedido dela, logo após ela receber a notícia de que os filhos foram considerados culpados pelo sistema judiciário e condenados a um longo tempo de pena privativa de liberdade. Nesse dia registrei o seguinte trecho no caderno de campo:

O portão estava aberto a nossa espera. Lá dentro, Maria Vitória chora copiosamente. A filha está ao lado tentando consolá-la. Maria Vitória repete infinitas vezes que se sente culpada. Os filhos só estariam presos em função de sua fama. Insiste que todos sabem que eles não cometeram crime algum. Entra uma vizinha na sala. Agora, estamos eu, Maria Vitória, Maria e a vizinha. A vizinha também possui um filho preso. Elas se consolam e conversam sobre as dificuldades da maternidade, das visitas às unidades prisionais e sobre as ausências paternas. Falam sobre as inúmeras violências do cotidiano. Citam as humilhações no posto de saúde para conseguir atendimento para os filhos, as humilhações nos trabalhos com o “povo granfino”, a brutalidade com que os agentes penitenciários as tratam no momento de visita aos filhos presos, as violências físicas e psicológicas que eram obrigadas a passar enquanto estiveram casadas e o sumiço total dos maridos nos momentos mais difíceis. A vizinha e Maria demarcam, em um certo momento, que os filhos precisam delas, que elas são importantes e que ninguém seria capaz do que elas fazem. Nesse momento me interpelam questionando se eu tinha filhos e, como conselheiras, me dizem que eu deveria pensar bem antes de os ter. “Pra ser mãe tem que dar conta de sentir muita dor!” Maria Vitória acrescenta: “Não inventa de ter filhos e marido não, menina, você é livre, na favela isso não existe não”. Me emociono. (Diário de Campo, 28 de setembro de 2017)

Para Cefaï (2010), a imersão no campo de pesquisa implica em se deixar engajar, implica em “aprender a ver, a escutar e a compreender de uma nova maneira, despojando seu corpo e sua mente de suas crenças naturais e os expondo a rostos, gestos e palavras, momentos e lugares que o surpreendem.” (p.554, tradução nossa)³⁰. Muitas vezes voltei do campo chorando, outras tantas saí com uma sensação de alegria e vivacidade que não cabiam em mim, tive vontade de passar mais tempo, voltar mais vezes. O Conjunto Palmital se tornou um lugar estranhamente familiar, ainda que radicalmente exterior. Maria “brincou” por algumas vezes comigo que construiria um “quartinho” no terreno de sua casa, “assim você vai ter um cantinho pra dormir aqui com a gente, quando vier”. Em meus registros há muitas passagens colocadas sob a forma simbólica de um parêntese sem

²⁹ Do original : « le chercheur, embarqué physiquement et subjectivement par un terrain, perd parfois son objet avant de le retrouver, souvent reconfiguré par ces premières expériences. L’immersion ne laisse pas indemne le chercheur. »

³⁰ Do original: « apprendre à voir, à écouter et à comprendre de façon neuve en dépouillant son corps et son esprit de leurs croyances naturelles et en les exposant à des faces, des gestes et des mots, des moments et des lieux qui le surprennent »

conteúdo “()”. A princípio era uma maneira de me advertir que ainda havia algo a ser dito aqui, mas que no momento da escrita me escapava. Talvez ainda funcionem assim, mas passado o tempo, como uma advertência de que, sim, há muito a dizer e há muito do que não ganhará contornos na forma de um conteúdo da linguagem escrita. Certamente experimentei a intensidade do lugar em meu corpo.

Foi assim que desenhamos e executamos nossos instrumentos metodológicos. O primeiro passo foi firmar parcerias com quem encontrávamos em campo, parcerias não de cumplicidade, mas como encontros de sujeitos do mundo (Hissa, 2013), tendo em vista essa experiência de se deixar imergir e de ser imerso, de se descobrir na medida em que se “descobre” o outro, ou, como ensinam Schwartz e Durrive (2010, p. 208), “de se deixar apropriar – quase ser impregnado – pela dimensão singular da situação, pelo histórico, pela dimensão de ‘encontros de encontros’”.

O segundo passo foi o de encontrar orientações, estruturar alicerces para o estabelecimento do diálogo com as pessoas que encontraríamos em campo. As entrevistas, em formato aberto, impuseram-se como uma ferramenta para fazer sentir e para tecer sentidos e compreensões. O “estoque de questões” se refez a cada ida a campo e se adequava aos cenários encontrados. Era comum, durante as entrevistas, a presença de muitas pessoas no local: filhos, vizinhos, parentes que por vezes permaneciam ou apenas passavam. Se não cumpríamos as condições ideais do que se entende na academia como um bom espaço para “coleta de dados”, estávamos inseridas no dia a dia dessas pessoas e próximas do que se passa no “mundo real” (claro, considerando todas as interferências que um pesquisador produz no campo). Entrevistamos 26 pessoas. Em quase sua totalidade, as entrevistas foram realizadas no domicílio das pessoas, com exceção de quatro cujos locais foram escolhidos pelos entrevistados: uma em uma praça da cidade, outra em um espaço disponibilizado por uma igreja da comunidade, uma outra em um espaço cultural sustentado por um coletivo de moradores do bairro, e a outra no espaço de trabalho da entrevistada. Entrevistamos pessoas que estavam ou estiveram envolvidas com o tráfico, mães e esposas cujos(as) filhos(as)/maridos estavam ou estiveram envolvidos(as) com o tráfico, além de uma moradora do bairro que, no momento da entrevista, estava ocupando um cargo do poder legislativo municipal. Das 26 entrevistas realizadas, cinco relatos serão trabalhados mais detidamente, entre eles, o da própria Maria – outros entrevistados aparecerão de forma mais pontual ao longo do

texto. As escolhas foram feitas de forma a considerar relatos que me mobilizaram em grande parte das análises que serão aqui apresentadas. Cabe-me ressaltar, mais uma vez, que a forma arbitrária, ao menos em alguma medida, com que recortei e registrei o material e todas as informações, observações e vivências desse período, comporta a moldura que o pesquisador sempre imporá à pesquisa.

Não havia um roteiro estruturado, mas uma questão me era central, tomar como ponto de partida nas entrevistas: Como as pessoas com quem dialogávamos compreendiam o tráfico de drogas na região? Ao longo do trabalho de campo, considerando a variação de gerações que eram entrevistadas e os dados dispostos nas primeiras entrevistas, eu trouxe também para a centralidade de minhas questões a dimensão da “trajetória familiar”.

A perspectiva de uma clínica concebida de forma mais ampla, tal como postulada pelo campo da Psicossociologia do Trabalho, tem sido a base para a escuta das pessoas visando sempre a constituição de um espaço aberto à interlocução entre os vários atores, de acolhimento, cuidado e construção, um espaço de atenção aos “sentidos que vão se coproduzindo junto aos atores com os quais se trabalha (sujeitos individuais e/ou sociais)” (Barros & Carreteiro, 2014, p. 4).

Maria não só ajudou a construir o processo metodológico, como participou ativamente no acompanhamento de todas as entrevistas construindo e colocando questões, ajudando a bordar compreensões. “Emerge, forte, a ideia de *fazer com o outro*: os sujeitos do mundo não seriam objetos passivos, mas participantes ativos de pesquisa” (Hissa, 2013, p.132). Em muitas autorias deste texto há notadamente a presença de Maria. No fazer científico, os ritos comportam etapas duras, sistemáticas que conferem legitimidade ao saber que se produz e ao profissional que se gesta. Maria atravessou parte desses ritos, como uma analista de sua época colocou seus pés no chão e perambulou³¹, colocou-se junto em nosso exercício de perguntar, pensar, refletir, interpretar. Maria não concluiu o ensino fundamental, mas é movida por um intenso desejo de saber³². Sua

³¹ “Um filósofo e um analista da sua época sai e usa os seus pés repetidas vezes. Perambular ainda tem sua utilidade” (Bauman, 1992, citado por May, 2004, p. 173).

³² Durante esta pesquisa, Maria iniciou uma pequena biblioteca em casa. Começou com livros que recebeu de doações, todos eles acomodados em uma bacia, no corredor de entrada da sua casa. Em cima dos livros, um caderno de registro para que vizinhos, principalmente crianças, pudessem anotar os livros que levavam emprestados. Nesse período, Maria decidiu também que voltaria a estudar. Chegou a retomar a matrícula

posição inquietante, sua sabedoria e disponibilidade, sua forma de ocupar o mundo colocando questões e produzindo novas compreensões a colocaram lado a lado nesta pesquisa. Com ela, eu caminhava errantemente pela região estudada experienciando, com o corpo, o território, a linguagem, os olhares, as conversas, os fazeres. É, portanto, assertivo afirmar que a posição de Maria, durante toda a pesquisa, foi de co-pesquisadora³³ e que esta tese é também, em grande medida, fruto de suas inquietações e análises.

Observar. Durante a pesquisa de mestrado chamei de observação engajada (Amaral, 2014) o período em que me coloquei no campo com o único objetivo de vivenciar, experienciar, estranhar. Como ensina Amado (2005), “deixando-nos invadir um pouco por este, de modo a conhecê-lo por meio daquilo que ele nos faz viver, a senti-lo como que do interior” (p.283). Nesse momento, eu me preocupava em marcar um ponto de diferenciação entre as tradicionais pesquisas construídas por meio da observação participante – seja no campo da antropologia, com todo o legado deixado por Malinowski (1976), seja no campo da sociologia, com as pesquisas de Booth (1902), Kellog (1911), Whyte (2005). Não foi cumprido – nem por ocasião do mestrado, nem mesmo nesta pesquisa – o pressuposto fundamental da observação participante de tornar central, exatamente, a participação do pesquisador, a inserção deste como parte da vida coletiva do meio que se observa (Lapassade, 2005).

Por outro lado, tomei como central e, portanto, como uma potente fonte de conhecimento a noção de implicação, tal como apresentado pela Psicossociologia. Coloquei em jogo minha subjetividade e a das pessoas encontradas em campo. Observei, não para descrever o que via, mas para me afetar mutuamente. Amado (2005) fazendo referência ao trabalho de Lipps afirma que “só pode entender a sensibilidade profunda do outro quem foi tocado pelo que descobre no outro. Ser empático é entender o mundo interior do outro como se fosse nosso, mas sem nunca perder a condição ‘como se’” (p.284). Apostei no conhecimento que se produz no devir desse encontro e nos afetos gerados (Favret-Saada, 2005). Como ensina Neto (2012), “o que importa, portanto, é

no programa de Educação para Jovens e Adultos, contudo, uma lesão ocular ainda por ser tratada prejudicou sua visão e dificultou sua permanência em sala de aula.

³³ Aqui, em consonância com Sato e Souza (2001), na compreensão de que “sempre existirão os informantes privilegiados que, mais do que pessoas do local, comportam-se como auxiliares do pesquisador, distanciando-se do papel desempenhado no local e, por isso, adotando uma postura de co-pesquisador” (p.37).

menos decifrar enunciados – ou aquilo que é dito – do que compreender quem fala, e a quem dirige essa sua fala” (p.246).

Esta pesquisa localiza-se em uma perspectiva interdisciplinar, amparada nas abordagens clínicas do trabalho, mais especificamente nos aportes da Psicossociologia do Trabalho, da Psicodinâmica do Trabalho e da Ergologia, e também situada em uma abordagem do trabalho de tipo etnográfica (Ulmann, 2011; Sato & Souza, 2001). A compreensão do trabalho no tráfico de drogas varejista se configura como uma tarefa complexa, pouco palpável, na medida em que aproximações da atividade de trabalho, durante sua execução, são difíceis e exigem, portanto, um exercício constante de questionamentos e invenções em termos de instrumentos a serem utilizados. Sendo assim, me colocar em uma experiência prolongada de observações “da vida diária nos locais e contextos em que ela naturalmente acontece” (Sato & Souza, 2001, p.30) me pareceu imperativo. Tomei uma certa errância pelos diversos locais em que estive como um instrumento, uma possibilidade de estabelecer conexões parciais e multiplicar o campo dos possíveis (Mendes, 2003).

Concordo, no entanto, com Ulmann (2014) de que não é possível utilizar a abordagem etnográfica como um protocolo completamente adequado aos estudos sobre trabalho. São muitos os ajustes necessários. Nesta pesquisa, a etnografia foi tomada não em sua dimensão clássica com propósitos de realizar uma descrição densa do meio estudado (Geertz, 1978), mas como modo de criar um fio, tecer redes que permitissem as aproximações e os distanciamentos necessários aos estudos de uma atividade de trabalho que se realiza no campo da ilegalidade.

Alves (2015), em sua pesquisa sobre o uso de crack no contexto da crackolândia em São Paulo, diz sobre a importância, para os relatos etnográficos, da apresentação do pesquisador o mais próximo de um “jeito nativo”. Sobre tudo nas experiências em que atividades consideradas ilegais estão em cena, seria preciso misturar-se, “quanto mais vezes se é visto, menos preocupação se causa, até se tornar despercebido.” (p.60). Na minha prática, o “ser visto” é entendido como um elemento fundamental não apenas para

a produção daquilo que nomeio como “informações da pesquisa”, mas supostamente³⁴ para garantir também a nossa segurança.

No esteio de uma abordagem de tipo etnográfica, as notas realizadas no diário de campo tornaram-se elementos fundamentais para as interpretações que agora são apresentadas e que funcionaram mesmo como um

anúncio de um “livro por vir”, mas ao qual só se chega, se é que se chega, por esse retorno ao campo que é a volta do campo sobre o livro. A etnografia é o nome desse retorno, o diário tornando-se a dobra, de tempo e espaço, que o faz existir. (Neto, 2012, p.247)

Nesse sentido, duas cenas vivenciadas em campo e registradas aqui são destacadas em função de seus desdobramentos para o primeiro quadro analítico. A primeira cena aconteceu durante a condução de uma das entrevistas e a segunda em um caminhar retornando à casa de Maria.

Cena 1

Estávamos sentados próximos ao portão da casa de João. Eu, João, sua mãe e Maria conversávamos sobre os tempos em que ele esteve preso na Apac. João escutou um carro se aproximando e o identificou como um camburão da polícia. As pessoas que estavam na rua rapidamente se deslocaram para a parte interna das residências. A apreensão de João contamina a todos. Sua mãe fechou o portão e o trancou com um cadeado. Nesse momento, ela começa a narrar sobre as últimas subidas da polícia no local, sobre a perseguição a João. João está visivelmente nervoso. Sua mãe também. O camburão estaciona exatamente na sua porta. Escutamos policiais descendo do carro, direcionando-se a alguém que está na rua e estabelecendo uma espécie de negociação, ao que parece, uma arma. O rosto de Maria também está apreensivo, o que, pela primeira vez me deixa

³⁴ No plano de redação do texto da tese, um tópico sobre os riscos na pesquisa foi incluído. Parecia quase inerente aos estudos sobre temas que comportam vias de ilegalidades e cujas ações são tidas como violentas incluir, entre as narrativas do processo metodológico, uma discussão sobre riscos. Durante a construção do texto tive dificuldades de elaborar o que deveria constar nesse tópico. Quais foram os riscos reais? O que poderia ser nomeado como riscos? A ausência de respostas às perguntas que me fazia conduziu-me a questionar a própria noção de risco. A definição de risco, de acordo com o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, está associada a um perigo. Quais dados sobre o perigo eu tinha em mãos? Maria, por vezes, comentava comigo que algumas pessoas com quem ela conversava a alertavam sobre o perigo do nosso trabalho. Poderíamos ser confundidas com X9, deladoras das práticas que observávamos. A trajetória de Maria e também a minha trajetória anterior indicavam que sim, tínhamos aqui um indicativo de risco que, evidentemente, não poderia ser negligenciado, mas que nos parecia facilmente transposto com os devidos cuidados. Quais cuidados? Os cuidados que temos no trato com o outro, seja ele quem for. Os cuidados que fundam uma relação de confiança e que reivindicam, portanto, condições éticas para o estabelecimento de um encontro. Condições essas marcadas por uma polaridade entre um não saber que se desdobra em um contínuo de um desejo de saber em ambos os polos da relação (Depenne, 2013). Compreendo, por fim, que os riscos, ou a presunção de uma necessidade de segurança que marca a abertura desta nota, constitui-se, aqui, menos como algo depreendido do campo de pesquisa, do que como uma imposição externa, fundada em marcadores políticos e sociais dominantes que delimitam verdades e reiteram *status quo*.

preocupada. Penso que estou sem identidade³⁵ e isso me preocupa ainda mais. Caso a polícia invadisse o local, como eu poderia intervir? (Diário de Campo, 23 de novembro de 2017)

A expressão “sem identidade” apareceu fortemente todas as vezes em que narrei essa cena durante as reuniões de orientação da pesquisa. A omissão reiterada da palavra “documento”, que comporia a expressão “documento de identidade”, denota uma operação inconsciente que cumpre a função de encobrir ou de resistir ao que se opera na cena. Uma construção fantasística de que portar um documento de identidade ali garantiria que, no caso de uma invasão policial, tudo se passaria sem maiores violações. Uma construção fundamentalmente arraigada em uma estrutura de classes e poderes dominantes, que entende que determinados signos são sinônimos de garantias. Uma perspectiva colonizadora típica da classe privilegiada brasileira. Por outro lado, tal operação me colocou, na vivência da construção contrária, destituída de um dos acessórios de classe e, na forte ressonância da expressão “sem identidade”, trouxe para o corpo inquietações centrais a respeito do objetivo desta pesquisa. “Sem identidade” como é possível a experiência do reconhecimento?

Cena 2

No caminho de volta à casa de Maria fomos paradas por uma moça que carregava uma mala e tinha ao seu lado uma criança, sua filha, de aproximadamente 4 anos. A moça nos cumprimenta e, verificando que Maria não a reconhece, se apresenta mencionando uma situação ocorrida alguns anos atrás, em que Maria a socorreu. Enquanto conversávamos, a criança que estava de mãos dadas com a mãe saiu procurando algo na rua, próximo ao meio-fio. Poucos minutos depois, retorna com uma haste de uma planta colhida por ali e me entrega como um presente. A conversa terminou e seguimos nosso caminho. Maria comenta que se sente, sempre, muito surpresa com a forma como as pessoas, em suas palavras, gostam fácil de mim, supostamente nem precisariam me conhecer. (Diário de Campo, 08 de janeiro de 2018)

Provavelmente, essa cena passaria despercebida caso Maria não tivesse feito tal comentário. Um comentário que remete diretamente a esse mito nacional da cordialidade, da espontaneidade e da solidariedade brasileira e que encobre, como bem mostra Jessé de Souza (2011), nossa herança escravocrata, chave para a compreensão das nossas relações sociais. O pertinente e perspicaz incômodo de Maria, que ela nomeia como um gostar fácil, mas que entendo se tratar de uma extensão da manutenção de uma mentalidade

³⁵ Nas idas a campo, eu tinha por hábito passar na casa de Maria e lá guardar tudo que portava, bolsas, chaves, celular, documentos. Saía de lá apenas com um pequeno caderno e uma caneta em mãos. Antes dessa cena, jamais tinha me preocupado em carregar o documento de identidade.

“casa-grande/senzala”, não me permitiu negligenciar essa e tantas outras situações vivenciadas que abalam, de forma particular, nossas interpretações hegemônicas. Segundo a colocação da psicanalista Neusa Sousa (1983),

a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (p.19).

2.1. Campo de pesquisa: o Conjunto Habitacional Palmital

Localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, o Conjunto Habitacional Maria Antonieta Mello Azevedo, mais conhecido como Conjunto Palmital, junto com o Conjunto Habitacional Cristina compõem a região de São Benedito, distrito do município de Santa Luzia/MG.

A origem da cidade de Santa Luzia remonta ao século XVII como importante local de exploração do ouro. Situada em uma zona estratégica de rotas de mercadoria entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, a cidade se tornou, ao longo do século XVIII, polo de transações comerciais, sobretudo, no que se referia à mineração. Já no século XIX, com a escassez dos metais preciosos, é a vez das atividades no setor agrícola ganharem maior proeminência. (Geraldo, 2014).

O processo de expansão da cidade de Belo Horizonte, no século XX, produziu um maior adensamento populacional, forçando o deslocamento de parte dos habitantes da capital para as regiões periféricas do entorno. Entre as décadas de 1950 e 1960, a expansão do vetor norte da cidade de Belo Horizonte – impulsionada pelo Aeroporto de Belo Horizonte (Pampulha), pelo Complexo Turístico e de Lazer da Pampulha, pela implantação da Avenida Presidente Antônio Carlos e do Campus da Universidade Federal de Minas Gerais – e o processo de industrialização crescente implicaram em um alto crescimento demográfico da região de Santa Luzia. (Silva, 2011).

Para Singer (1968), a implantação de um complexo industrial em Santa Luzia responderia a um problema da época: o volume de água do Ribeirão Arrudas que atravessava a cidade de Contagem – primeiro complexo industrial da região – dificultava o escoamento dos rejeitos de produtos industriais. Assim, Santa Luzia passou a abrigar indústrias de maior porte no que tange ao volume de carga poluidora. (Silva, 2011).

Em 1962, Santa Luzia foi dividida em dois distritos: o distrito sede, que condensa um número maior de bairros e onde está situada a parte histórica da cidade, e o distrito de São Benedito, que possui maior concentração populacional e abriga as grandes indústrias e o centro comercial do município.

A origem dos dois principais conjuntos habitacionais do distrito de São Benedito, o Cristina e o Palmital, está intrinsicamente associada à estratégia de provimento público de habitações implantada durante o regime militar. Na época, o Banco Nacional de Habitação (BNH), por meio das Companhias de Habitação (COHABs), era responsável pela formulação e financiamento de políticas habitacionais voltadas para o atendimento do público de baixa renda – famílias que comprovavam renda de 1 a 5 salários mínimos mensais. (Nazário & Andrade, 2010).

As primeiras unidades habitacionais construídas no Conjunto Cristina pela Cohab-MG foram totalmente financiadas pelo governo federal e compradas, inicialmente, por moradores da região sede da cidade de Santa Luzia (Silva, 2011) e, posteriormente, ofertadas a algumas categorias do funcionalismo público de Belo Horizonte (Nazário, 2010). Para Silva (2011), “a ocupação de algumas moradias do Conjunto Cristina se deu mediante práticas clientelistas intermediadas por atores políticos da região” (p.108).

No início dos anos 80, unidades habitacionais planejadas em padrão inferior foram construídas pela Cohab-MG nos fundos do Conjunto Cristina, dando origem ao bairro Palmital. A ausência de infraestrutura urbana na região e a construção feita com materiais inferiores em relação aos que eram usados nas unidades do Conjunto Cristina resultaram em uma baixa comercialização dos imóveis. (Silva, 2011).

As chuvas que atingiram Belo Horizonte nos anos 1979, 1982 e 1983, resultando em grandes enchentes e destruição de inúmeras residências no entorno dos Córregos do Nado e do Leitão, do Ribeirão do Onça e do Rio Arrudas, trouxeram maior concentração populacional para o Conjunto Palmital (Nazário & Andrade, 2010). De acordo com Silva (2011), a política de desfavelamento da capital mineira, empreendida pela Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL)³⁶ na década de 70, teve suas diretrizes remodeladas para o atendimento dessas famílias desabrigadas pela enchente. A dificuldade de comercialização das residências alinhada à tal política de

³⁶ Criada em 1971, a CHISBEL foi responsável pela execução de um projeto de remoção das favelas de diferentes regiões de Belo Horizonte. Tais remoções tinham por objetivo a ampliação do sistema viário da cidade, especialmente das avenidas Via Expressa, Raja Gabaglia, Prudente de Moraes, Petrolina e Pedro II. Conhecida por suas ações truculentas, a coordenadoria foi responsável pela remoção de cerca de 35 mil pessoas e demoliu 27.247 cômodos (Somarriba, Valadares, & Afonso, 1984). As famílias removidas recebiam uma pequena indenização e geralmente eram direcionadas para outras favelas (Costa, 2007).

desfavelamento confluiu para efetivar os interesses da administração pública nesse momento.

Em consonância com Silva (2011), Nazário e Andrade (2010) apontam, no que concerne às enchentes que atingiram a região, para uma “catástrofe anunciada”. Por meio de relatos coletados em entrevistas com moradores da região do Palmital, Nazário e Andrade (2010) contam que, naquele período, sob a gestão do prefeito Maurício Teixeira de Souza Campos (1979-1982), foi realizada uma grande obra de canalização do Ribeirão Arrudas que se estendeu até à região da Favela do Perrela. A continuidade do percurso do ribeirão, que se estendia até ao bairro Santa Terezinha, na região noroeste da cidade, permaneceu aberta. O período de chuvas se iniciou e as enchentes atingiram as residências das famílias ribeirinhas do entorno. “Proposital ou não, o fato é que o Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel) realizou, logo após o ocorrido, um levantamento das favelas e áreas sujeitas à inundação e confirmou o risco que as famílias ribeirinhas corriam de se repetir a tragédia da última enchente” (Nazário & Andrade, 2010, p.59).

As condições gerais de habitação, nesse momento inicial do bairro, foram avaliadas por esses primeiros moradores como de extrema precariedade. Pavimentação parcial na maioria das ruas, carência de serviços básicos (transporte, postos de saúde, escolas e redes de venda de alimentos), distribuição parcial de água (a água era liberada no período noturno e faltava com frequência), ausência de equipamentos de segurança pública e de serviços de telefonia pública, além da distância em relação ao centro de Belo Horizonte e, conseqüentemente, de oportunidades de trabalho e de geração de renda são alguns dos fatores frequentemente citados pelos moradores sobre a chegada no bairro. (Geraldo, 2014).

O final dos anos 80 e toda a década de 90 foram marcados por um crescimento populacional vertiginoso na região. Intensificou-se a ocupação de terrenos irregulares. A setorização popular do bairro culminou em uma nova divisão do local. Atualmente, a Polícia Militar de Minas Gerais considera a existência de sete áreas: Palmital A (Setor 7); Palmital B; Vila das Antenas; Setor 06; Nova Esperança; Nova Conquista e Três Corações. O Setor 6, conhecido popularmente como “Tampa do Caldeirão”, está localizado na parte alta do morro, uma região que era caracterizada pela existência de

uma grande área verde e que foi paulatinamente ocupada, em sua maior parcela, de forma irregular. Já o setor 7 situa-se em um vale, logo atrás do morro, e é conhecido como “Caldeirão do Inferno”.



Figura 1. Mapa do Conjunto Palmital, 2011.

Fonte: Secretaria do Estado de Defesa Social - Núcleo Santa Luzia, 2011.

Os nomes populares dos setores são indicativos de uma forte representação da violência na cidade e, mais especificamente, no bairro. Segundo dados publicados no *Atlas da Violência* pelo Instituto de Economia Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (Lima, Bueno, Iván, Olaya, Pedro, & Machado, 2017), Santa Luzia era considerada a sétima cidade mais violenta do estado. Em 2004, a Secretaria de Estado de Defesa Social apontava para a 4ª posição no ranking de cidades mais violentas. No Conjunto Palmital situa-se o maior percentual de crimes violentos. Conforme aponta Santos (2012), entre os anos de 1998 e 2004, cerca de 40% dos homicídios registrados na cidade de Santa Luzia ocorreram no Palmital. “Os crimes contra a vida constituíam-se em um dos problemas mais graves da criminalidade no Conjunto Palmital” (p.102).

A criminalidade violenta no bairro, para alguns autores (Santos, 2012; Geraldo, 2014), parece estar diretamente associada à intensa atividade do tráfico de drogas varejista na região. Tal hipótese segue respaldada em uma literatura que aponta para uma relação intrínseca entre o aumento de homicídios e a maior incidência do comércio de drogas (Zaluar, 1998; Beato, 2001). No burburinho da vida cotidiana, o Palmital é mesmo conhecido como uma zona quente, de muitas disputas entre gangues rivais. Fatores históricos, socioeconômicos, geográficos e culturais são constantemente elencados por moradores de regiões vizinhas e mesmo pelos poderes públicos como explicação causal para os índices de violência. O uso de uma referência imediata que cristaliza a concepção de “favelados = bandido = traficantes” é frequente entre habitantes de regiões vizinhas. “Favelados” em razão do histórico de remoções que deu origem às primeiras ocupações do bairro. “Bandidos” como uma referência mais comum às atividades ilícitas praticadas na região, sobretudo, durante a década de 90 e início dos anos 2000, com maior frequência para os assaltos. “Traficantes” como alusão ao intenso comércio de drogas varejista, sobretudo, a partir de meados da primeira década de 2000.

Por parte do poder público, a equação não parece ser diferente. As estratégias utilizadas para implementação de políticas públicas de segurança parecem enfatizar a distribuição espacial dos delitos, considerando aglomerados como zonas de riscos. Para Beato (1998),

ao grau de desenvolvimento de uma região, município ou localidade corresponderá uma pauta de delitos consistente com as referências de ordem cultural ordenadoras das estruturas de preferências que orientam a ação criminosa. Assim, será possível lançar a hipótese de que as regiões do estado pouco desenvolvidas têm altas taxas de homicídio em virtude de preferências determinadas por valores oriundos de códigos tradicionais de honra e da valorização da mediação violenta de conflitos entre membros de um mesmo grupo, bem como da pequena possibilidade de punição. (pp.7-8)

Apesar de afirmar que os estudos sobre a distribuição espacial dos crimes e, consequentemente, a elaboração de mapas da criminalidade cumprem a função de deslocar “a análise dos criminosos para o delito propriamente dito” (Beato, 1998, p.1), o que se observa, na prática, são análises concentradas nos sujeitos que ocupam os espaços de “risco”. Em pesquisa sobre o processo de implementação do Grupo Especializado no Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR), na região do Palmital, Santos (2012) apresenta, entre as justificativas para a implantação do GEPAR, a existência de uma predominância da população negra na região e a presença de uma população mais jovem,

sobretudo homens não matriculados no sistema escolar, ambos os fatores indicando correlações com a criminalidade violenta.

A questão da cor/raça da população também é importante para o trabalho na medida em que na literatura é possível encontrar dados quantitativos demonstrando correlações positivas entre cor/raça e criminalidade violenta – embora as estatísticas apresentem imprecisões tais como alto percentual de mortos com “raça ignorada” ou “sem informação” (Batista, 2004; Silva 2003 citados por Santos, 2012, p. 89)

a constatação de que jovens do sexo masculino, negros (Silva, 2003), na faixa etária de 12 a 24 anos, fora do sistema escolar, solteiros e moradores de aglomerados são os principais autores e, ao mesmo tempo, vítimas de crimes violentos, com destaque para os homicídios. (Santos, 2012, p. 87)

Aqui é fundamental reiterar que o que se observa na prática é que tais considerações sobre a distribuição espacial da criminalidade (Beato, 1998; Santos, 2012), na região metropolitana de Minas Gerais, e a suposta potencialidade que isso traria no que tange aos aspectos preventivos do crime reificam segregacionismos e mantêm um mesmo status quo compreensivo. São corpos jovens e negros que aparecem elencados como “justificativa” para a necessidade de uma intervenção policalesca, e é sobre esses corpos que a suposta ação “preventiva” atua, matando ou aprisionando.

Focado nos corpos, o espaço permanece como está. Sobre esse aspecto cabe retomar aqui uma história contada por uma de nossas entrevistadas sobre a origem da Praça Savassi, no Palmital. Pelos relatos, o espaço onde hoje está situada a praça era um imenso buraco, “um território” difícil de ser atravessado, mas central para todos aqueles que precisavam acessar o bairro. No período noturno era considerado um local de risco, tendo em vista a frequência com que assaltos e estupros aconteciam ali. No vocabulário popular, passar por ali à noite era um verdadeiro “salve-se quem puder”. Alguns anos depois, o buraco deu lugar a uma pequena praça, onde comerciantes locais instalavam barracas de vendas de verduras para suprir a carência de redes de comércio de alimentos. O termo “salve-se” foi utilizado como alcunha de “Praça do Salva-se”. Nos dias atuais, o local é conhecido como “Praça da Savassi”, abriga uma feira de produtos alimentícios e artesanais nos finais de semana e é também palco de inúmeros conflitos e mortes.

Por fim, ainda a respeito das considerações apresentadas pelas pesquisas de Santos (2012) e Beato (1998), e a despeito de toda argumentação que poderia ser tecida aqui no sentido de apontar para o papel de uma produção científica que se mantém implicada com a manutenção e a legitimação das desigualdades raciais, gostaria de novamente reiterar a

urgência de trabalharmos na tessitura de saberes que estejam verdadeiramente comprometidos com o social. Nesse sentido, faríamos eco aos ensinamentos da filosofia da sagacidade, a filosofia dos sábios africanos (Kalumba, 2004). Na filosofia da sagacidade de Oruka (1990), Kalumba (2004) nos explica que dois critérios são fundamentais: o primeiro é a consideração da sabedoria advinda dos sábios nativos tradicionais, e o segundo é que dizemos de uma sabedoria se há a preocupação com o “aperfeiçoamento ético da comunidade” (p. 274). Para Oruka (1990), é justamente a preocupação ética que diferenciaria o sábio, na filosofia da sagacidade, de um sofista. Apontar para uma produção de conhecimento comprometida com o social é nos orientarmos para a produção de saberes que se ergam verdadeiramente engajados na busca de soluções aos problemas éticos da comunidade.

3. ENTRETECER: Enquadramentos de vidas

*A vida da gente faz sete voltas – se diz.
A vida nem é da gente...
Aprender-a-viver é que é o viver, mesmo.”*

(João Guimarães Rosa, 2001, p.207)
Grande Sertão: Veredas

As histórias que agora serão narradas são ressonâncias das experiências de vida e de trabalho compartilhadas durante a imersão no Conjunto Palmital. São histórias pinceladas nas muitas páginas de anotações de entrevistas e do diário de campo. Histórias selecionadas, entre outras tantas, considerando as variações geracionais e de gênero, mas também pela insistência com que se apresentaram, tanto pelo maior contato com as pessoas durante o período do trabalho de campo quanto pelas ressonâncias das trajetórias biográficas em relação ao objeto de estudo. Elas cumprem a função de contar uma história, a história de uma foto registrada e transformada em uma proposta de tese. Se a moldura da foto determina limites, a história da foto se propõe a ampliar as noções do que fora observado, a fornecer elementos simbólicos que permitam clarear ou “descristalizar” o que pode ter se apresentado, em um primeiro momento, de forma rígida demais. Trata-se também de uma possibilidade de fazer registro de relatos conservando elementos que apareceram na entrevista com os destaques feitos por cada pessoa entrevistada, sem ficar, portanto, unicamente com as fragmentações das narrativas incluídas ao longo deste estudo.

É importante ressaltar que o “enquadramento” dessas histórias foi apresentado e discutido com os entrevistados aqui selecionados, no período prévio ao momento de qualificação da tese, com o intuito de verificar as ressonâncias daquilo que foi registrado durante as entrevistas. Entretecer o que foi apreendido por nossas lentes durante o “espaço/tempo do pesquisar” (Hissa, 2013) ao que para cada uma dessas pessoas lhes parecia significativo de se fazer registro.

Esse foi um momento particularmente significativo, considerando as reações das pessoas ao se depararem com essa breve sistematização dos relatos. A primeira reação acentuava a perspectiva da valoração de suas trajetórias biográficas, e de forma contente, por vezes emocionada, abria-se um caminho de troca, de diálogo, de possibilidade de

realmente construir juntos, o que se constituiu como uma passagem entre os primeiros encontros em que nos contavam sobre algo, para um momento outro em que tinham melhores condições para dialogar sobre algo. Para além do que ficou registrado, também outras informações foram apresentadas, mas que, por prudência, não apareceram no registro escrito por se tratar de conteúdos que os pudessem expor demasiadamente. Com isso foi possível tecer, para a redação final deste trabalho, um formato de apresentação das trajetórias que trouxessem fundamento às reflexões que serão registradas a seguir e também que ficasse claro o suficiente para que reconhecessem seus modos de interpretação da própria história.

3.1 A história de Maria

Maria, 55 anos, declara-se parda, casada, mãe de três filhos, dois homens e uma mulher. Nascida na região do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais, Maria e seus dez irmãos tiveram o período do que se costuma classificar como infância marcada por um tempo de driblar a fome. A refeição principal era feita na escola, onde a mãe também estava matriculada exclusivamente para pegar a merenda que recebia, levar para casa e compartilhar com os filhos. Enquanto a mãe trabalhava, Maria cuidava dos irmãos e da casa. Em tempos de maior fartura alimentar cuidava também de fazer e levar o almoço para a mãe, na beirada do rio em que lavava a roupa das famílias mais abastadas da cidade.

Aos 16 anos, Maria veio para Belo Horizonte. A mãe mudou antes em busca de emprego e moradia. Logo que conseguiu uma pequena casa com dois cômodos, localizada no bairro Santa Tereza, trouxe os filhos para morar com ela. Para contribuir com as despesas financeiras da casa, Maria se inseriu no mercado informal de trabalho. O primeiro emprego foi em um restaurante, no centro da cidade, como ajudante de cozinha. Em função da idade, sua contratação era proibida por lei; sendo assim, toda vez que a fiscalização chegava ao local, era preciso se esconder às pressas – a forma encontrada pelos patrões para evitar multas e até mesmo o fechamento da empresa.

Aos 16 anos conheceu o marido, Rodrigues, e aos 17 anos engravidou do primeiro filho. Na época, a família precisou mudar da casa onde residia, foi para uma casa ainda

menor, em um bairro situado no extremo da região leste de Belo Horizonte, próximo ao município de Sabará, chamado Caetano Furquim. Para Maria, a gravidez era uma maneira de conseguir sair da casa da família, muito pequena para todos, e ter sua independência.

Construída nas proximidades do curso do Ribeirão Arrudas, a casa em que Maria e sua família residiam passava anualmente por problemas com enchentes. Era costume a família acolher a vizinhança que perdia suas casas com as chuvas de final de ano e mesmo vivenciar situações de risco nos momentos em que era preciso ajudar pessoas que ficavam ilhadas em alguns pontos formados pela queda de barrancos³⁷. Em 1980³⁸, uma grande enchente atingiu o local e derrubou todas as casas da região. A Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL) cadastrou todas as famílias residentes no local e ofereceu aos desabrigados a possibilidade de comprar uma casa, no bairro Palmital, em Santa Luzia, a custo relativamente baixo, mediante uma política de financiamento parcialmente subsidiada pelo governo e de longo prazo.

A contragosto do marido, mas sem outras possibilidades para morar, Maria e sua família se mudaram para o Palmital. A preocupação de Rodrigues, que na época estava desempregado, era com os custos da casa, já que em Belo Horizonte eles não pagavam aluguel.

O Palmital era um bairro sem qualquer infraestrutura, distante do centro de Belo Horizonte, sem acesso a transporte público, a mercados para a compra de alimentos e mesmo à água. Aos que chegavam no bairro, diariamente era necessário irem às duas bicas próximas para buscar água. À noite se dirigiam ao ponto de recebimento do chamado “sopão”.

Com o marido desempregado, Maria começou a trabalhar como empregada doméstica, com uma família de Belo Horizonte. Ficou por três anos trabalhando nessa casa, até que a “patroa” desconfiou que ela roubava pequenas quantias de dinheiro que

³⁷ Lembrando uma passagem do diário de Carolina Maria de Jesus: “Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos” (Jesus, 2014, p.54).

³⁸ Maria traz como referência dessa enchente o ano de 1980, contudo, considerando as reportagens dos jornais veiculados na época, a enchente a que ela se refere aconteceu em 1979.

ficavam soltas pela casa. A origem do sumiço estava no filho da empregadora. Ainda assim, diante da desconfiança, Maria pediu demissão.

Na época, já com três filhos para cuidar e com todas as dificuldades para se deslocar para fora do bairro, Maria se inscreveu em um curso de costura³⁹ em Santa Luzia. Era uma maneira de gerar renda a partir de um novo ofício. A circulação mais frequente pelo bairro a aproximou da comunidade a que pertencia. Começou a frequentar as missas da igreja local, que aconteciam em um galpão.

O final da década de 80 e o início da década de 90 foram momentos marcados pela intensificação de serviços sociais voltados ao atendimento da população do bairro. Cursos de capacitação profissional se intensificaram, especialmente voltados para o trabalho na indústria, mas também para atividades técnicas, ofertados principalmente pelas unidades SESI/SENAI e pela Igreja Católica. Além de Maria, todos os filhos se inseriram em alguma dessas atividades. Nesse período, Maria passou por diversos empregos, normalmente em contratos informais, como costureira ou serviços gerais. A tônica da desconfiança sempre a acompanhou nessas atividades. Era frequente nas empresas onde trabalhava, ao fim do expediente, ter que abrir a bolsa e mostrar todos os pertences a um funcionário responsável pela fiscalização. Em algumas residências em que trabalhou como empregada doméstica tinha-se, por costume, fazer uma marca com esmalte em objetos como pratos, talheres e copos, para evitar que se misturassem com os utensílios utilizados pelos proprietários da casa.

Em 1995, um grupo de pessoas assaltou uma agência do Banco Bemge, onde um dos cargos de segurança era ocupado por um irmão de Maria. O irmão foi amordaçado durante o assalto e sofreu inúmeras agressões corporais. A empresa, no entanto, o acusou de facilitar informações relativas à segurança do banco para o grupo de assaltantes, considerando que os assaltantes residiam em território próximo ao irmão de Maria. Ele foi preso, na delegacia permaneceu por 101 dias e foi duramente torturado. A família se mobilizou para formalizar uma denúncia de tal prática ao juiz responsável pelo caso,

³⁹ Em 1977, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a partir de um convênio com a Prefeitura de Santa Luzia, abriu uma unidade dedicada à qualificação de operários para atuação nas indústrias em franco crescimento da região. Em 1986, o Serviço Social da Indústria (SESI), em um convênio com a COHAB, inaugurou a Unidade Operacional Waldir Vieira, visando atender à população do bairro Palmital (FIEMG, Cartilha de Integração – Unidade Integrada SESI/SENAI de Santa Luzia, [n.d]).

contudo, antes de levar adiante tal denúncia, alguns policiais descobriram o intento da família em fazer a denúncia e a ameaçou de morte.

Em 1997, o marido de sua irmã, que estava envolvido com o tráfico de drogas da região, foi preso. Tais atividades, ainda incipientes na região, aconteciam de forma escondida, normalmente exercida por homens em idade adulta. Maria se refere a eles como pessoas maduras⁴⁰.

Para apoiar a irmã, Maria a acompanhava nas visitas ao marido na cadeia pública⁴¹. No mesmo período, a Igreja Católica lançava a Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e os Encarcerados: Cristo liberta de todas as prisões!”. Vivenciando juntas a experiência de visitas em um ambiente prisional e ainda com as ressonâncias da experiência da prisão do irmão e as ameaças feitas pela polícia civil, Maria e a irmã procuraram a Pastoral Carcerária para realizar um trabalho de assistência religiosa nos cárceres.

Três anos depois, a irmã contraiu o vírus HIV e, em pouco tempo, faleceu. Dos cinco filhos que tinha, os três menores ficaram sob os cuidados de Maria. Em 2000, o marido da irmã foi assassinado em um conflito interno do tráfico. Um de seus filhos, na época com cerca de 15 anos, anunciou, entre conhecidos do possível responsável pelo assassinato do pai, que vingaria essa morte. Vinte e nove dias depois, ele foi assassinado.

No momento em que iniciamos nossa pesquisa, Maria, seu marido, os três filhos, o genro e o neto – que nasceu durante o período de realização desta pesquisa – residiam juntos na mesma casa em que ela e o marido chegaram, no início da década de 80, ao Palmital. Rodrigues era⁴² mecânico montador. Sua trajetória profissional foi marcada pela

⁴⁰ Em uma clara contraposição à juventude, percebidos pela geração de Maria como imaturos, que ocupam as atividades no tráfico atualmente.

⁴¹ A Cadeia Pública do Palmital, sob controle da Polícia Civil de Minas Gerais, foi inaugurada em 1986. Em 2008, a Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) assumiu a responsabilidade da unidade, que passou a ser o Presídio do Palmital.

⁴² Rodrigues faleceu, após um infarto, em outubro de 2018, em meio ao desenvolvimento desta pesquisa. Era um homem sensível às causas que Maria atua, solidário, orgulhoso da família que construiu e de seu ofício como mecânico industrial e um defensor incansável do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Operário de chão de fábrica, reconhecia em Lula a esperança por um mundo melhor, em que os espaços de poder pudessem ser ocupados por pessoas como ele – “trabalhadores”, em seus termos –, mas, sobretudo, a esperança de que o “povo pobre” pudesse ser visto em suas demandas. Em seus dois últimos anos de vida, o marido de Maria viu o impeachment de Dilma Rousseff acontecer, a chegada de Michel Temer à presidência da República e os efeitos das políticas de austeridade implantadas o atingirem diretamente. Passados quase 30 anos trabalhando com carteira assinada, viveu o maior período de desemprego da sua

passagem em muitas empresas, fato registrado nas páginas de vários exemplares da carteira de trabalho. Habitualmente era contratado e demitido da mesma empresa, com pequenos intervalos, como estratégia do empregador para diminuir os encargos trabalhistas. Trabalhava também informalmente como mestre de obra. Ele e os filhos construíram juntos cômodos que possibilitaram a expansão da casa que inicialmente tinha apenas quatro cômodos – quarto, banheiro, cozinha e sala.

Além da intensa atuação na coordenação da Pastoral Carcerária, Maria participa atualmente de um projeto de economia solidária voltado para mulheres da região e muitas outras atividades, sobretudo, no âmbito da Igreja e mesmo das associações locais. Para ela, a atuação em tais projetos voltados para a comunidade a que pertence lhe permitem maior autonomia e, portanto, maior liberdade⁴³.

3.2 A história de Maria Vitória

Maria Vitória, 61 anos, viúva, cinco filhos – quatro homens e uma mulher, declara-se negra. Atuou por 14 anos no tráfico de drogas e é uma pessoa bastante conhecida na região. Antes de comercializar drogas, morou em Belo Horizonte, onde trabalhou como empregada doméstica, cuidadora de idosos e em setores de limpeza do Mercado Central. Sempre, trabalhos informais. Morou, por muito tempo, “de favor”.

Quando conheceu seu primeiro marido, estava morando em uma das casas em que trabalhou como empregada doméstica. O marido morava na região do bairro São Geraldo. Ela passava a semana na casa dos empregadores e os finais de semana com o marido. Em 1979, uma chuva torrencial alagou a região inteira, e o marido, para salvar a irmã da correnteza que se formou com a enchente, acabou levado pela água e faleceu. O primeiro filho nasceu sem que ele pudesse tê-lo conhecido. Maria Vitória se manteve morando na

trajetória e viu o seu presidente, como ele gostava de dizer, ser preso. A inserção desta nota é também uma homenagem a Rodrigues, com a certeza de que sua presença nos faz falta.

⁴³ Em julho de 2020, em meio à reta final de escrita deste trabalho, Maria sofreu um acidente vascular cerebral isquêmico (AVCI). Após um período de internação, ela retornou para casa, onde segue em processo de recuperação. Maria permanece em tratamento da seqüela deixada pelo AVCI, a paralisia do lado direito do corpo, o que tem dificultado a mobilidade de forma autônoma.

casa de seus empregadores até o filho começar a engatinhar. Seus empregadores se incomodaram com a criança transitando pela casa e a demitiram.

Maria Vitória, o filho e seus pertences foram deixados na Praça Floriano Peixoto, no bairro Santa Efigênia. Sem ter onde morar, caminhou até à favela mais próxima do local. Dormiu na rua por uns dias até conseguir ser acolhida por uma moradora da região. Por lá ficou até ser convidada, por uma conhecida, para ir morar com ela no bairro Palmital.

Conheceu ali seu segundo marido, alcoólatra e com comportamentos violentos. Tiveram quatro filhos, entre idas e vindas. Morou por um tempo com a família dele. Um dia o marido sumiu, abandonando-a e aos filhos. A subsistência do núcleo familiar recaiu completamente sobre Maria Vitória. Conseguir um local para residir e garantir a alimentação dela e dos filhos tornaram-se tarefas ainda mais complicadas. O sopão oferecido na “praça” do bairro era uma das vias mais acessadas. Morou em uma barraca de lona e depois em uma casa arranjada por conhecidos, mas foi expulsa de lá para que os proprietários pudessem alugá-la.

Maria Vitória manteve, por algum tempo, trabalhos em residências em Belo Horizonte. Duas vezes por semana, terminado o expediente de trabalho, dirigia-se a uma espécie de sacolão que ficava na Rua da Bahia, no centro da cidade. No final do dia, caixas com sobras de alimento ficavam empilhadas na rua à espera da coleta do lixo, ali ela recolhia frutas e verduras em melhores condições para levar aos filhos⁴⁴.

Com a renda que recebia e economizava, não sem muito esforço, comprou uma casa de um cômodo, na época por 30 cruzeiros. Em 2001, um dos filhos foi assassinado após se envolver em uma discussão para defender um amigo. O filho era entregador de gás e ajudava financeiramente nas despesas familiares. A situação financeira apertou. Maria Vitória conhecia um dos trabalhadores de uma “biqueira”⁴⁵ ainda incipiente em um território vizinho ao seu bairro. Com muito receio, mas entendendo que precisava encontrar maneiras de sustentar a família, foi atrás desse conhecido. Foi nesse momento

⁴⁴ Novamente lembrando e fazendo registro aqui de uma outra passagem do diário de Carolina Maria de Jesus. “Passei no Frigorífico. Havia jogado muitas linguças no lixo. Separei as que não estava estragadas. (...). Eu não quero enfraquecer e não posso comprar. E tenho um apetite de Leão. Então recorro ao lixo” (Jesus, 2014, p.93).

⁴⁵ Ponto de comercialização de drogas consideradas ilícitas.

que ela começou a vender drogas, primeiro como uma atividade simultânea a outros trabalhos, depois como forma central de geração de renda.

Maria Vitória não fazia uso de nenhuma das substâncias que vendia, mas se mantinha em períodos de uso intensivo de álcool, para ela um instrumento importante para trazer coragem. No tráfico, as relações com a comunidade se estreitaram. A cultura do álcool pareceu contribuir para um processo de maior sociabilidade. Maria Vitória manteve, durante todo o tempo, o ponto de venda de drogas sempre sozinha, mas transitava muito pela comunidade.

Esse espaço ficou famoso na região pela venda de drogas em uma época em que os pontos de venda eram mais escassos e também mais escondidos, mas a fama de Maria Vitória parecia encontrar alicerces em sua forma de sociabilidade e atuação comunitária. Era comum acolher dentro de casa aquelas pessoas que eram mais rejeitadas localmente (homens gays, mulheres lésbicas, travestis, usuários de drogas em maior precariedade no campo da saúde) ou mesmo distribuir sopão na “praça” da cidade. Nesse período investiu financeiramente na casa que residia, construiu novos cômodos (um quarto, uma cozinha e uma sala) e comprou duas televisões.

Durante sua trajetória no tráfico esteve presa por alguns períodos, foi baleada algumas vezes e teve sua casa invadida outras tantas. Teve outro filho assassinado em função de conflitos do tráfico. O intenso uso do álcool, os períodos aprisionada e um tiro na região inferior das costas parecem ter contribuído para uma intensa debilitação de sua saúde física, dificultando sua adequação às exigências físicas das atividades no tráfico. Maria Vitória caminha com dificuldades em função de um problema na coluna ocasionado, segundo ela, pelo tiro e pelas “porradas” que recebeu enquanto esteve presa. Após o assassinato de mais um filho, Maria procurou a igreja evangélica e, aos poucos, foi deixando as atividades no tráfico.

Atualmente, Maria Vitória experencia novamente um período de maior dependência financeira. Fora das atividades do tráfico de drogas e com o corpo bem debilitado, não consegue prover o sustento da casa nem se inserir em uma lógica de trabalho formal ou mesmo informal, em função principalmente das dificuldades para locomoção. Na casa, atualmente, residem ela, a filha e uma neta (ainda bebê). Os dois

filhos homens estão presos, segundo Maria Vitória, em função de sua “fama”. Os rapazes foram acusados de gerenciar um ponto de venda de drogas.

A investigação que conduziu à condenação e ao posterior aprisionamento dos filhos foi muito comentada entre os moradores do bairro e teve ampla repercussão na mídia. Para os moradores, e essa perspectiva é também relatada por Maria Vitória, o aprisionamento dos dois filhos e de mais doze rapazes estaria conectado a manifestações de rua mobilizadas pelos moradores e à efetivação de uma denúncia contra alguns policiais que atuam na região. As manifestações tiveram origem no assassinato, por um policial, de um adolescente. Para a polícia, a alegação formal para tal morte estava fundamentada como atos de resistência. O policial atirou no rapaz após abordá-lo e ele tentar fugir da abordagem. Para a comunidade, tratava-se de um adolescente que transitava pela região, que não estava armado e não tinha qualquer vínculo com atividades ilícitas.

As manifestações dos moradores parecem ter gerado a insatisfação do delegado local, que abriu então um processo de investigação que culminou na acusação de formação de quadrilha, na qual o jovem assassinado, os filhos de Maria Vitória e outros doze rapazes foram condenados. No momento desse episódio, um dos filhos acusado estava trabalhando em uma empresa de tintas, e o outro filho morando na cidade do Rio de Janeiro com a esposa e os dois filhos.

Maria Vitória ainda conserva grande visibilidade no território. Mesmo não atuando mais no tráfico, seu apelido é usado como referência não só pelos moradores, mas também pelo Poder Judiciário e pela mídia, para a indicação do comércio de drogas que acontece no território.

3.3 A história de Raimundo

Raimundo, 51 anos, dos quais vinte e um dedicados a atividades ilegais – assalto e tráfico de drogas –, cinco filhos, declara-se pardo. Passou a infância e parte da adolescência no bairro Venda Nova, em Belo Horizonte.

Ao completar 15 anos, Raimundo começou a ajudar o pai, que era pedreiro, com os trabalhos na construção civil. A ação cotidiana aliada à experiência e aos ensinamentos paternos o formaram como servente de pedreiro. No início da década de 70 foi trabalhar na construção de prédios do então Conjunto Palmital.

Ali fez amigos, começou a frequentar o bairro fora do expediente de trabalho e a passar ali alguns finais de semana. As primeiras práticas ilícitas aconteceram nesse tempo. Aos 17 anos foi preso. Era tempo de militares no Poder Executivo. Era tempo de ditadura. Pau de arara. Choque no ânus. Água gelada no rosto. Sufocamento na sacola plástica. Chibatadas com pedaços de pneus, precisamente, trinta nas mãos e outras cinquenta nos pés. Na segunda prisão, uma coronhada no ombro associada a uma queda com os braços e pernas algemados resultaram no deslocamento do ombro esquerdo. Corpo marcado. Corpo muito marcado.

Sucederam-se outras vinte “capturas” e aprisionamentos. Raimundo passou cerca de 16 anos foragido. Das fugas restam as marcas das balas que tocaram seu corpo sem atravessá-lo, as histórias registradas na memória e a impossibilidade de acompanhar o crescimento dos filhos. Em função da atuação no tráfico de drogas varejista, foi “dono” de quase metade das casas de uma pequena região da favela onde reside hoje, a outra metade era de seu “patrão”. Ocupou a função de gerente de uma “boca de fumo” por muito tempo e se manteve como usuário de drogas ilícitas, principalmente maconha, durante todo o tempo em que atuou no tráfico.

Deixou as atividades do tráfico logo que uma nova geração de garotos e garotas começou a aparecer. Aos olhos dele, jovens deslumbrados que perdem a possibilidade de produzir renda com o comércio gastando tempo demais *fazendo guerra*. Mesmo fora do tráfico, Raimundo manteve sua popularidade entre os moradores da região. Atualmente vive em uma pequena casa na beira de um córrego – que, invariavelmente, enche e inunda em períodos chuvosos – e parece exercer uma espécie de função de síndico do aglomerado. Orgulha-se de ter conseguido instalar os primeiros pontos de luz e água e, por de meio de “gatos”⁴⁶, distribuí-los para todas as casas da região. A conta está em seu nome e o pagamento é feito por um sistema de rodízio entre os moradores beneficiados.

⁴⁶ Ligações irregulares.

Na casa moram com ele a esposa, os filhos originários dessa relação, enteados dos primeiros casamentos e dois filhos de uma vizinha que está cumprindo pena privativa de liberdade. Para evitar que os filhos dessa vizinha fossem enviados para a adoção, Raimundo e a esposa assumiram a adoção das duas crianças e estão cuidando delas até a mãe terminar o cumprimento da pena. Como principal meio de geração de renda, a família mantém uma pequena empresa de locação e armação de barracas para feiras livres. Outros bicos complementam a renda familiar, normalmente o comércio de objetos velhos achados no lixo, que são consertados e vendidos.

Sua esposa, uma mulher mais jovem, não chegou a conhecer a mãe e lembra-se vagamente do pai. Morou “de favor”, durante a infância e parte da adolescência, com pessoas diversas, alguns familiares, outros vizinhos ou mesmo conhecidos. Em alguns desses locais sofreu violências de ordens diversas, físicas e simbólicas. Há aproximadamente vinte anos vive com Raimundo. Esteve presa por um período curto, acusada de ser proprietária de bombas caseiras encontradas pela polícia no quintal de sua casa. Uma vizinha a denunciou, ao que relatam, para proteger o filho, que escondeu as bombas na casa de Raimundo.

3.4 A história do casal Atitude Feminina e Gomes

Atitude Feminina, 35 anos, casada com Gomes, declara-se parda. No momento em que a conheci tinha cinco filhos, um menino e quatro meninas. Ao longo do período de inserção no campo de pesquisa, Atitude Feminina engravidou. O sexto filho, um menino, nasceu recentemente.

Atitude Feminina e Gomes conduziam uma boca de tráfico na região. Com o aprisionamento do marido e o assassinato da filha, Atitude Feminina decidiu abrir um pequeno comércio em um dos cômodos da residência onde mora – uma mercearia para venda de materiais de limpeza fabricados em casa e produtos alimentícios.

Do primeiro casamento, Atitude Feminina retém na memória cenas de inúmeras agressões. O marido fazia uso intenso de drogas psicoativas e sob efeito das substâncias apresentava comportamentos violentos. Atitude Feminina localiza o momento em que

conseguiu romper com o marido, em uma demanda de sua filha C., que, aos seis anos, pediu à mãe para fugirem da casa em que residiam. Mexida com o pedido da filha, refletiu sobre o sofrimento que ambas estavam vivenciando e decidiu sair da casa.

Anos mais tarde, C. começou a fazer uso intensivo de drogas. Não demorou muito até sua inserção no tráfico de drogas. Foi o início de um período conturbado na vida de ambas. Atitude Feminina tinha se casado novamente, com Gomes, que naquele momento também estava inserido no tráfico. C., iniciando o período da adolescência em meio a um processo de uso abusivo de drogas, começou a apresentar comportamentos mais agressivos. Atitude Feminina a descreveu como uma pessoa extremamente amorosa e carinhosa, mas que tinha uma “agitação” descontrolada. Ao ficar sem o uso de drogas, apresentava comportamentos violentos e muitas vezes colocava a própria vida em risco. Foram diversas as vezes em que C. “fugiu” de casa pulando janelas ou mesmo ateando fogo nos colchões do quarto. Foram também muitos os episódios em que Atitude Feminina teve que solucionar “enrascadas” em que C. se envolvia. Normalmente dívidas contraídas pelo uso de drogas que não tinha como pagar.

As tentativas de Atitude Feminina em conseguir um espaço de internação para o tratamento do uso abusivo de drogas da filha foram diversas, e ela aponta sempre com mágoa e tristeza o quanto o Estado falhou com sua família ao dificultar as possibilidades de tratamento. Uma dessas tentativas aconteceu após um assalto feito pela filha a um taxista. Segundo Atitude Feminina, na “pira” de conseguir dinheiro para comprar drogas, C., acompanhada de um amigo, tentou um assalto a um taxista. Ele reagiu e ainda dentro do carro iniciou uma luta corporal com os dois. Com uma faca nas mãos, C. fez um corte profundo no rosto do taxista. Depois de alguns dias, o taxista passou pela rua em que C. morava e a reconheceu. C. imediatamente fugiu para a casa da mãe. Assustada e com medo do que poderia acontecer, C. pediu que fosse internada. Atitude Feminina foi ao Conselho Tutelar em busca de ajuda. A técnica que a recebeu, entendendo a urgência do pedido, orientou que Atitude Feminina organizasse um kit para a internação, com roupas e materiais de higiene básica, e retornasse ao serviço no mesmo dia para que pudessem seguir com os encaminhamentos. Nesse momento, vizinhos e amigos a ajudaram de forma a agilizar tudo que fosse necessário para a internação. Quando retornou ao local, a técnica já não estava mais lá e a nova atendente orientou que era preciso agendar um novo

atendimento com a psicóloga do serviço. Passado o susto, C. não compareceu mais aos atendimentos.

A despeito do comportamento intempestivo, C. era uma pessoa bastante conhecida e querida na comunidade. Isso contribuía para que os conflitos nos quais se colocava fossem resolvidos com diálogo. Ao longo da adolescência, C. estabeleceu uma série de relacionamentos homoafetivos. Atitude Feminina acolhia a filha em casa com as namoradas, mas mantinha consigo o receio de que o marido se interessasse e mesmo se relacionasse com as namoradas que a filha trazia para casa.

Na medida em que os ganhos com a venda de drogas cresceram, C. garantiu renda suficiente para ter a própria casa e também para alugar um ponto de venda de drogas, localizado no centro de Belo Horizonte. O ponto era alugado por R\$3.000,00 acrescido de um percentual de toda mercadoria vendida. O dono deveria se manter protegido e jamais mencionado, enquanto a gerência ficava a cargo de C. e seu grupo de trabalhadores.

Os ganhos com a venda de drogas também cresceram para Gomes. Em uma passagem, Atitude Feminina conta que sempre ia aos shoppings com aproximadamente R\$2000,00 em mãos. Comprava o que queria, mas, segundo ela, era só “aquele momentinho ali”. Retornava para casa e seguia a vida em função dos cuidados com os filhos e o marido. A fartura de objetos e alimentos em casa se contrastava com a sensação de ausências e as violências quase rotineiras entre o casal.

Antes de comprar aquele ponto de venda de drogas, Gomes trabalhava em uma fábrica de tecidos localizada em frente à Universidade Federal de Minas Gerais. Em função da dificuldade de deslocamento por meio de transporte público entre sua residência e o local de trabalho, usava como meio de locomoção uma bicicleta, percorrendo cerca de 30 quilômetros no percurso de ida e volta ao trabalho. O salário era baixo e insuficiente para o sustento da família, mas tinha autorização do dono da fábrica para pegar tecidos que seriam jogados fora para fabricar roupas e revender em sua comunidade. Certo dia, em função de um mal-estar sentido pela filha, foi buscar ajuda de vizinhos. Precisava de um carro para o transporte da filha até ao hospital. Os garotos que estavam comercializando drogas na região se solidarizaram e ofereceram ajuda. Gomes foi até ao local para buscar o carro, a polícia chegou e abordou todos. Gomes e os demais

garotos foram levados para a delegacia. Um dos policiais responsáveis pela abordagem era amigo pessoal do dono da fábrica para a qual Gomes trabalhava e relatou ao amigo sobre o episódio. Gomes não foi preso, mas perdeu o emprego.

Gomes passou a trabalhar em um ponto de venda de drogas. Quando o dono faleceu, fez uma oferta para os outros dois sócios do patrão e comprou o ponto. Financeiramente, a vida da família melhorou, outros aspectos se alteraram: Gomes passou a ser mais conhecido no bairro, mantinha uma posição diferenciada ao não permitir que jovens trabalhassem para ele. Em função da posição ocupada, garantia também maior respeito pela equipe policial que fazia rondas rotineiras no território e era mais assediado pelas mulheres.

Desde então, Gomes foi preso três vezes. Após a última, Atitude Feminina tentou manter em funcionamento a boca, mas sentiu dificuldades em conseguir mercadorias com os fornecedores, segundo ela, por receio de que ela não lhes conseguisse pagar. Antes da última prisão de Gomes, ela pensou em se separar do marido após descobrir que ele estava mantendo duas famílias paralelas. Contudo, com a prisão, era preciso “caminhar junto”.

C. foi brutalmente assassinada com sete tiros, vários deles na cabeça. Ao que tudo indica, em função de conflitos no último relacionamento. Segundo Atitude Feminina, C. estava se relacionando com uma mulher divorciada. O ex-marido da namorada de C. a matou dentro da boca que gerenciava e diante da namorada, que também tomou um tiro de raspão na perna. Atitude Feminina desconfia, no entanto, que a namorada também estava envolvida no assassinato e que se tratava de uma tomada do ponto de drogas, pois roubou o celular da moça dentro do hospital em que C. foi internada e viu que ela havia enviado o vídeo de C. agonizando para um primo.

4. “A GENTE VIVE NA RUA, APRENDE TUDO NA RUA MESMO”: produção de saberes sobre o trabalho no tráfico de drogas varejista

Transmitir, na ordem das coisas humanas, implica sempre escolhas, não se pode escapar disso, porque assim é a estrutura da atividade humana. (Schwartz, 2005, p.243)

Ao nos ancorarmos nas abordagens clínicas do trabalho, partimos do pressuposto primordial de que a compreensão do trabalho exige que análises sejam feitas a partir do que se apreende em situações concretas laborais. Como nos ensinam Schwartz e Durrive (2015), “partir do trabalho (...) é ir ao encontro do que acontece no aqui e agora, é se aproximar das situações que os atores do trabalho vivem no dia a dia” (p.226).

Se, por um lado, o contexto de ilicitude do campo estudado não nos permitiu vivenciar amplamente e em proximidade as práticas rotineiras e intrínsecas às atividades de trabalho no tráfico de drogas varejista, por outro, nossas escolhas metodológicas não nos deixaram recuar diante do ponto de partida. Nesse sentido, a produção de saberes sobre a experiência laboral no tráfico de drogas esteve sempre no centro de nossas interrogações.

Há ainda especificidades no contexto estudado que nos permitiram avançar em nossa proposta. O modo como as estruturas das atividades cotidianas no tráfico encontra seus pontos de ancoragem nas tramas urbanas se entrelaça às práticas sociais, se produz e se apoia nas sociabilidades locais (Telles, 2010), nos permitiu modos de aproximação diversos a essa tênue fronteira entre o mundo do trabalho no tráfico de drogas varejista e as práticas rotineiras e ordinárias da vida no território em que esse mundo acontece.

Isso posto, cabe-nos então apresentar como – a partir da atividade de trabalho, portanto, de agir científico enquanto uma atividade – percebemos a transmissão dos saberes objeto de nossa compreensão, começando por um extrato retirado do diário de campo.

18 de janeiro de 2018. 9 horas de uma manhã ensolarada. Rua JN. A temperatura está alta. As casas do entorno, construídas com materiais de alta absorção de calor, como o amianto e o concreto, tornam a sensação térmica ali ainda mais quente. Na rua, um garoto aproveita a mangueira que estava sendo utilizada para lavar o carro e direciona a água

para si, molhando-se, cantarolando e divertindo-se com a queda d'água. Do outro lado, um outro carro estacionado, equipado com potentes equipamentos de som, toca em alto volume uma música, um funk proibido de facção⁴⁷, cuja letra⁴⁸ versa sobre a rotina das atividades no tráfico de drogas em varejo. Em frente, dentro da mercearia, vemos Gomes, o dono do carro estacionado, conversando ao telefone. Sua esposa está em pé, ao seu lado, carregando um bebê de aproximadamente 6 meses de idade, organizando os produtos da mercearia e conversando com os outros dois filhos, um garoto de 6 anos e uma adolescente de 13 anos. No beco, localizado logo ao lado da mercearia, estão três jovens, todos com celulares na mão, em pé, também conversando. Na parte mais alta da rua, um senhor, idoso e cadeirante, aproveita o sol sentado em frente à sua casa e uma senhora de meia idade retira entulhos da calçada. No fluxo, entre algumas pessoas que sobem a rua, estamos eu e Maria seguindo em direção à casa de Maria Vitória. (Diário de Campo, 18 de janeiro de 2018)

O que se transmite nas atividades do tráfico de drogas varejista? Quais atos? Quais competências e saberes? Quais debates? Como ocorre essa transmissão? Como o contexto de ilicitude impacta a transferência dos saberes profissionais?

Quando se fala sobre transmissão, uma associação aos contextos educacionais, aos processos de formação rapidamente se apresenta. Uma associação que faz jus à definição do termo. Apresentada de forma simples e direta, a transmissão é um processo de difusão de saberes. Em uma ponta, alguém detentor de um conhecimento – um professor, por exemplo – faz passar esse saber a um outro, um aluno (Dumet, 2016).

Como aponta Dumet (2016), se nos detivermos um pouco mais nessa definição perceberemos que ela comporta uma inferência. Não é possível uma transmissão que se faça diretamente, que se realize fisicamente de um corpo ao outro sem o auxílio de condicionantes objetivas, sem mediações. Pensemos, por exemplo, na importância de um instrumento básico, o livro, como objeto meio que permite a passagem de um conhecimento entre um autor e seus leitores. Pensemos ainda na importância, de um lado, do investimento por parte daquele que ensina em fazer-se compreender, em transferir aquilo que conserva como um saber; e de outro, a implicação do aprendiz em reter e apropriar-se do conhecimento que lhe chega. Acrescentaríamos aqui, em consonância com Paulo Freire (1978) e também com os ensinamentos ergológicos (Schwartz & Durrive, 2015), que só é possível que uma aprendizagem se concretize quando há uma recusa por uma transmissão que se faça diretamente e, portanto, recusa a uma transmissão

⁴⁷ Gênero musical que tem origem no funk carioca e cujas letras versam especificamente sobre o contexto das facções criminosas.

⁴⁸ Trata-se da música Proibidão CV, Rap proibido 9.

que desconsidere a participação ativa dos atores interessados naquilo que se constrói como um saber.

Outras tantas condicionantes poderiam ser aqui apresentadas, no entanto, gostaríamos de nos deter sobre outra característica que recobre a noção de transmissão. A ideia de que, em função de seus dispositivos e condicionantes, a transmissão possa acontecer de maneira visível, mas, por vezes, talvez pudéssemos mesmo dizer que, na maioria das vezes, seu potencial de realização prática se dá de forma tácita.

No âmbito educacional, a formação escolar, os recursos e os dispositivos utilizados por professores e alunos se tornam instrumentais visíveis de um processo de transmissão que poderá ou não se efetivar. Obviamente, as maneiras de efetivação de uma transmissão encontram percursos singulares em uma concatenação de elementos que possibilitará a incorporação do conteúdo transferido.

No contexto laboral, por sua vez, verificamos novamente a importância de tais dispositivos quando buscamos compreender a maneira como se realiza a transmissão dos saberes profissionais. Os dispositivos institucionais formais – tais como estágios, cursos, treinamentos –, mas também os documentos prescritivos das tarefas do trabalho são algumas das tantas expressões visíveis da importância da transmissão de conhecimentos por meio das competências profissionais necessárias para o desenvolvimento de uma atividade de trabalho. Não escritas em normas, de maneira subjacente, estão as transferências de saberes que acontecem nas situações reais de trabalho, e também fora delas, mas que são propriamente passadas entre os trabalhadores de diversos níveis hierárquicos.

Aqui é imprescindível destacar a pluralidade de dimensões que compõem uma atividade de trabalho e que se tornam conteúdos objetos de transmissão (Thébault, 2018). Pascale Molinier (2008) nos lembra que:

O trabalho é invisível. A solidez e a estética de uma obra, o rigor de uma demonstração, o sabor de uma refeição podem ser julgados e apreciados. Mas as esperanças e as expectativas que o trabalho suscita, os esforços individuais e coletivos, as formas de inteligência que ele mobiliza, os sofrimentos e os prazeres, as remodelagens psíquicas onde ele é o palco, não se veem. Certas atividades são ainda mais invisíveis. (p.7)

No que tange às atividades no tráfico de drogas, poderíamos dizer que elas estão submersas nesse plano da invisibilidade, tal como aponta Molinier (2008). Aqui teríamos adicionadas novas camadas de complexidade. Se os sabores de uma refeição podem ser julgados e apreciados como resultados de esforços individuais, não necessariamente visíveis, do chefe de cozinha e dos esforços coletivos de sua equipe, no que se refere ao universo do tráfico de drogas, o trabalho permanece em sua totalidade no campo da invisibilidade para dar espaço, no palco, à força da marca criminosa.

Obscurecidas por uma via de compreensão única, as análises sobre os processos de transmissão no tráfico de drogas parecem igualmente resistir a um entendimento que se faça em termos de um saber-fazer, de uma apreensão dos esforços laboriosos e das habilidades profissionais necessárias a essa atividade. Analisar como se dá a construção dos saberes nesse trabalho, sobretudo no que tange aos “saberes investidos” (Schwartz & Durrive, 2015), advindos da experiência, como vimos sinalizando, comporta mesmo um grande desafio. Por outro lado, é justamente a variabilidade de contextos em que a transmissão no tráfico de drogas se realiza que nos permite uma aproximação das práticas sociais e dos exercícios desse ofício por diversas facetas.

Na primeira vez que estivemos com Maria Vitória, perguntamos a ela sobre como era ser uma mulher ocupando uma posição de “patroa” no tráfico de drogas e onde ela aprendera as habilidades necessárias para gerir esse comércio. Considerando que o tráfico de drogas no Brasil é composto em sua grande maioria por homens, ao colocarmos tal questão, tínhamos como intenção conseguir capturar as nuances de como se configurava a participação de uma mulher nessa atividade. A resposta veio de forma rápida e assertiva:

Ué, na rua! O povo fica falando que a cadeia é escola pro crime, eu vivo vendo esse povo da televisão falar isso, mas eu não acho isso não. A gente vive na rua, aprende tudo é na rua mesmo. Pra mim só foi mais difícil porque eu sou mulher, daí precisa impor respeito pros cara. (Maria Vitória, 14 de julho de 2017)

A assertiva de Maria Vitória nos traz uma chave de compreensão importante. Como já apontamos anteriormente (Amaral, 2014), os modos de gestão do tráfico transbordam para a vida local, implicando todos que residem nos arredores, de uma maneira ou outra, naquilo que é considerado como “normas do proceder” ou “leis do tráfico”. Tais normas dizem respeito, por exemplo, às maneiras como se solucionam os conflitos sociais, sejam eles referentes à gestão do comércio – como é o caso de dívidas contraídas pela venda de

drogas que não são pagas no ato da compra ou no prazo estabelecido para tal – ou mesmo aos conflitos domiciliares que ganham a cena pública, como é o caso de um jovem, alcoólatra, que bate violentamente em seu pai, um senhor idoso, após a recusa em lhe dar dinheiro para a compra de bebidas. Em ambas as situações, as soluções que serão apresentadas passam necessariamente por uma discussão interna à organização do tráfico.

Tal teor normativo, percebido em uma conjuntura histórica definida, exhibe toda a sua potência organizativa, uma construção protocolar que antecipa e enquadra, codifica e prescreve (Schwartz, 2011). As chamadas “leis do tráfico” estão para esse contexto laboral como uma economia de experiências que se pretendem enquanto um arcabouço propiciador de antecipações (Amaral, 2014).

E como essas normas ganham aderência no tecido social? A resposta fornecida por Maria Vitória nos permite agora retomar a cena relatada no diário de campo. A rua compreendida como lócus de um saber que se coloca em transmissão.

Começemos pela música. O funk cantarolado pelo garoto que se diverte com a mangueira e que é escutado por todos os transeuntes da rua, faz circular uma narrativa importante sobre as atividades no tráfico de drogas. A letra da canção não foi composta por um membro daquela comunidade, faz referência a uma facção criminosa sem capilaridade naquele local, traz nomes de traficantes que não são conhecidos da comunidade, mas, ainda assim, difunde uma cultura experimentada no cotidiano das periferias e modos de operacionalização das atividades no tráfico de drogas varejista. A mesma canção, quando tocada em sua região de origem, tem efeitos ainda mais diretos sobre os moradores locais, na medida em que, por meio de seus versos, transmite recados a outros trabalhadores do tráfico, dissemina os feitos da facção e as normas de convívio para aqueles que aí residem e exalta o território, na mesma medida em que promove uma concepção de maior pertencimento ali⁴⁹.

A música tocada em alto volume naquele carro cumpre ainda uma outra função, a de propaganda para o baile que aconteceria no final de semana seguinte à observação da cena. Gomes conta que, naquele momento, falava ao telefone com um “parceiro”, um outro membro da organização do tráfico que tinha como tarefa negociar diretamente com

⁴⁹ Uma análise detalhada sobre as letras do funk proibidão de facção e sua relação com as atividades no tráfico de drogas varejista pode ser encontrada em Rodrigues, Ferreira e Arruda (2011).

alguns policiais que atuavam na região. A negociação passava pela entrega de um valor financeiro em troca de uma “autorização” para que o baile acontecesse.

O baile é uma festa e é também uma parte inegável da cultura periférica. O estilo musical mais tocado é o funk em suas diversas variações, incluindo o funk proibido de facção. No território estudado, os bailes acontecem sempre nas ruas e são, em sua grande maioria, financiados e organizados pelo tráfico. O retorno financeiro chega principalmente com a venda de drogas e bebidas alcoólicas. Tornam-se espaços de sociabilidade para a juventude local. As “normas do proceder” circulam entre os participantes da festa, desde a forma em que ela é organizada, acionando tanto pessoas que compõem o trabalho no tráfico de drogas quanto pessoas que não estão inseridas nas atividades, circulam também nas conversas e nas letras de algumas músicas tocadas. No entanto, muito ao contrário de um discurso que tende a criminalizar os bailes funks como espaços exclusivamente de apologia à violência, as festas são momentos que abrem espaços para a criatividade, para a expressão de uma cultura local, para a socialização, para a afirmação valorativa do território e para a sensação de pertencimento grupal (Rodrigues, Ferreira, & Arruda, 2011).

Retomando a cena registrada, a conversa da esposa de Gomes com seus filhos. Visivelmente irritada, ela interpela o filho sobre sua prática de ficar brincando de correr e pular pelos telhados das casas da comunidade. Saber correr pelos telhados é uma competência importante para as atividades no tráfico de drogas. Diz de um corpo que sabe se colocar em fuga em situações de perseguição de policiais ou mesmo de membros de grupos rivais.

A brincadeira do filho de Gomes, que observa jovens a todo momento correndo pelos telhados, não diz de sua inserção presente ou futura nas atividades do tráfico. Poderia ser vista como uma simples diversão, por outro lado é impossível negligenciar as marcas desse saber que se faz registro no uso do corpo, nesse corpo imerso nas relações sociais estabelecidas naquele território, nesse corpo fincado nesse momento histórico. Como ensinam Schwartz e Durrive (2015), “a pessoa se remete ao corpo, mas também à história [...] porque a história da pessoa está profundamente engajada nessa passagem; nosso corpo é um ‘corpo histórico’” (p.34). Não se trata, no entanto, de um saber que necessariamente estará vinculado às atividades do tráfico de drogas, mas de um

conhecimento tecido por essa economia de experiências, por esse agir que é, em grande medida, produzido também pelas práticas nesse contexto histórico do tráfico de drogas.

Ainda na cena registrada, a figura dos três garotos com os celulares nas mãos, todos trabalhadores do tráfico, posicionados estrategicamente no que se considera como a porta de um ponto de vendas de drogas. Os três garotos são interpelados pelo senhor cadeirante e pela senhora que recolhe entulhos da rua, com comentários de deméritos sobre as atividades ali realizadas. Ambos insistiam para que um dos garotos, ao que parecia inserido recentemente nas atividades do tráfico, retornasse para a casa e buscasse “um emprego de verdade”. Não há um diálogo estabelecido diretamente entre os garotos e os senhores, mas há um gesto. Frente à notória irritação do garoto a quem os comentários estavam endereçados, um dos rapazes toca em seu ombro, como se convocasse sua atenção, e mostra um maço de notas guardado no bolso da bermuda. Ainda que não seja colocada de forma clara ou realizada conscientemente, há aqui uma confrontação de valores que chega interpelada pelo outro na situação de trabalho. Há aqui um universo de valores acionado, que pode ser avaliado ou não pelos protagonistas em seu grau de pertinência. Há aqui um diálogo que não sabemos se foi realizado explicitamente, mas certamente se opera implicitamente por meio do gesto. Há aqui um saber que se coloca em transmissão.

Por fim, é possível sinalizar para a circulação de saberes que se opera na própria estrutura organizacional do tráfico. A despeito de um espaço/tempo protocolar de formação e, portanto, de um dispositivo formal que funcione de forma a fazer circular o patrimônio de saberes, o sistema de repartição de tarefas, as hierarquias na organização de trabalho são lócus fundamentais da cadeia de transmissão. É interessante destacar a figura das crianças e dos adolescentes que ainda não fazem parte da organização, mas que cumprem algumas tarefas simples, os chamados “favores”. A partir do momento em que se confia a outras pessoas uma tarefa, ou um conjunto de tarefas, insere-se no jogo uma herança, uma circulação de diferentes tipos de experiências e conhecimentos, abre-se a possibilidade de aproximação dos saberes investidos na atividade.

4.1. Absorver sabedorias para bordar compreensões

Pois bem, no que tange à nossa atividade de pesquisadora, como percebemos a transmissão dos saberes objeto de nossa compreensão? Aqui, a assertiva de Maria Vitória traz novamente uma chave importante para aqueles que se colocam na busca da produção de saberes sobre o trabalho no tráfico de drogas varejista. A rua foi o local, por excelência, que nos permitiu, enquanto pesquisadora, ir ao encontro das situações do cotidiano no trabalho do tráfico, no “aqui e agora” como insiste Yves Schwartz (2016a). Nesse sentido, quando apontamos para uma certa errância como um potente instrumento durante a pesquisa de campo, queremos justamente sinalizar para esse precioso indicativo estabelecido na resposta de Maria Vitória e também nos ensinamentos de Maria: seu engajamento no território e seu movimento de aproximação com as diferentes facetas da realidade local fizeram com que nosso encontro fosse também o encontro com uma herança de saberes sobre o mundo do trabalho e a vida no tráfico de drogas. Importante observar a costura das duas faces na trama de compreensão da realidade: ao passo que para nós a produção de um conhecimento sobre as atividades no tráfico nos convocava a uma constante busca de apreensão dos saberes investidos na atividade, para Maria a disponibilidade e o desejo de estabelecer novos entendimentos e transformações a colocava em um esforço de se afastar do aqui e agora, de estranhar sua realidade cotidiana, de forma a fabricar novas questões.

Transmitir pressupõe movimentos (Schwartz, 2005). As reflexões aqui tecidas são frutos de muitos movimentos, movimentos de aproximações e confrontações, movimentos de transmissão. Nesse sentido, compreendemos que a transmissão de saberes sobre o tráfico de drogas só se tornou possível na medida em que nos colocamos, nós e Maria, em um movimento dialético, um movimento real do corpo e do processo elaborativo engajados na vontade de saber e de transmissão sobre esse (des)conhecido contexto laboral.

Sabemos que mundo do trabalho no qual estamos inseridos, no que se refere à produção de saberes necessários para a realização da atividade de trabalho, determina exigências diversas de formação e qualificação dos sujeitos, em âmbito profissional, pessoal e coletivo.

A ausência de manuais e protocolos de prescrições para as atividades no tráfico incidem de maneira a dificultar o registro formal das tarefas a serem executadas e a manutenção de um certo patrimônio de antecipações que, como parte de uma herança, permita ser perpetuado por diferentes gerações. No entanto, como Schwartz (2010) já nos alertava, “os limites de uma situação de trabalho não são jamais descritíveis, eles são imprecisos” (p.208), tornando impossível uma definição completa de competências ajustadas às situações de trabalho. A capacidade microrrecriadora dos sujeitos em situação laboral, o processo constante e infinito de renormalizações não nos deixam recuar diante de tal impossibilidade e alimentam a necessidade constante de reconfiguração das competências e, evidentemente, da contínua transmissão dos saberes que são gestados nesse processo.

O que encontramos no contexto do tráfico de drogas, tal como em outros contextos de trabalho, é uma enorme variabilidade de modalidades de transmissão dos saberes profissionais e também uma diversidade de dispositivos utilizados. Ainda que tais modalidades e dispositivos não encontrem lócus e aparatos mais ou menos formais, sua expressão encontra condição de realização na participação ativa dos atores envolvidos nesse contexto de trabalho.

Há que se ressaltar, no entanto, um ponto que parece essencial para a efetividade da difusão dos saberes profissionais no tráfico: a capilaridade de suas ações no tecido social, mais especificamente uma característica amalgamada entre as atividades de trabalho no tráfico e as facetas da vida cotidiana local, parece contribuir fortemente para potencializar as condições de realização da transmissão dos saberes profissionais nesse contexto.

Se podemos apontar, por exemplo, o livro, como um objeto meio, como uma condicionante objetiva para um processo de difusão de saberes, diríamos que a capilaridade das ações do tráfico de drogas no tecido social encontra na rua uma materialidade, um objeto meio que possibilita uma certa transmissão. Seja no campo do agir técnico, seja no âmbito do agir científico, saber ler a rua parece mesmo ser condição sine qua non para a produção (e apreensão) de saberes sobre esse ofício.

5. “COM NÓIS É DIFERENTE, NÓIS SÓ SE FODE, SÓ DE CÊ MORAR AQUI, CÊ JÁ É FEITO LIXO”: A administração dos indesejáveis

Produto de um maquinário social e técnico indissociável do capitalismo, de sua emergência e globalização, esse termo [negro] foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o negro é na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria – a cripta viva do capital. (Mbembe, 2018, p.21)

Foi na Praça da Savassi que entrevistamos Jhou, um rapaz de 26 anos, que se reconhece como pardo e que começou a atuar no tráfico aos 14 anos de idade. Filho de um policial militar, Jhou narrou inúmeras situações de desavenças dele e de seus quatro irmãos homens, todos envolvidos no tráfico, com o pai. E traçou um paralelo de tênue limiar entre a profissão do pai e a sua:

É que meu pai usava farda, daí o povo respeita, ele podia judiar, bater na minha mãe, podia até matar inocente, mas ele é polícia, o povo acha que tá certo. Com nós é diferente, nós só se fode, só de cê morar aqui, cê já é feito lixo. (Jhou, 2 de julho de 2017)⁵⁰

Conversamos por cerca de três horas. Ao final da entrevista, Jhou indaga se poderia fazer uma pergunta. Interroga sobre o porquê de outros “bochechas rosa”⁵¹ não irem até lá para conversas como a que tivemos, se seria por medo ou por ausência de “consideração”.

Essa entrevista com Jhou aconteceu exatamente três meses antes da cena de uma pessoa sobre o parapeito do viaduto, relatada na abertura desta tese. As questões postas por Jhou, as questões que elaboramos a respeito dos gritos que interpelam uma pessoa que parece estar na iminência de um suicídio, os relatos que escutamos no campo de

⁵⁰ Passados 65 anos desde a descoberta dos primorosos escritos de Carolina Maria de Jesus, a força da metáfora proposta por ela se faz ainda presente. “Eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos” (Jesus, 2014, p.195).

⁵¹ Essa entrevista foi realizada na praça, todos sentados no chão, em um dia ensolarado. Em certo momento, Jhou “brincou” comigo sobre a exposição ao sol: “ter pele branquinha dá nisso, fica com as bochechas rosa”.

pesquisa, a história das origens do bairro Palmital e mesmo a nossa trajetória são elementos que não nos deixam recuar frente à necessária “consideração” sobre possíveis marcadores da existência e, mais especificamente, sobre a dinâmica do reconhecimento, objeto de nossas investigações.

Sabemos que a experiência do reconhecimento não pode ser pensada fora da relação com o Outro e de sua dimensão contextual, em uma perspectiva histórica.

Podemos, pois, dizer que a relação com o outro é fundamental para a nossa reflexão. E daí afirmar também que não existe auto-reconhecimento. Eu não me reconheço por mim mesmo, estou sempre alienado no olhar ou no discurso do outro (...). Numa linguagem nos é familiar: é pela alienação na **imago** de outrem ou no discurso do Outro (a cultura, a “lei”, uma ideologia, um contexto político-econômico, etc.) que nasce minha “identidade” ou meu modo de “ser no mundo”. (Araújo, 2001, p. 32)

Tal ponderação de Araújo (2001) nos leva a pensar sobre a cena do viaduto. Interrogamo-nos sobre como seria possível manter a vida onde as manifestações do “eu” são sempre capturadas pelo Outro como um imperativo de aniquilamento. Como se efetivariam as dinâmicas de reconhecimento para aqueles que experienciam, sob o olhar ou discurso (ou gritos) do Outro, um imperativo de aniquilamento? Tais questões insistem com forte ressonância para nós.

Mbembe (2018a), refletindo sobre as maneiras de matar em situações de grandes massacres, aponta para um fluxo que reduz corpos sem vida “à condição de simples esqueletos” (p.60), esqueletos expostos, que cumprem a função de manter um “espetáculo mórbido do ocorrido” (p.61). Em absolutamente todas as entrevistas há um fluxo narrado que iguala as vidas ali vividas ora ao termo “Lixo”, ora à expressão “Zé Ninguém”. “Lixo” e “Zé Ninguém” ora aparecem para se referir mais claramente às ações da polícia, ora à forma de tratamento recebida no contexto das políticas públicas (postos de saúde, escola, centros de referência, etc.), ora para localizar uma dinâmica de classe e a forma como se sentem vistos pela “galera do asfalto”. Nessa guerra oculta que se produz na luta de classes, diríamos de uma redução outra ou, nos termos que Mbembe (2018a) nos convida a pensar, de uma redução de corpos com vida à condição de “Marginais”, “Lixos” ou “Zés Ninguém”. Mas de que vida podemos dizer aqui?

5.1 Das massas marginalizadas sem função na reprodução do capital: um pequeno apanhado dos antecedentes teóricos

A respeito da *Situação da Classe Trabalhadora da Inglaterra*, Engels (1845/2010) aponta para um inevitável excedente populacional, próprio à dinâmica do capitalismo. Para o autor, a existência do capital concentrado em poucas mãos, o monopólio dos meios de produção aglutinado entre a burguesia, funda a existência de um proletariado em uma condição servil, aprisionado em uma relação de sujeição cujo resultado é, invariavelmente, o aumento do pauperismo e, portanto, a agudização das condições mínimas de sobrevivência.

Eis porque o proletariado, de direito e de fato, é escravo da burguesia, que dispõe sobre ele de um poder de vida e de morte. Ela lhe oferece os meios de subsistência, mas em troca de um “equivalente” – seu trabalho; e chega ao ponto de lhe dar a aparência de agir segundo sua própria vontade, de estabelecer livremente com ela um contrato, sem constrangimentos, como se o proletariado fosse o autor de seu próprio destino. Bela liberdade, que deixa ao proletariado, como alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia, a chance de morrer de fome, de frio, de deitar-se nu e dormir como animal selvagem! Belo “equivalente”, cujo montante é inteiramente deixado ao arbítrio da burguesia! E se o operário for suficientemente louco para preferir morrer de fome a se submeter às “justas” propostas burguesas, seus “superiores naturais”? Ora, é fácil encontrar um outro que as aceite, pois há muitos proletários no mundo e nem todos são insensatos o bastante para preferir a morte à vida. (Engels, 1845/2010, p.118, grifo nosso)

Liberdade. Para garantir subsistência é preciso trabalhar. Para trabalhar é preciso existir postos de trabalho. Se os postos de trabalho são insuficientes, é preciso disputar vagas, ainda que o equivalente do trabalho, o salário, não seja suficiente para garantir razoavelmente a subsistência. Liberdade, portanto, que supostamente garantiria o direito de concorrer.

A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses. (...). Essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua luta contra ele. (Engels, 1845/2010, pp.117-118, grifos nossos)

Na dinâmica da concorrência, aqueles que restam para fora dos postos de trabalho constituem uma camada populacional supérflua. Uma massa excedente que pressiona o trabalhador a laborar excessivamente, até ao limite de sua capacidade, de forma a garantir que seu posto de trabalho não seja rapidamente ocupado pelos desvalidos à espera de uma vaga (Engels, 1845/2010). Em consonância com Engels, Marx (1867/2011) assinalou que, no processo de desenvolvimento do capital, a contenção da luta de classes se realiza por meio de uma segregação forçada. No curso do processo de acumulação do capital, as mudanças na sua composição incidem diretamente na dinâmica populacional. Acumulação do capital e dinâmica populacional se associam e se movimentam a partir da taxa de exploração que altera a demanda pela força de trabalho.

Aqui é importante notar que essa massa supérflua é imprescindível para o processo de acumulação de capital, na medida em que este precisa de um quantum populacional suficientemente miserável e imediatamente disponível para ser recrutado como mão de obra barata, em períodos em que seja necessário balancear as variações nas taxas de extração do mais-valor (Harvey, 2013). A essa massa populacional supérflua, designada por Marx (1867/2011) como exército industrial de reserva, cumpre ainda a função de forçar a disciplina nas fábricas de forma a garantir o contrato ativo dos trabalhadores e, portanto, evitar o desemprego.

Imprescindível é evidenciar aqui que a conformação de um exército industrial de reserva não se deu como mecanismo único de pressão sobre a classe trabalhadora⁵². A disciplinarização da força de trabalho encontra locus profícuo nas chamadas *Workhouses* ou “Casas de Correção”, que se constituíram como instituições responsáveis por domesticar, para o trabalho nas manufaturas, a mão de obra daqueles tidos como vagabundos. “Os camponeses, expulsos do campo e separados dos meios de produção pela crise do sistema feudal (...) eram o alvo principal destas instituições que tinham como objetivo transformá-los em indivíduos adaptados à disciplina do trabalho manufatureiro” (Barros, Silva & Vandeveldt-Rougale, 2019, p.480, tradução nossa)⁵³. Em períodos de

⁵² Nessa parte do texto, as expressões “classe trabalhadora”, “classe operária”, “trabalhadores” foram utilizadas como sinônimos e como expressão da camada populacional que vende sua força de trabalho, seguindo, portanto, as referências utilizadas, em um primeiro momento, tanto por Marx quanto por Engels. Sabemos, contudo, que são complexas as relações no interior dessa totalidade, que comporta distintas experiências de dominações/opressões.

⁵³ Do original : «Les paysans, expulsés des champs et séparés des moyens de production par la crise du système féodal (...) étaient les principales cibles de ces institutions qui avaient comme objectif de les transformer en main-d’oeuvre.»

maior oferta de postos de trabalho, as “Casas de Correção” entregavam indivíduos mais produtivos e dóceis aos espaços fabris; em períodos de menor oferta de trabalho, cumpriam a função de contenção da mendicância e da vagabundagem⁵⁴. As *Workhouses* representavam, como bem mostra Melossi (2014) seguindo os estudos de Rusche e Kirchheimer (1984), um espaço transicional que daria forma às prisões contemporâneas e, portanto, uma alteração no que tange à domesticação para o trabalho produtivo nas fábricas, em um momento primeiro, para sua prevalência meramente como controle social. Tratava-se, portanto, de espaços de segregação que instrumentalizavam a contenção da luta de classes.

Interessante destacar que, para Engels (1845/2010), a primeira forma de resistência dos operários ingleses ao processo de subjugação nas relações de trabalho, estabelecidas pelo modo de produção capitalista, foi justamente o crime. Segundo o autor:

a revolta dos operários contra a burguesia seguiu de perto o desenvolvimento da indústria e atravessou diversas fases (...). A primeira forma, a mais brutal e estéril, que essa revolta assumiu foi o crime. O operário, vivendo na miséria e na indigência, via que os outros desfrutavam de existência melhor. Não podia compreender racionalmente porque precisamente ele, fazendo pela sociedade o que não faziam os ricos ociosos, tinha de suportar condições tão horríveis. E logo a miséria prevaleceu sobre o respeito inato pela propriedade: começou a roubar (...) O aumento da delinquência acompanhou a expansão da indústria (...), há uma relação direta entre o número de prisões e o de fardos de algodão consumidos. (p.248)

Se não se compreende o crime, nesse momento, como uma resistência⁵⁵ necessariamente consciente e, por conseguinte, claramente política, seguramente se poderia dizer, seguindo Melossi (2014), que se trata de uma forma de resistência de classe. Uma resistência capturada pelas forças políticas que representam o capital e enquadrada em um “tipo criminológico”, cuja gênese e aparato corretivo estão imbricados na origem mesma do capitalismo. Nesse sentido, é verdadeiro afirmar uma correlação positiva entre o crescimento do pauperismo – emergente do processo de expropriação dos camponeses e, posteriormente, da exploração da força de trabalho e da estruturação do capital – e o crescimento da criminalidade. Contudo, tal afirmação dita por si só encobre seu fundamento, qual seja, se tal correlação resulta em verdade é justamente porque a

⁵⁴ As *Workhouses* assumiram formas diferentes em diferentes países da Europa continental e finalidades outras que não estão esgotadas nos aspectos generalizantes aqui apresentados. Para a compreensão aprofundada do tema ver Rusche & Kirchheimer (1984) e Melossi & Pavarini (2014).

⁵⁵ Melossi e Pavarini (2014) apresentam com maestria a resistência, sobretudo no período inicial do capitalismo, dos camponeses em se adaptarem aos processos produtivos manufatureiros do início do capitalismo.

concepção de crime se molda e se constitui a partir dos interesses da força do capital. A reflexão, diga-se de passagem, carregada de ironia, feita por Marx (1842/2017) em artigo escrito para a Gazeta Renana, sobre os debates em torno da lei referente ao furto da madeira pela população pobre da província do Reno, é exemplar para essa compreensão. Se apanhar gravetos ou se apropriar da madeira ganhar contornos de furto, não seria possível apontar como um primeiro roubo a apropriação de terras como privadas?

A criação de uma “rede de instituições *subalternas* à fábrica” (Melossi, 2014, p.48) – as casas de correção e seus correlatos seguintes, as prisões, as escolas, os hospitais – se mostrou fundamental para garantir as condições ótimas de extração da mais-valia, bem como para a efetivação do controle social. Fora da fábrica, lembra Santos (2014, p.6), aquela camada populacional “sem utilidade direta na reprodução do capital, mas necessária para manter os salários em níveis adequados para valorização do capital (...)” é controlada “pelo cárcere, que realiza o papel de instituição auxiliar da fábrica”.

Pois bem, o progresso das técnicas, o desenvolvimento de maquinarias e a automatização de partes do processo de trabalho resultam em crescimento vertiginoso dessa massa de supérfluos, com efeitos ainda mais dramáticos para suas condições de existência. O que Marx (1867/2011) demonstra é uma relação direta entre o aumento exponencial na produção de riquezas e o aniquilamento das condições de existência da classe trabalhadora. “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (p. 392, grifos nossos).

A despeito das condições indignas de existência impostas à classe trabalhadora, incluindo, tal como apresentado por Marx e Engels, sua expropriação, sua opressão, sua servidão, sua degeneração, seu aprisionamento, não se pode tomá-la como um apêndice no processo de produção capitalista. A vitalidade da força de trabalho é imprescindível para o funcionamento do sistema. Lembremos que, para Marx (1867/2011), a forma mercadoria é a intermediação a partir da qual as relações sociais se estabelecem no modo de produção capitalista. A mercadoria não aparece, portanto, como um pressuposto, mas como algo produzido pelo trabalho humano, ainda que sua fetichização cumpra a função de encobrir e, em esfera última, coisificar sua produção. Depreende-se, portanto, que, no capitalismo, os seres humanos, para existirem enquanto seres humanos, têm que ser, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, compradores e vendedores, ainda que tal balizador de

“igualdade” esteja disposto apenas em aparência (Carcanholo, 2017). Sem a compra e a venda da força de trabalho não há circulação do capital, vez que o fluxo do capital e a acumulação de riqueza dependem completamente da transformação da força de trabalho em mercadoria (Harvey, 2005). Assim, vale dizer que, em última instância, a dinâmica capitalista estabelece os marcadores de reconhecimento e igualdade entre seres humanos a partir das figuras de vendedores e compradores, categorias que delimitam a própria possibilidade de existência.

Sabemos que os processos de financeirização do capital estabelecem complexidades diversas no que tange ao caminho percorrido acima, do que de alguma maneira trataremos mais adiante. Por enquanto interessa-nos reter que o capitalismo conforma a organização da totalidade da vida social, o que implica na necessária disposição de vidas ou, poderíamos dizer, de trabalhadores supostamente livres, para garantir seu pleno funcionamento e, portanto, sua reprodução ampliada.

Apesar de tanto Marx quanto Engels apontarem para uma camada populacional supérflua e, portanto, à margem, tal condição não se desdobra efetivamente em um mecanismo de exclusão, por assim dizer, visto que se coloca como fundamental para o funcionamento das engrenagens do capital. Etienne Balibar (1992) chega a afirmar que:

ninguém pode ser excluído do mercado, simplesmente porque ninguém pode dele sair, posto que o mercado é uma forma ou uma “formação social” *que não comporta exterioridade*. Dito de outra forma, quando alguém é expulso do mercado, na realidade, funcionalmente ou não, ele é mantido em suas margens, e suas margens estão sempre ainda em seu interior. Não seria o mercado essa estrutura ou instituição social paradoxal, talvez sem precedentes na história, que inclui sempre suas próprias “margens” (e portanto seus próprios “marginais”) e que, finalmente, somente conhece *exclusão interna*? (p.202)

Retomando o indicativo engeliano acerca do poder de vida e de morte conferido à burguesia, depreende-se a centralidade de um certo garantismo vital em contraponto a uma preponderância mortífera. Como bem mostra Marx (1867/2011) no capítulo 24 do primeiro livro sobre “O Capital”, o capitalismo nasce pingando sangue, tendo a violência como parteira da sociedade que nasce desse processo. O poder de morte se efetiva. No entanto, cumpre evidenciar que à dinâmica capitalista interessa que esse poder de morte se realize mais como uma ameaça que ronda permanentemente o trabalhador⁵⁶,

⁵⁶ Aqui nos permitiríamos fazer um salto histórico para refletir sobre a potência de tal mistificação do capital no tempo histórico corrente. O processo de redação deste trabalho de tese ocorre em meio à pandemia provocada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV). Seu potencial de transmissão associado à inexistência de tratamentos para a doença dele decorrente, a COVID-19, resultou

subjugando-o às engrenagens do capital, e menos como morte realizada, aniquiladora da força de trabalho, ainda que isso, claro, sempre se efetive.

Sem a menor dúvida, as obras de Engels e Marx são cruciais e conservam sua potência, dadas a capacidade analítica e a consistência do desenvolvimento teórico desses autores para a compreensão do contemporâneo. Contudo, o sistema capitalista presenciado por eles não é o mesmo capitalismo contemporâneo. Em que pese a atualidade de suas ideias para a compreensão dos movimentos do capital; o desenvolvimento tecnológico; a liberalização das finanças e dos movimentos do capital; as alterações nos modos de instrumentalização de condutas, de exercício do poder e de gestão das populações impõem que sejam colocadas novas reflexões. Situando-nos na contemporaneidade e acompanhando o trabalho desenvolvido por Hilário (2016), retemos algumas questões: O que aconteceria se a forma social tal qual a conhecemos hoje “passasse a não mais precisar produzir a vida enquanto momento essencial de sua manutenção? Ou seja, se a vida não fosse mais um elemento indispensável? E se a forma social abrisse mão da produção da vida em larga escala?” (p.201). Poderíamos apontar

em um cenário de redução nos movimentos da economia global. Com uma grande parcela da população mundial em isolamento social e uma parte desta impossibilitada de dar continuidade às suas atividades laborais por meio de ambientes virtuais, o pavoroso cenário de redução da circulação das riquezas – ou, para usar a representação imagética proposta por Quesnay (1983), uma redução nos fluxos sanguíneos da economia capitalista – se impôs, impactando a economia global. A despeito da importância de manutenção do isolamento social para evitar a transmissão desenfreada do vírus e, por conseguinte, a alta taxa de letalidade, a sanha para a garantia de lucros se impôs. Travestida sob a forma de uma proposição disjuntiva entre economia e saúde (Fontes, 2020), argumentou-se que a interrupção das atividades laborais não essenciais culminaria, necessariamente, em agudização da miséria, conduzindo a outro tipo de morte, a morte pela fome. Ameaça que ganha ares mais concretos, vez que a miséria é sombra que acompanha a classe trabalhadora na corrida pela luz do dia. Argumentou-se ainda, em uma perspectiva “democrática” ou *aclassista* de contaminação pelo vírus, que todos os seres humanos estariam igualmente expostos à possibilidade de contaminação e ao agravamento do quadro de saúde, a despeito de um maior risco para aqueles de faixa etária acima dos 60 anos e os que apresentam comorbidades. Rapidamente, no entanto, tal perspectiva se mostrou errônea já que, ao encobrir a enorme desigualdade social, oculta também a capacidade de defesa da classe mais favorecida, com a disponibilidade de todo o aparato hospitalar e equipamentos de saúde, bem como de acesso à informação e a possibilidades de prevenção, seja com os chamados equipamentos de proteção individual ou produtos básicos de higiene, como álcool, sabonete e água, seja com a possibilidade maior de estratégias de isolamento social. Como bem aponta Ricardo Antunes (2020), é significativo como esse cenário desvela o pandemônio do capitalismo pandêmico. Recuperando a figura poética do pandemônio, de John Milton, Antunes reitera o caráter devastador do capitalismo, cujo sistema metabólico social (ou, para ser mais precisa em seus termos, antissocial) se desenvolve na mesma medida em que destrói a força de trabalho e a natureza. A categoria trabalho é, para o autor, expressiva para a compreensão da potência letal do sistema global do capital. Se, por um lado, a tendência de aniquilação da força de trabalho se exponencia, por outro não há possibilidades de geração de riquezas se não há um “coágulo de trabalho vivo”, discussão que será aprofundada ao longo do nosso texto, mas que se torna absolutamente evidente no desespero da elite capitalista quando se objeta interromper a sucção de sangue trabalhador, isolando a força fundamental de produção de riquezas. O quadro de crise sanitária e suas repercussões sobre o sistema econômico, em vez de abrir caminhos que subvertam o perverso aparelho de produção e o sistema político em execução, parece pavimentar a estrada para um mundo ainda mais desigual.

para um enorme contingente populacional completamente dispensável/supérfluo para os modos de produção de riqueza atuais?

Seguindo os postulados marxistas, Hilário (2016) afirma que “vivemos numa época histórica na qual a própria base do sistema, o trabalho vivo como base da produção de mercadorias, é minada pelo desenvolvimento das forças produtivas que constitui a dinâmica base de sua manutenção” (p.202). O trabalho morto, inscrito nas máquinas, cresce sem precedentes minando parcela significativa do trabalho vivo.

Fontes (2008), por sua vez, afirma que as condições de expansão do capitalismo estão intrinsicamente associadas à expropriação e à conversão dos meios de vida em capital. Apesar da potencialização das atividades especulativas geradas pelo predomínio do capital monetário, da grande acumulação de trabalho morto, da exponenciação do capital fictício, não se pode apontar para a realização do sonho do capitalista, qual seja, a possibilidade de geração de riqueza completamente desvinculada de um quantum de forças de trabalho ativas convertidas em capital, ou diríamos, a chegada do fim do trabalho, tese que há anos vem sendo combatida por Ricardo Antunes (1997). Tal manutenção exigiria, segundo Fontes (2008), identificar, nos tempos atuais, quais são “as bases sociais de expropriação que aprofundam e generalizam, agora em escala planetária, a extração do sobretrabalho” (p.31). Ainda segundo a autora, estaríamos assistindo, no século XXI, não apenas à permanência de uma expropriação das “condições sociais da produção no campo”, como também ao desmoronamento dos contratos de trabalho na esfera jurídica e, portanto, na consequente destruição de direitos dos trabalhadores, no roubo dos direitos sociais, por meio de privatizações das terras públicas e das expropriações massivas dos recursos naturais.

Se, mesmo em períodos de expansão e do suposto pleno emprego, ocorrem o acirramento das desigualdades sociais e a destruição dos recursos naturais, o que se coloca agora são diferentes maneiras, cada vez mais drásticas e violentas, de se fazer a conversão dos meios de vida em capital. Nessa leva, a instauração de uma política de morte cumpre a função de aprimorar a apropriação das condições de subordinação dos trabalhadores ao capital.

Com isso, Fontes (2009) traça um importante caminho para se pensar a complexidade da forma de trabalho no capitalismo contemporâneo, o qual será tomado como chave fundamental para a argumentação que aqui propomos, no que tange ao

trabalho do tráfico de drogas varejista, e que terá seus desdobramentos no decorrer deste texto. Diz Fontes (2009):

Trata-se de compreender em que medida a sociedade capitalista, ao desenvolver de forma extremada a subordinação do trabalho ao capital, faz emergir ao mesmo tempo o trabalho como o fundamento da humanização – da historicidade, do conhecimento, da linguagem, da consciência, dos valores – e desfigura a humanidade concreta, ao desqualificar o trabalho, tornando-o incompreensível, estranhado e abjeto. (p.221, grifos nossos)

Para este momento, interessa reter que: a) as maciças transformações no campo econômico, político e social que atravessamos na contemporaneidade impõem e são impostas por “aprimoramentos” diversos à dinâmica de funcionamento do sistema capitalista; b) tais transformações não implicaram em alterações no que tange ao fundamento já esclarecido por Marx e que, portanto, vincula à expansão capitalista a exigência da expansão da base social sobre a qual ela se assenta; c) a exigência de expansão da base social se faz por meio de expropriações diversas e adquire, cada vez mais, aparatos bárbaros de conversão de meios de vida em capital.

5.2 Do “trabalho morto” na produção de valor ao “trabalho de morte” na política⁵⁷

Cabe-nos retomar a pergunta que nos orienta neste capítulo: de quais vidas estamos tratando? Vidas marginais, excedentes à dinâmica do capital, clientela preferencial das chamadas *Workhouses* do final da Idade Média e das prisões atuais. A brevíssima digressão sobre a dinâmica populacional que percorremos, a partir das perspectivas de Engels e Marx, é esclarecedora no que diz respeito ao fundamento de tais vidas para a engrenagem capitalista. No entanto, a sistematização realizada até aqui opera sem que tenhamos discutido as distinções quanto às experiências históricas de opressões e, igualmente, as heterogeneidades de classes em sua intersecção com dinâmicas de gênero e raça. Tal consideração exige que problematizemos modalidades diversas de segregação e, sobretudo no que se refere ao nosso recorte de pesquisa, que façamos apontamentos quanto às dimensões mais radicais de exclusão que, em última instância, implicam não em uma exclusão interna, como sugere Balibar (1992), mas uma exclusão aniquilante, se assim pudéssemos dizer. Trata-se efetivamente do exercício do poder de morte em sua acepção extrema que visa práticas de extermínio, apontado para um

⁵⁷ Devemos o título desse subitem à argumentação tecida por Leomir Hilário (2016) em artigo intitulado *Da Biopolítica à Necropolítica: Variações Foucaultianas na Periferia do Capitalismo*.

agrupamento populacional que compõe as margens do sistema que se configura como completamente “desnecessário” à vida social e que, efetivamente, pode ser considerado como supérfluo. Poderíamos fazer referência à figura do lupemproletariado descrito por Marx, mas se trata, neste momento, de refletir a partir de uma conjunção histórica em que o horizonte neoliberal, como aponta Almeida (2018) apoiado na argumentação de Achille Mbembe, estabelece as condições objetivas e subjetivas de uma política que se realiza sob a forma de um estado de exceção e que situa, portanto, os fundamentos éticos de distribuição da morte.

Foucault (2010), extrapolando uma construção centrada na relação capital x trabalho ou, mais diretamente, nas formas econômicas do processo de segregação, compreende a dimensão de um poder de vida e de morte pelo espectro da raça ou, mais precisamente, do racismo. Em uma perspectiva histórica, assinala para uma distribuição populacional que emerge a partir do século XIX⁵⁸, pautada em um corte biológico. Uma nova tecnologia do poder – o biopoder –, que permitiria sustentar uma divisão entre raças, fundada em um determinismo biológico de explicação da diversidade humana⁵⁹.

Cabe-nos capturar o destaque de Foucault à afirmativa marxista, em carta supostamente⁶⁰ dirigida a Engels, no que diz respeito à gênese da noção de luta de classes: “nossa luta de classes, tu sabes muito bem onde a encontramos: nós a encontramos nos historiadores franceses quando eles narravam a luta das raças” (Marx, 1882 citado por Foucault, 2010, p.67). Foucault (2010) aponta, portanto, para uma transformação discursiva que encontra substrato em uma representação dual da sociedade, que começa a circular na Europa nos séculos XVI e XVII e que sofreu diversas conversões, sendo uma delas a transformação revolucionária. Para o autor, no momento em que se colocam as bases para uma conversão da “luta de raças” em “luta de classes”, justamente perante um certo apelo revolucionário que perpassa a Europa entre os séculos XVII e XIX, é que

⁵⁸ Concordamos com Losurdo (2011) em sua indicação para um hiato na análise foucaultiana sobre o racismo, no que tange à localização de um Estado racista somente a partir de meados do século XIX. O “colonialismo e a ideologia colonial estão amplamente ausentes na história do mundo moderno e contemporâneo reconstruída pelo filósofo francês” (p. 228).

⁵⁹ Fundamental assinalar que, para Foucault (2010), o termo raça não tem sentido biológico estável. Raça pode designar tanto clivagens históricas-políticas, quanto as diferenças de origem, de língua, de religião.

⁶⁰ Na edição consultada da obra “*Em Defesa da Sociedade*” – edição estabelecida pela Associação para o Centro Michel Foucault e publicada, no Brasil, pela editora Martins Fontes –, à citação de Marx registrada por Foucault abre-se uma nota do editor esclarecendo que tal citação possivelmente faz referência a uma carta de Marx a Weydemeyer, datada de 5 de março de 1852, ou ainda a uma possível correspondência com o próprio Engels, mas datada de 27 de julho de 1854.

se torna possível reativar, em uma perspectiva reacionária, a conservação de um discurso de guerra. Com efeito, diz Foucault (2010), trata-se de recodificar os termos não em uma perspectiva de luta de classes, mas de uma luta de raças instrumentalizada no racismo de Estado.

A classificação e a hierarquização de raças e seus desdobramentos no racismo aparecem como “condição de aceitabilidade para a eliminação de determinadas vidas numa sociedade de normalização” (Foucault, 2010, p.304). Dessa forma, no exercício do biopoder, o racismo é elemento fundamental para a distribuição da morte.

Observamos um importante desenvolvimento no que tange à formulação de Engels (1845/2010) sobre o poder de vida e de morte. Para esse pensador, a concepção de soberania e, portanto, o poder de impor a morte, está em um continuum cujo objeto é o proletariado. No correlato foucaultiano, a marcação das mudanças socioeconômicas e políticas ocorridas em meados do século XVIII e no século XIX produz alterações a essa formulação, a centralidade do poder de tirar vidas do soberano – ou, nos termos de Engels (1845/2010), da burguesia – sofre uma inversão para dar lugar ao seu controle e à sua manutenção.

E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer. (Foucault, 2010, p.202)

Para Foucault (2010), em um sistema político centrado na bios, “biopolítica”, na manutenção e no prolongamento da vida, a sustentação para a prática da morte – seja ela pelo viés de ceifar vidas, seja pela exposição a riscos, pelas ausências e rejeições – se dá por meio do racismo. Essa tecnologia de poder cumpre duas importantes funções: impor uma cissura de tipo biológica, uma fragmentação entre raças inferiores/superiores, boas/ruins e estabelecer uma relação positiva e, portanto, uma espécie de “justificativa” que associa a morte da raça dita inferior como condição para a proliferação, para a pureza e para o estabelecimento de condições mais saudáveis do viver da raça dita superior (Foucault, 2010).

Se, por um lado, a compreensão do poder, para Foucault (2010), não está circunscrita a uma dinâmica de classes, pois se apresenta difusa em práticas, instituições, campos de saberes diversos, na estrutura de signos e relações, por outro é preciso considerar um certo “marxismo esquecido de Foucault” (Legrand, 2004) tendo em vista o vínculo entre corpos e formas de produção: produzir corpos dóceis e úteis por meio de uma tecnologia de poder disciplinar, controlá-los em meio às relações de produção, ajustar a população aos processos econômicos (Hilário, 2016) ou, como nos diz Melossi (2014), a uma “economia política do corpo”, que se trata efetivamente de uma “economia política *tout court*”. Foucault chega a afirmar que o

biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (Foucault, 1988, p. 131, grifos nossos)

Presente em todos os planos do corpo social, as técnicas de poder atuaram no nível dos processos econômicos ajustando, sujeitando, modelando, conformando a dinâmica populacional à acumulação do capital. O investimento sobre o corpo, no sentido de ampliar sua potência, de majorar as forças produtivas e igualmente de produzir segregações, hierarquias e dominações foram, segundo Foucault (1988), fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo.

Pois bem, se, por um lado, para Foucault (2010) alterações substanciais se impõem no que diz respeito ao exercício do poder de vida e de morte, por outro, um certo garantismo vital não só se mantém enquanto atributo fundamental como se coloca ainda mais em evidência na abordagem do filósofo francês.

As condições econômicas instauradas pelo neoliberalismo, as políticas de austeridade, os cortes de direitos sociais, as cifras que contabilizam mortos pelas mãos de agentes estatais, entre tantos outros elementos, não nos deixam recuar frente à necessária “consideração” de um mundo em que a morte avança em relação à vida (Almeida, 2018). Chegamos aqui ao que Mbembe (2018b) nos aponta como a forma contemporânea de submissão da vida. Partindo da experiência do colonialismo, compreendido como um evento que não está circunscrito à dinâmica temporal do século XIX, Mbembe nos fornece elementos importantes sobre a configuração atual não apenas das formas de dominação do continente africano, mas igualmente para a compreensão das relações de

produção em tempos de política neoliberal (Almeida, 2018). O corpo supérfluo se inscreve, na ordem do poder, por meio da necropolítica. “O trabalho morto na produção de valor encontra o trabalho de morte da política” (Hilário, 2016, p.203).

Se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com a inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo massacre. (Mbembe, 2018b, p.59)

Os massacres das guerras são evidentemente diversos do “massacre urbano”. Contudo, o trabalho político da morte, próprio à configuração atual do capitalismo, encontra muitas ressonâncias nesses dois “campos de batalha”. As políticas de austeridade impostas pelo modelo neoliberal empurram uma massa populacional para as bordas da existência, vidas inseridas em uma espiral sem fim de marginalização e de diversas formas de encarceramento. O colonialismo e o pós-colonialismo, sob as lentes de Mbembe (2018b), encontram inúmeras similaridades ao que vimos no Conjunto Palmital. Zonas onde o estado de exceção é a regra; onde os mecanismos de destruição da vida se aperfeiçoam, apresentados quase como fundamentos éticos diante dos riscos no campo da segurança pública⁶¹.

A cidade do colonizado [...] é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, uma cidade ajoelhada. (Fanon, 1991, p.39, citado por Mbembe, 2018b, p.41)

Nesse caso, diz Mbembe (2018b), “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (p.41).

⁶¹ Aqui vale retomarmos a pesquisa sobre o processo de implementação do Grupo Especializado no Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR), na região do Palmital, realizada por Santos (2012). A nosso juízo, a apresentação de uma correlação positiva entre raça, faixa etária e criminalidade violenta como justificativa para a implementação de ações policiais no território se configura, na prática, não só como racismo, mas também como legitimação, calcada na produção científica, da necropolítica.

5.3 O valor diferencial dos seres humanos

Guardadas as devidas diferenças e especificidades das elaborações teóricas em cada um dos autores aqui citados, há notadamente um ponto de convergência que gostaríamos de destacar: um processo de abjeção social galgado na produção de um valor diferencial dos seres humanos.

Antes de prosseguirmos, abrimos um parêntese para salientar que, ao propormos um ponto de convergência, estamos cientes de que incorremos em uma problemática, visto que estamos tratando de campos diversos, por vezes concepções vistas como disjunções irreduzíveis. Longe de propormos uma síntese que possa dar conta de uma compatibilidade (ou incompatibilidade) entre um materialismo dialético e uma certa genealogia moral, ou mesmo de alvitrar uma continuidade histórica desavisada, o que buscamos é extrair consequências que possam nos ajudar na compreensão do nosso contexto de estudos. A nosso juízo não há como pensar o contemporâneo sem referência a Marx, uma vez que não há como pensar, na atualidade, as condições de existência da forma da vida humana apartada de sua intrínseca relação com o capitalismo. Não se trata, por outro lado, de fincarmos base em um bloco monolítico de compreensão, mas seguirmos por outra via, como nos ensina Fraser (2017), partindo de um olhar historicamente situado para localizar lacunas, contradições e os imperativos morais próprios aos modos de produção capitalista atual e, conseqüentemente, aos modos de produção das relações sociais no contemporâneo.

Fechado o parêntese, sabemos que, no esteio daquilo que compreendemos como classe trabalhadora, são diversas as formas históricas de opressão e de incidências exploratórias. A heterogeneidade da classe também é experienciada de forma diferente em diferentes contextos da experiência capitalista (central ou periférica), a despeito do processo de globalização. Tais diferenças apontam para marcadores de cisura, para o estabelecimento de hierarquias no que tange ao valor da vida humana, com o fito de criar condições de aceitabilidade de distribuição da morte ou, poderíamos dizer, de delimitação do exercício de abjeção social.

Com Foucault (2010), entendemos o racismo como esse elemento fundamental para o estabelecimento de tal cisura, “o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida

de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (p.214). Para Devulsky (2016), poderíamos dizer que a “força de trabalho é revestida de uma roupagem étnica indissociável da produção de valor no capitalismo” (p.26). Angela Davis (1997), por sua vez, é incisiva ao afirmar a importância de pensarmos as relações mútuas e cruzadas das categorias raça e classe – e ela adiciona gênero. Para a autora, “classe informa a raça. Mas a raça, também, informa a classe (...). Raça é a maneira como a classe é vivida” (p.21).

Em consonância com tais autores – e poderíamos adicionar outros tantos⁶² – tomamos aqui a categoria raça e o termo negro como figuras centrais para a compreensão das formas de segregação da nossa história contemporânea. É importante salientar, contudo, que com isso não gostaríamos de negligenciar a presença de outros elementos fundamentais para a compreensão dos processos de segregação, tais como gênero, cultura, religião e território. Ao partirmos da categoria raça e do termo negro, queremos, por outra via, nos aliar ao que Mbembe (2018a) concebe, muito apoiado no trabalho de Fanon (1991), em sua dimensão mais ampliada do termo, que não se circunscreve à pele e à cor necessariamente, mas a certa exposição e intensificação de vulnerabilidades ou, como bem aponta Almeida (2018), “à condição de viver para a morte”(p.98). Para Mbembe (2018a),

pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixa de se remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo (...). A essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos o *devir-negro do mundo*. (p.20)

Nesse devir, queremos apontar para as ressonâncias tão significativas do “Salve-se” que nomeia a praça principal do Conjunto Palmital, cuja variação linguística ao longo do tempo, “Savassi”, parece encobrir sua potência reveladora das vulnerabilidades sociais ainda tão presentes no território. Queremos apontar para a “condição fungível e solúvel” no padrão de vida das pessoas que escutamos ao longo de todo o período de campo. Queremos falar das condições precárias dos habitantes das favelas no entorno do Ribeirão Arrudas, dissolvidas pelas enchentes e transformadas, pelo menos para aqueles que conseguiram manter-se em vida, em condições ainda mais vulneráveis em um bairro da região metropolitana de Belo Horizonte sem qualquer infraestrutura e distante das

⁶²Ver: Balibar & Wallerstein (1997), Almeida (2018), Moura (2014), Fernandes (2017), Alexander (2017).

possibilidades de empregabilidade e de renda da capital. Queremos apontar para esse ponto de repetição que atravessa as trajetórias de vida de todos os nossos entrevistados e que marca, inevitavelmente, o assombro de um grito mortífero como inerente à condição do viver. Fazemos destaque – para pensar na dimensão concreta da morte, asseverando evidentemente que há uma dimensão muito mais ampliada e simbólica da exposição à morte – de algumas passagens da trajetória de vida das pessoas com que conversamos em campo: a enchente que levou a casa e quase resultou na morte de Maria e de seu marido; a fome que assombra Maria Vitória e seus filhos após ser abandonada pelo companheiro e demitida do emprego que também era o seu lar; o pau de arara, seguido de choque, sufocamento e tantas outras violências vivenciadas por Raimundo; os conflitos em torno de um ponto de venda de drogas que culminaram na morte da filha de Atitude Feminina. Destaques de uma espiral sem fim de violações e violências que demarcam o viver.

Se, por um lado, dizer de “um devir-negro do mundo” é apontar para a agudização exploratória das práticas neoliberais que resultam em intensificação de formas de exclusão, trata-se, portanto, de elementos indissociáveis; por outro, é justamente diante dessa indissociabilidade que certa subversão se impõe em uma face outra: dizer de um “devir-negro do mundo” é também apontar para o “símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até mesmo no ato de viver” (Mbembe, 2018a, p.21), é também dizer de formas de resistência. À tal dualidade também creditamos a importância de fincarmos base nas dimensões do racismo para as reflexões que aqui propomos.

Em sua acepção primeira, falemos sobre a face da exclusão. Como “cripta viva do capital” (p.21), o termo negro, segundo Mbembe (2018a), é criação sinônima da exclusão. Trata-se de representativo do que é abominável e degradado, do que poderíamos sintetizar na figura do sujeito supérfluo, descartado do corpo social e que mobiliza, para Fassin (2016), divisões morais e ideológicas, bases de uma política da desigualdade. Para Fassin (2016), poderíamos dizer de uma coexistência entre uma política da desigualdade e uma política da solidariedade. A primeira circunscrita à dimensão do biopoder, em que vidas são definidas em relação àqueles que têm poder sobre elas, e a segunda assinalando para uma perspectiva de reconhecimento do outro como um igual que provocaria a compaixão (Kopper, 2014). Como já apontamos anteriormente, na administração desses corpos

supérfluos, a introdução dos sentimentos morais aparece como métrica para o exercício de um governo humanitário.

Com efeito, de um lado, a introdução de sentimentos morais na política, que seria indicativa de uma dinâmica emocional que conduz nossa atenção ao sofrimento dos outros – a tal ponto que muitos conectam afetos com valores, sensibilidade com altruísmo, moralidade com emoções. De outro lado, o controle ambíguo sobre esses sujeitos é possível de ser exercido apenas na medida em que sejam reconhecidos como pobres e desafortunados. É na imbricação destas duas dimensões que a eficácia dessa gramática injuntiva ou, mais precisamente, dessa economia moral se concretiza. (Kopper, 2014, p.364).

Sabemos que as ações provenientes dessas políticas pouco servem para alterar tal quadro, pelo contrário, terminam sempre por reificar o status quo, como vimos bem em nossa trama biográfica; no entanto, a introdução de uma economia moral, a coexistência de uma política da desigualdade e da solidariedade, tal como apontada por Fassin (2016), nos ajuda a compreender as diferentes facetas da segregação que incidem sobre uma mesma massa populacional, sobre um mesmo território. Nesse sentido, poderíamos compreender o Conjunto Palmital como lócus de condensação e conservação de tal coexistência política. Local de má fama – como a cidade do colonizado fanoniana –, estereotipado como “Caldeirão do Inferno” por sua zona quente e conflituosa, cuja responsabilidade recai atualmente nos ombros daqueles que compõem o comércio de drogas, local da sujeira e da precariedade que expressam a ausência de “consideração” no reconhecimento de seus habitantes como vidas, como cidadãos de direitos.

O Conjunto Palmital é também lócus de práticas e dispositivos de ações assistencialistas, organizadas e distribuídas ora de forma mais institucionalizada, ora de maneira mais independente – o trabalho efetivado por igrejas e centros religiosos, ONG’s e ações independentes de vereadores e mesmo de moradores locais, tais como o dedicado trabalho que Maria realiza nesse território; as ações de Raimundo e sua esposa, que vão desde a instalação de “gatos” de água e luz no aglomerado em que vivem até à adoção de filhos da vizinha que está presa; os sopões distribuídos à comunidade por Maria Vitória ou mesmo no acolhimento em sua casa daqueles que são ainda mais rejeitados no território. Trata-se de ações que compreendemos dentro do arcabouço do campo da solidariedade com sua importante visada no que tange a garantir o mínimo frente à precariedade estrutural e à ausência de políticas de bem-estar social, mas também com

sua frágil incidência como possibilidade real de alteração nas condições concretas da vida da população que ali habita e de garantia de direitos.

De certa maneira, essa visada de uma razão humanitária (Fassin, 2016) parece conservar uma força de trabalho viva, que se mantém em “reserva”, que, embora ressentida de incidências de expropriação de direitos e recursos em níveis absurdos, cumpre a função de alimentar feixes da lógica produtiva do capital operando usualmente nas tramas da informalidade ou nas “tênuas fronteiras do legal-ilegal” (Telles, 2010), mas também movimentando o campo dos empregos indiretos, como os concernentes às políticas sociais e os campos de pesquisa e produção do pensamento sobre “as misérias do mundo”, entre outros. Estamos dizendo do reconhecimento de algumas vidas, mas na perspectiva da compaixão, que resultaria, portanto, em uma esfera extremamente frágil no que se refere à integração social, econômica, cultural, educacional e de saúde. Trata-se de uma “existência mitológica”, para usarmos uma expressão de Fontes (2003), que designa uma massa populacional que sabemos onde se localiza, cujos problemas conhecemos, mas que desde que suas manifestações sejam mantidas em uma virtualidade, a distância e, resguardados alguns interesses no campo político-econômico, mobilizam determinados valores morais ou humanitários, no sentido proposto por Fassin (2016). Não se trata, portanto, de uma “vida socialmente plena”, como nos diz Agamben (2014), considerando a fragilidade dos enquadramentos normativos que possibilitariam o reconhecimento de uma vida com todas as garantias.

Ao encontro entre o “trabalho morto” na produção de valor e o “trabalho de morte” da política, que mencionamos anteriormente, adicionaríamos aqui a produção de um valor outro, equacionado na economia moral e cuja resultante aparece no valor diferencial dos seres humanos, base para a operatividade da sanha neoliberal.

Se, por outro lado, essa mesma massa populacional, no tempo seguinte, é entendida como uma massa de indesejáveis ou, em referência a Butler (2019), uma massa cuja inteligibilidade passa por corpos que pesam, sem qualquer valor político-econômico, o deslizamento da compaixão para a repressão se efetiva sem maiores problemas (Fassin, 2014). Aqui, as lentes se voltam para as manifestações “de violências, de exposição da diversidade e de evidência brutal e real da existência do outro, de ruptura de um ‘esquecimento desejado’” (Fontes, 2003, p. 55), possibilitando que a luta contra o outro

seja travestida por argumentos de “defesa” . Saímos, assim, da perspectiva da compaixão para entrarmos no campo da repressão (Fassin, 2014). Nesse ponto, a dimensão da exclusão assume ares mais dramáticos, formando um quadro de abjeção social, exigindo a produção de uma corporalidade específica, um tipo social abjeto que será alvo de ações repressivas, e impondo problemáticas diversas para a dinâmica do reconhecimento.

5.4 “Zé Ninguém”: Os “que não são, embora sejam”⁶³

Pensar o domínio dos seres abjetos significa partir de uma reformulação da materialidade dos corpos ou mesmo de uma materialização diferenciada na configuração de um domínio em que algumas vidas, vivas, não são consideradas como vidas. Butler (2002) pensa o abjeto⁶⁴, em sua dimensão fronteira, como zonas inabitáveis da vida composta por aqueles que não dispõem de poder na hierarquia social, mas cuja condição de vida é necessária para circunscrever a esfera do sujeito. Trata-se de uma construção de sujeito que se efetiva por meio da exclusão (Almeida & Amaral, 2017). Segundo Butler (2002), o abjeto “relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como não importante” (p.161).

Os corpos abjetos são aqueles que não adquirem uma existência legítima. São, contudo, figuras vivas que existem apenas como um poder excluído. “A figura viva fora das normas de vida não somente se torna um problema com o qual a normatividade tem que lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida” (Butler, 2015, p.22). Trata-se, portanto, de apontar para uma esfera fora das categorias de pensamento inteligíveis. São vidas em relação às quais não cabe

⁶³ Trecho da prosa poética *Os Ninguéns* de Eduardo Galeano (1989).

⁶⁴ Importante salientar que a noção de abjeto, para Butler (2002), assume um caráter propositalmente contraditório e provocativo de forma a ampliar, redesenhar ou mesmo dismantlar limites conceituais. Para a autora, é fundamental sustentar a noção de abjeto fora de um “território conceitualmente puro”, garantindo que nenhum aparato conceitual tome como normativa o que ela invoca com a noção de abjeção. “Gostaria de protelar qualquer solução fácil até encontrar um aparato conceitual que proporcionasse à operação da abjeção uma espécie de autonomia relativa, de até mesmo um vazio, uma falta de conteúdo exatamente para não poder ser captada através de seus exemplos, de modo que seus exemplos não pudessem se tornar normativos do que queremos significar por abjeto. O que seguidamente acontece é que as pessoas apresentam teorias abstratas sobre coisas do tipo da abjeção, depois dão os exemplos, e então os exemplos se tornam normativos de todo o resto. O processo se torna paradigmático e acaba por produzir suas próprias exclusões. Torna-se fixo e normativo, no sentido de rigidez” (Butler, 2002, p. 161).

qualquer tipo de lamentação, que quando perdidas não serão enlutadas, que podem ser contadas⁶⁵ mas não especificadas, são inteligíveis em termos biológicos mas não biográficos. Trata-se, por fim, de indivíduos cujos corpos foram expelidos do social, descartados, mas que, ao mesmo tempo, produzem novas formas de gestão da própria vida, em diferentes maneiras de se colocarem em relação, além de ocuparem e produzirem espaços (Almeida & Amaral, 2017).

Nesse sentido, entendemos que os sujeitos envolvidos com a comercialização de drogas em varejo e o uso abusivo de drogas ilícitas podem ocupar, no imaginário social, contingencialmente, uma configuração de abjeto⁶⁶. Trabalhadores do tráfico de drogas em varejo são considerados no corpo social como “inimigo público número um”⁶⁷, signos da periculosidade. Sujeitos que são identificados por um traço individual: sob um enfoque “psicológico-moral”, por vezes incluídos em um quadro diagnóstico associado à psicopatia/perversão, por vezes vistos possuindo uma inscrição determinante de uma falha moral⁶⁸. Enquanto construção discursiva generalizante, a promoção moralista/patológica da droga se desdobra para se concentrar nos sujeitos, produzindo corporalidades marcadas pela transgressão, corporalidades inaceitáveis, na medida em que desorganizam a estrutura social, corporalidades que devem ser alvo de marginalização e/ou eliminação via aprisionamento ou morte (Almeida & Amaral, 2017).

A leitura de parte da documentação que compõe o processo criminal que resultou no aprisionamento de parentes de Maria Vitória, bem como das reportagens de jornais sobre o caso é reveladora de tal assertiva. As manifestações realizadas pelo Ministério Público Federal no curso do processo incidem reiteradamente na alegação de que, em função da proximidade com Maria Vitória, que, em período anterior, exercia “significativa atuação de liderança no tráfico de drogas da região”, por “suspeita de terem ‘herdado’ os negócios ilícitos”, por possuírem “atitude suspeita característica de traficante”, devem ser considerados como “indivíduos de extremada periculosidade,

⁶⁵ As estatísticas de mortos em decorrência da violência policial são evidências disso.

⁶⁶ A proposição ora apresentada foi debatida de forma mais ampla em Almeida e Amaral (2017). Ver também a tese de Rui (2012). Nela, a autora propõe a compreensão da figura do “nóia”, um agrupamento específico entre os usuários de crack, em sua segregação radical e, portanto, como corpos abjetos.

⁶⁷ Referência ao discurso proferido em 17 de junho de 1971 pelo então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon: “O inimigo público número um dos Estados Unidos da América é o abuso de drogas. A fim de lutar e derrotar esse inimigo, é necessário travar uma nova ofensiva total” (tradução nossa).

⁶⁸ Uma discussão sobre esse ponto é feita em Amaral (2014).

indicando que sua permanência em liberdade ameaça a ordem pública”.⁶⁹ As matérias publicadas em três grandes veículos de comunicação impressa do estado, às quais tivemos acesso, seguem a mesma linha do parecer afirmando a periculosidade dos envolvidos, inclusive de Maria Vitória, sua “herança criminal” e o temor gerado pela família à população.

Se, na conjunção de afetos e valores, a compaixão se inscreve como sentimento por excelência no trato com a população mais pobre – evidentemente, como marcamos anteriormente para reificar sempre uma relação de desigualdade –, no que concerne aos traficantes de drogas em varejo verificamos um despertar de sentimentos outros: medo, repulsa, insegurança, ódio.

Os trabalhadores do tráfico ameaçam a ordem e a integridade moral da sociedade, ofendem o senso moralmente tranquilizador da normatividade burguesa. Ocupam lugares produzidos pelos que não encontram lugar nos territórios delimitados pela lei e pela inclusão econômica (Silva, 2011). Tal como são imaginados, esses sujeitos evocam os limites simbólicos, corporais e morais, apresentam identificações “radicalmente inabitáveis” (Butler, 2002, p.15). É nesse sentido de desprezível, repulsivo, ameaçador que esses sujeitos podem ser considerados abjetos. Aquilo que os caracteriza/tipifica/categoriza justifica intervenções para seu controle ou a eliminação do espaço de vida compartilhado, dificultando seu reconhecimento como semelhantes. Apesar de se apresentarem como elementos do campo normativo, mostram-se depurados das identificações que poderiam fazê-los parte desse campo. Sob essa perspectiva, trabalhadores do tráfico se apresentam como sujeitos que se situam, sobretudo, como objeto de disputa política, sem que se reconheçam suas experiências ou se legitime qualquer expressão discursiva própria (Almeida & Amaral, 2017).

Nomear um grupo “excluído” significa, de alguma forma, reconhecê-lo. Entretanto, como eles não têm a oportunidade de representar a si mesmos, correm o risco de serem tratados como menos que humanos ou de fato nem sequer serem vistos (Butler, 2011). Butler (2015) aponta para uma condição politicamente induzida, na qual as redes sociais e econômicas são insuficientes para o seu reconhecimento, expondo essa

⁶⁹ As citações aqui mencionadas estão registradas em documentos jurídicos, os quais nos foram disponibilizados por Maria Vitória para consulta. Reproduzimos aqui apenas alguns fragmentos retirados de diferentes documentos de forma a preservar a identidade dos envolvidos.

população a violações, violência e morte. Essa população busca no Estado a proteção de que necessita, mas, paradoxalmente, o Estado é exatamente a instância da qual ela precisa ser protegida (Almeida & Amaral, 2017).

Notadamente há uma linha tênue aqui para a marcação da condição de corpos abjetos. O signo da condição matável está na materialidade dos corpos, do local em que se vive, da roupa que se veste, da linguagem com que se comunica, dos acessórios que se porta. O signo da condição matável extrapola a categorização “traficante”. Na hierarquia valorativa que define quem é ou não “gente”, há nuances diferenciais fundamentais para a inteligibilidade desses corpos. A comoção pública provocada pela morte⁷⁰ de Marcos Vinícius – adolescente de 14 anos, morador da favela da Maré no Rio de Janeiro, assassinado por policiais em uma operação durante período de intervenção militar nas favelas do estado, cuja pergunta direcionada à mãe no momento em que foi baleado: “Ele não me viu com a roupa de escola?” provocou intensas ressonâncias – é diferente da reação provocada quando alguém que está inserido ou se suspeita de sua inserção no tráfico de drogas é assassinado⁷¹. E também é diferente da reação provocada quando um homem, negro, cuja vestimenta sinaliza para uma classe socioeconômica baixa, está sob risco no parapeito de um viaduto⁷², tendo em vista a fragilidade desses marcadores. Como afirmamos anteriormente se trata de “nuances diferenciais”, o mesmo reiteramos aqui no sentido de apontar para a sutileza inscrita no significado desse termo. Como vimos, a

⁷⁰ Gostaríamos de registrar aqui algumas, entre tantas mortes de pessoas negras por agentes estatais, que ganharam notoriedade na mídia no tempo recente. Entendemos este registro como um traço que inscreve algo do real, um continuum do luto público tão importante e tão raro de ser acessado perante a força de um racismo que separa vidas passíveis e não passíveis de luto (Butler, 2015), uma forma, ainda que pequena, de nos colocarmos como testemunhas dessas vidas. Aqui novamente fazemos um enquadramento, propomos o registro de algumas pessoas mais presentes em nossa memória, em função do tempo recente e da força representativa que adquiriram na mídia: Marielle Franco, 38 anos, assassinada no dia 14 de março de 2018; Ágatha, 8 anos, assassinada no dia 20 de setembro de 2019, Evaldo Santos e Luciano Macedo, assassinados em 7 de abril de 2019, João Pedro Pinto, 14 anos, assassinado em 18 de maio de 2020, George Floyd, 46 anos, assassinado no dia 25 de maio de 2018.

⁷¹ A mesma operação que resultou na morte de Marcos Vinícius levou à morte outras seis pessoas, na narrativa midiática, seis suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas. Em função da repercussão da frase de Marcus Vinícius, seu velório aconteceu na sede da prefeitura do Rio de Janeiro, em um ato simbólico de demonstração de luto por parte do município. Quanto aos suspeitos, nem mesmo o nome de todos ganhou qualquer repercussão e mesmo alguma sinalização de luto público. Recuperado de: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/adolescente-e-baleado-durante-tiroteio-em-operacao-na-mare.ghtml>. Dois anos após, João Pedro, do Complexo do Salgueiro, é brutalmente assassinado, dentro de casa, enquanto brincava com amigos. Três dias antes a sua morte, policiais executaram 13 pessoas no Complexo do Alemão, registradas na mídia não em função de suas histórias de vida, mas como corpos encontrados e carregados por moradores da comunidade. Ver: <https://theintercept.com/2020/05/19/coronavirus-ajuda-humanitaria-troteios-rio/>

⁷² Essas vidas “não podem ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas ou, melhor, nunca ‘foram’, e elas devem ser assassinadas, já que aparentemente continuam a viver, teimosamente, nesse estado de morte” (Butler, 2019, p.54).

vulnerabilização dessas vidas resulta em um fácil deslizamento desses marcadores com consequências radicalmente diversas no suporte para a vida ou na justificação para a morte.

Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos “vivos”. (Butler, 2015, p.53)

Como bem demonstra Butler (2015), os enquadramentos, entendidos como as diferentes maneiras de esculpir uma experiência a partir de determinada seletividade, direcionam para uma linha interpretativa, favorecem funcionamentos hegemônicos e constituem exercícios de poder. O comprometimento do status ontológico de alguns corpos, a precariedade vista de forma particularizada, conduz à impossibilidade do luto público e, portanto, do reconhecimento de algumas vidas.

6 “O POVO É DE LUTA”: Garantindo (re)existências

Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer; só havia uma solução: fazer-me conhecer. (Fanon, 2008, p.108)

Para poder reconhecer, é preciso antes conhecer. (Dejours, 2007b, p.68, tradução nossa)⁷³

Como vimos, em uma política de controle social cuja manifestação se corporifica nos mecanismos de violência institucional, nas brutalidades cotidianas, nosso arcabouço teórico tem se enriquecido e, conseqüentemente, muito contribuído para o desvelamento de uma trilha de racismos, que resultam em um cenário de aniquilamento do outro, outro este eleito arbitrariamente como inimigo, um outro que deve ser combatido. Estar fora dos enquadramentos, do que se considera inteligível, legítimo e legal ou, poderíamos dizer, estar no parapeito do muro ou diante do gatilho, impõe saturações; contudo, não se trata de uma redução de seres à condição do nada e mesmo de existências completamente excluídas do campo político e, portanto, apartadas de posição social, como bem aponta (Butler, 2018b): “Aqueles que estão excluídos dos regimes existentes (...) mesmo depois que a esfera pública foi definida por meio da sua exclusão, eles agem”(p.90).

Caminhar ao lado desse “inimigo”/“excluído” nos fez questionar sobre um marcador possível de existência ou, diríamos, de resistência, ou ainda de uma (re)existência? Se, por um lado, objetificamos, “numerificamos” (em um universo infundável de estatísticas e classificações), matamos esse Outro “inimigo”, como é que se garante uma forma de existir? Quais marcadores tornam possível um reconhecimento ontológico para quem está do lado matável? Ou ainda, sob quais condições práticas uma vida abjeta torna-se possível? Sob quais condições práticas se garante existência quando se está condenado à morte em vida?

No campo do tráfico de drogas em varejo, consideramos a dimensão do trabalho um operador privilegiado para pensar uma trilha às questões colocadas. Se o reconhecimento de si pelo outro é matriz fundamental para a construção identitária do

⁷³ Do original : « Pour pouvoir *reconnaître*, il faut d’abord *connaître* ».

sujeito, Lhuillier (2005b) irá afirmar que o trabalho é “o cenário onde se desenvolve esta procura de identidade que leva o sujeito a criar e a manifestar e a fazer reconhecer a sua singularidade através das suas práticas” (p.212).

Seguir por essa trilha nos exige, de antemão, uma interrogação própria da filosofia espinosiana e bem colocada na formulação de Pelbart (2008), “o que pode o corpo e a vida nesse contexto? Como insistir nesse pequeno postulado trivial de que viver não é sobreviver?” (p.14). É preciso ainda questionarmos as especificidades do contexto laboral do tráfico de drogas varejista diante de outros campos de trabalho acessados pela população mais pobre. Trata-se de, em alguma medida, partir de um deslocamento diante dos saberes que acumulamos até aqui sobre a experiência no tráfico de drogas. Associações do tráfico de varejo com formas de poder (fama), mulheres e dinheiro seriam enquadramentos condizentes com os sentidos tecidos na vivência das pessoas inseridas nesse contexto? Tais categorias analíticas, tão centrais para se pensar a experiência no tráfico, contribuem para quê? ou, orientam nossa percepção de que maneira?

Durante as entrevistas no trabalho de campo, nos chamou a atenção a insistência com que comentários sobre as motivações que levaram aquelas pessoas ao início das atividades no tráfico apareciam. Ainda que não estivesse exposto em quaisquer questões que apresentávamos, o comentário chegava como uma demarcação, um ponto fundamental que, tal como estabelecido nas narrativas, tinha ares de um acontecimento. Para os entrevistados cuja inserção no comércio de drogas acontecera entre meados dos anos 80 e início dos anos 90, apontava-se que a entrada no tráfico se deu em função “da necessidade”, o tráfico se apresentava como forma de geração de renda, meio de subsistência, em um momento de maior estrangulamento no campo do trabalho formal ou mesmo informal. Para os entrevistados que compõem a geração 2000 em diante, os elementos elencados como motivação para a inserção no tráfico não se conectavam com as situações vivenciadas no momento, ou mesmo com situações vividas em período anterior, não se relacionavam à “necessidade” – da maneira como descrita pela geração anterior –, mas como forma de acessar objetos de consumo considerados de maior valor: roupas, tênis, motos, etc.

Esses comentários estão obviamente direcionados a um determinado interlocutor e bem conectados ao que se tem produzido em parte das pesquisas realizadas sobre o

tema. No campo da antropologia, as investigações conduzidas por Alba Zaluar (2012)⁷⁴ desde meados da década de 80, no Rio de Janeiro, já assinalavam para as relações entre diferentes gerações e o *modus operandi* de atuação no tráfico de drogas. Importante destacar os apontamentos da autora em relação aos efeitos da pobreza e da urbanização acelerada no aumento da criminalidade violenta, efeitos estes não tomados em uma perspectiva determinista, portanto, de uma causalidade direta, mas como uma dimensão fundamental para se pensar uma complexidade de fatores em suas características objetivas e subjetivas. Entre esses fatores, a autora sinaliza para alterações dos valores morais do trabalho e as diferenças nos modos de operar os poderes locais, a partir de um novo “ethos guerreiro”, o da hipermasculinidade, como elementos importantes para a compreensão das motivações para a inserção de jovens no tráfico de drogas ilegais. Vera Telles (2010), por sua vez, seguindo a teia dos ilegalismos a partir da expansão das economias informais na periferia paulistana, se depara com um cenário em que o encontro de diferentes gerações permite desvelar alterações substanciais nas dinâmicas de violência e nos modos de funcionamento do tráfico de drogas varejista.

Pois bem, se, por um lado, o que encontramos em nosso trabalho de campo está em consonância com as interpretações dos dados etnográficos já descritos na literatura, por outro há uma dimensão que, pela insistência com que aparece, nos convoca a trabalhar a partir de um outro feixe. Trata-se justamente da forte marcação de um fato, de um acontecimento que sela o momento de inserção no tráfico de drogas.

É significativo assinalar que, ao menos em um primeiro momento, o estabelecimento de uma cisura nos moldes de um antes e um depois das atividades no tráfico de drogas nos parecia, a princípio, um equívoco perante um mundo em que as tênues fronteiras entre o lícito, o legal e o ilícito (Telles, 2010) dificultariam pensar cortes bem estabelecidos que apontassem para uma travessia entre os campos da legalidade. Contudo, o que o trabalho de campo desvela é que o equívoco estava justamente em nossa compreensão, o que posteriormente entendemos como parte de um pensamento

⁷⁴ Referência aqui ao artigo publicado por Alba Zaluar, em 2012, intitulado *Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos*, por considerarmos que se trata, em alguma medida, de uma importante sistematização que a autora faz de seus muitos anos de pesquisa no tema. Caberia, no entanto, fazer referência a outras tantas publicações dessa antropóloga, que é uma referência de suma importância para os estudos sobre o tráfico de drogas no Brasil. Alba Zaluar faleceu em 2019, durante o percurso de escrita desta tese. Nesse sentido, a abertura desta nota se justifica também como uma reverência à enorme contribuição da autora para as pesquisas no campo da violência.

estruturalmente racista que lê as tramas das legalidades/ilegalidades no cenário periférico como circuitos bem estabelecidos e cujo trânsito se faz sem maiores deslocamentos subjetivos.

Dois momentos foram cruciais para mostrar que, na verdade, o equívoco estava em nossa compreensão e nos abriram duas chaves de leitura, sobre as quais passamos a nos debruçar. O primeiro momento se deu na banca de qualificação desta tese, quando o professor Marco Aurélio Máximo Prado, em sua arguição, nos chamou a atenção para a reiteração de pessoas que compuseram nosso trabalho de campo sobre esse trânsito entre legalidades e ilegalidades. O segundo momento veio de uma longa conversa com Maria, em que ela nos dizia sobre os efeitos da ausência de equipamentos públicos de assistência social, de educação e de lazer no território.

O povo é de luta, mas tem hora que não tem jeito, às vezes é o sofrimento da mãe que aperta, do jovem que tá precisando fazer uma atividade, ou de uma situação de desespero que bate mesmo, se não tem alguém que ampare, se não tem onde ir, a cabeça vira mesmo. (Maria, 12 de maio de 2017)

De fato, em muitas entrevistas com pessoas que já estiveram inseridas no tráfico de drogas, experiências de humilhação ou de grandes perdas foram apresentadas como um ponto de passagem significativo para a inserção nesse comércio. Senão vejamos alguns trechos extraídos de anotações das entrevistas realizadas.

Em 2001, um dos filhos foi assassinado após se envolver em uma discussão para defender o rapaz com quem se relacionava. O filho era entregador de gás e ajudava financeiramente com as despesas familiares. É nesse momento que Maria Vitória começa a vender drogas, primeiro como uma atividade simultânea a outros trabalhos, e depois como forma central de geração de renda. (Diário de Campo, 14 de julho de 2017)

Gomes trabalhava em uma loja de tecidos localizada em frente à Universidade Federal de Minas Gerais. Como a empresa contava com poucos funcionários, chegava a trabalhar dozes horas, quase ininterruptas, para conseguir cumprir as metas estabelecidas pelos supervisores. A sobrecarga de trabalho não resultava em rendimentos financeiros significativos, mas se mantinha na empresa pois os chefes permitiam que ele pegasse para si partes de tecidos que seriam jogados no lixo. Os tecidos eram entregues para a esposa, que produzia peças de roupas para ela e as crianças usarem e, quando possível, vender para vizinhos. Certa madrugada saiu em busca de ajuda, precisava de um carro para levar a filha que estava doente até ao hospital mais próximo. Foi até a uma boca da região atrás de um vizinho que possuía carro. A polícia chegou e levou todos presos. Um dos policiais era amigo de um dos chefes de Gomes e o avisou sobre sua prisão. Dois dias depois Gomes foi liberado, mas ao retornar ao emprego foi avisado sobre sua demissão. Segundo ele, o fato foi determinante para sua inserção nas atividades do tráfico. (Diário de Campo, 30 de novembro de 2017)

Nesse dia eu entendi que eu era um trouxa mesmo, ficava trabalhando igual burro de carga lá e não quiseram nem me ouvir, me trataram feito lixo. Peguei minhas coisas, voltei pra casa e já falei com os caras que eu queria entrar pro bagulho. (Gomes, 30 de novembro de 2017)

De forma semelhante, Menino, um jovem de pouco mais de 20 anos, nos contou que “entrou” para o tráfico de drogas aos 14 anos. Na época, Menino trabalhava como vendedor de balas em transportes coletivos da região. Certa vez foi obrigado a descer de um dos ônibus em que estava trabalhando. Era um período em que gangues de duas diferentes regiões do bairro estavam em “guerra” e os moradores não podiam circular livremente nos territórios dominados pelas respectivas gangues. Menino, ao ultrapassar o limite dentro do ônibus, foi duramente advertido por um dos membros dessa gangue e forçado a retornar para o território de sua residência. Retornou, encontrou alguns colegas, solicitou uma arma emprestada e se deslocou para o mesmo ponto onde acabara de receber a dura advertência. Ainda dentro do ônibus, levantou a blusa de forma que os garotos parados na rua pudessem ver a arma em sua cintura. Um sinal de que, a partir de então, ele fazia parte da gangue rival e a forma de tratamento dispensada a ele deveria ser alterada. O comércio de balas em transporte coletivo saiu de cena para dar início ao comércio de drogas em uma “boca” situada no território de sua residência.

É imprescindível registrar que não apontamos aqui para um nexos causal entre experiências de humilhação, perdas e inserção no tráfico. Não há, de modo algum, o intento de nos debruçarmos em trilhas que evidenciem origens ou estabeleçam relações explicativas diretas. Sabemos bem da complexidade de se tratar desse tema. Gostaríamos, no entanto, de evidenciar uma dinâmica relacional que nos foi endereçada pelos nossos entrevistados e tentar extrair consequências conceituais ou desdobramentos das formas de compreensão da realidade estudada.

6.1 Acontecimento e desamparo

Gostaríamos de seguir na compreensão da dinâmica apresentada no item anterior, desenvolvendo dois aspectos que nos parecem essenciais para a compreensão da dinâmica psicossocial em obra nos processos de reconhecimento, sendo o primeiro a experiência do acontecimento, e o segundo a problemática do desamparo. A narrativa sobre o

momento de entrada no tráfico de drogas desvela uma passagem que comporta o valor de um acontecimento. Tomamos aqui o termo acontecimento em sua dimensão conceitual, tal como proposto por Alain Badiou (2012), como aquilo que rompe a estabilidade, rompe com o estado de uma situação, em função de um “procedimento de verdade” que subverte o que existia antes. Para o autor, “um acontecimento abre a possibilidade daquilo que, do estrito ponto de vista da composição dessa situação ou da legalidade desse mundo, é propriamente impossível” (p.79).

Carreteiro (2019), apoiada no trabalho de Legrand (1993), nos lembra que o acontecimento possui duas dimensões centrais: o acontecimento como não acontecimento e o acontecimento como categoria biográfica. As diferentes situações que vivemos cotidianamente revelam uma dimensão do acontecimento que não provoca grandes mudanças no momento em que se apresentam, trata-se de experiências do cotidiano que não alteram uma certa linha de desenvolvimento da vida. Por outro lado, os acontecimentos inscritos na categoria biográfica são aqueles que provocam uma ruptura na trajetória de vida, um momento disjuntivo que cria uma separação entre um antes e um depois, uma laceração dos recursos simbólicos representativos da realidade. Carreteiro (2019) aponta ainda que tais acontecimentos podem não apenas alterar trajetórias de vida de um sujeito, mas também o percurso da família em que ele está inserido. Compreendemos o momento de inserção no tráfico nessa dimensão de um acontecimento biográfico, cuja ruptura não pode ser lida como um dado a priori, mas sinalizado por aqueles que a vivenciam e a interpretam como um acontecimento.

O segundo aspecto trata da problemática do desamparo. Antes de avançarmos no desenvolvimento deste ponto, gostaríamos de abrir um parêntese para ressaltar que, ao nos debruçarmos sobre a dimensão do desamparo, nos interessa pensá-lo como um afeto fundamental para a composição dos vínculos sociais. Concordamos com a formulação precisa de Enriquez (1990) de que “o mais íntimo do ser humano nos leva ao mais essencial da vida social, que os problemas mais fundamentais da sociedade se inscrevem no corpo e no psiquismo” (p.240). Safatle (2015) já afirmava, por sua vez, que a apreensão dos fundamentos dos processos de reconhecimento não pode ser dada de forma dissociada da compreensão do indivíduo e de seus circuitos de afetos, pelas satisfações e motivações passionais que o fazem agir. Nesse sentido, para a reflexão que segue, tomamos como essencial a teoria psicanalítica e os elementos que são igualmente enfatizados pela

psicossociologia, naquilo que elas nos permitem pensar e fazer conexões entre os processos individuais e as dinâmicas sociais. Compreendemos o ser humano como um “ser social e um ser pulsional”, seguindo a formulação de Enriquez (1990):

O pulsional é (...) o que imprime movimento ao organismo mas, ao mesmo tempo, visa ao outro como aquele que pode reconhecer o desejo ou responder ao desejo de reconhecimento. O pulsional faz parte do fundamento de cada sujeito e do fundamento da vida social. Torna-se indispensável recorrer-se à teoria das pulsões e dos processos identificatórios para se compreender as duas ordens de realidade: a realidade psíquica e a realidade social. (p.17)

Fechado o parêntese, podemos prosseguir. Ao longo de todo esse período de trabalho com Maria, se pudéssemos sintetizar suas ações no Palmital em uma grande aposta, certamente traduziríamos como uma aposta na dimensão do amparo. Maria sabe bem que a vulnerabilidade da população local é imensa e que, por vezes, uma visita inesperada, um litro de leite, uma orientação, uma carona, uma escuta, um acompanhamento em uma situação complicada ou estar ao lado quando se acessa algum equipamento público podem ter uma função absolutamente vital. Vital, na amplitude espinosiana e, portanto, muito além da questão da sobrevivência. Há, nas ações de Maria, um cálculo de antecipação. “A gente tem que tá sempre acompanhando. Porque tem vezes que a pessoa nem sabe que tá precisando. Deus é tão bom que orienta a gente para estar perto, ele é quem sabe.” O sentido religioso basilar para suas ações traz sentido para seu trabalho, funciona como bússola e também como lócus de reconhecimento⁷⁵. Permite ainda que, frente à contingência de um fator que possa se colocar como excesso e que, portanto, transborda os recursos possíveis para lidar com as situações, a antecipação esteja posta de antemão.

É Freud quem nos ajuda a compreender o fundamento do excesso⁷⁶ nessa equação. O desamparo aparece na teorização freudiana associado à relação de dependência do bebê

⁷⁵ Voltaremos a esse ponto mais adiante.

⁷⁶ Importante lembrar que a metapsicologia freudiana, fruto do método especulativo, é composta por três eixos: tópico, dinâmico e econômico. O ponto de vista tópico diz da concepção do psiquismo como um aparelho figurado em instâncias psíquicas (Isso, eu e o supereu. Inconsciente, pré-consciente e consciente); o ponto de vista dinâmico diz respeito à compreensão dos fenômenos psíquicos como sinais de um jogo de forças conflitivo, de origem pulsional; e o econômico, à consideração dos processos psíquicos em termos da circulação e da variabilidade de energia pulsional e, portanto, propenso a alterações quantitativas: aumento, diminuição ou equivalências (Laplanche e Pontalis, 2004). Ao nos referirmos aqui a fatores apreendidos como excessos, temos em mente uma apreciação a partir do eixo econômico, ou seja, em intensidade do montante afetivo. Para Freud (1915/2010), o montante afetivo “corresponde ao instinto [pulsão], na medida em que este se desligou da ideia e acha expressão, proporcional à sua quantidade, em processos que são percebidos como afetos” (pp.91-92).

com seus cuidadores, em sua impossibilidade de prover as próprias necessidades. O termo usado por Freud, em alemão *Hilflösigkeit*. *Hilfe*⁷⁷, pode ser traduzido por “socorro/ajuda/amparo”, *los* pode ser definido por “sem”. Em uma tradução direta chegaríamos a “impotência”, “sem ajuda”, “sem amparo”, “desamparo”. A decomposição do termo nos ajuda a perceber duas importantes ressonâncias trabalhadas por Freud. *Hilflösigkeit* é estar sem ajuda, sem recursos. Trata-se, portanto, de um aspecto concreto, afastado de um psicologismo, e que diz da impotência em agir por ausência de recursos. No sentido freudiano, a impotência do lactente em agir para a sua satisfação o insere em um estado de dependência do outro. O estado de desamparo, tradução proposta por Laplanche e Pontalis (2004), nos permite compreender um segundo aspecto do termo, fundamental para a teoria psicanalítica, que é a questão do afeto. Na formulação de Jaques André (2001), “o desamparo é ao mesmo tempo o perigo e o impacto psíquico desse perigo” (p.104).

Estar desamparado é expressão da vulnerabilidade e da dependência que está na base da relação do sujeito com outro. Estado este que tem sua origem, ao menos para Freud (1926/2014), na tensão entre as exigências pulsionais e a incapacidade de dar destinos possíveis para elas. Do ponto de vista econômico, trata-se de um excesso de força pulsional que não encontrou possibilidade de domínio pelo aparelho psíquico (Laplanche & Pontalis, 2004). Diante da ausência de recursos que permitam o domínio desse excesso, é o outro que realiza o trabalho de ligação da força pulsional. Para Birman (1999), o “organismo humano seria fadado à morte e à quietude se não fosse a presença do outro, que agenciaria os instrumentos que lhe faltam intrinsecamente para construir destinos outros para a força pulsional que permitam a construção da ordem vital” (p.24)

Interessante notar como a transmutação da frase de Maria em um desenho imagético não nos traz dificuldades em aproximar da relação cuidador(a)-bebê. Poderíamos facilmente imaginar a figura da(o) cuidador(a) que, em um contínuo

⁷⁷ Importante retomar o aspecto religioso amalgamado ao termo desamparo. Segundo Jacques André (2001), “a palavra *Hilfe* representa um papel importante na tradução da Bíblia proposta por Lutero. A *ajuda*, a única verdadeiramente digna desse nome é a ajuda de Deus. Jó é, por excelência, o personagem *hilflös* [sem ajuda]. Quanto ao substantivo *Hilflösigkeit*, ao que parece, significativamente só surge no século XVIII, Século das Luzes, de Kant, da crítica da razão, justo quando a ajuda de Deus não é mais bastante para que o homem se assegure dos fundamentos de seu pensamento” (p.102).

exercício de antecipação, chega com o leite, chega com o afago, na tentativa, sempre impossível, de evitar a experiência da insatisfação.

Se Freud remonta à prematuração do bebê para pensar o desamparo, é para mostrar sua influência na estruturação do psiquismo. Apesar de não ter dedicado um texto específico para tratar do tema do desamparo, o reconhecimento de sua condição fundamental, como bem nos mostra Birman (1999), foi essencial para a formulação dos escritos freudianos após os anos 20, sobretudo, no que tange aos seus textos ditos sociológicos.

No campo social, Freud (1930/2010) localiza o desamparo na noção do “mal-estar”. A conflitiva relação entre exigências pulsionais e as restrições que se impõe no vínculo com o outro e, portanto, no trabalho civilizatório, tem no desamparo um importante fundamento do agir. Um agir que se coloca como um certo enfrentamento ao desamparo original.

O desamparo diz de uma quebra no sistema de projeções, no meu sistema de interesses, exigindo que o sujeito se mova para fora da promessa totalizante de amparo (Safatle, 2015). Nesse sentido, se a defesa contra o desamparo abre o sujeito para o vínculo social a partir de suas renúncias, em troca de alguma proteção, por outra via, Freud (1913/2012) nos mostra que é pela afirmação do desamparo, pela quebra daquilo que estava no campo das determinações possíveis, que podemos nos emancipar.

A essa ambivalência própria da noção de desamparo, Safatle (2015) deposita o que ele expressa ser a “lição política de Freud” (p.21). Para o autor, o desamparo deve ser visto como um afeto político fundamental, na medida em que se abre para que apareça um afeto de coragem que, diante da dissolução das figuras de estabilidade, das figuras do amparo, permite ao sujeito agir para processos de mudança de estado.

Estar desamparado é deixar-se abrir a um afeto que me despossui dos predicados que me identificam. Por isso, o afeto que me confronta com uma impotência que é, na verdade, forma de expressão do desabamento de potências que produzem sempre os mesmos atos, sempre os mesmos agentes. (Safatle, 2015, p.26)

O caminho percorrido por Safatle (2015) conduzirá a uma proposta de afirmação da insegurança ontológica proveniente do desamparo, dos desabamentos predicativos como potência de criação de novos possíveis, o que o permitirá pensar a problemática do

reconhecimento em sua natureza “antipredicativa” e, portanto, fora da produção social das identidades.

Circunscrevendo essa discussão ao nosso tema de pesquisa, o que gostaríamos de conservar da proposição freudiana retomada por Safatle (2015) é justamente essa lição política. Entendemos que o ponto de passagem que marca a inserção no tráfico de drogas comporta uma radicalidade evidenciada pelos nossos entrevistados na dimensão de um acontecimento, desvela uma situação de desamparo que abrirá uma via para a busca de reconhecimento. Apesar das vivências de humilhações diversas enfrentadas cotidianamente, das inseguranças sociais e dos processos de exclusão quase que inerentes ao viver – conforme discutido no capítulo anterior –, o momento que antecede a inserção no tráfico de drogas é marcado como um excesso, algo que transborda os recursos possíveis de suporte e enfrentamento, algo que faz desabar as estruturas construídas até então, algo que desampara, exigindo a tessitura de uma nova narrativa de si.

Importante retomarmos aqui, mais uma vez, a cena do homem no parapeito do viaduto descrita no início deste trabalho. Tomada como uma composição metafórica, ela parece nos fornecer algumas pistas para esta discussão, ainda que apenas como um devaneio hipotético. Todo acontecimento é um vazio de lugar. Pensemos naquele homem e em seu posicionamento sobre o parapeito do viaduto como um espaço fronteiro, entre uma situação anterior que, diante de um acontecimento, contingente, sem inteligibilidade a priori, provoca o desabamento das narrativas que o compunham até então – um desabamento que poderia, aliás, ter sido concreto. O homem, em paralisia, precisa lidar com a queda das bases que o estruturavam até aquele momento, ao mesmo tempo em que prepara alicerces sobre os novos possíveis. O parapeito do viaduto evidencia a ambivalência de aparecer como suporte a essa força da contingência capaz de anular as bases de sustentação da vida até ali, ao mesmo tempo em que suporta o tempo de maturação para a composição de novos possíveis: Pular? Retomar? Reconstruir?

As proposições interrogativas que se depreendem da cena são formas verbais imperativas, demarcam a exigência de uma ação. A situação do desamparo, conforme nos ensina Freud (1930/2010), nos obriga à recomposição da estrutura narrativa basilar ao viver. Nesse sentido, Freud nos ajuda a pensar esta recomposição dos possíveis presente nas narrativas que escutamos em nosso trabalho de campo. Compreendemos que a

inserção nas atividades do tráfico de drogas se faz em meio a uma passagem, no trânsito entre legalidades-ilegalidades/legitimidade-ilegitimidade, cujo motor está em uma vivência de desamparo. Motor que impulsiona uma operação de agenciamento, impõe uma necessidade de agir, reúne forças vivas que se contrapõem à morte. Às ressonâncias do “Zé Ninguém”, do “Lixo”, parece se interpor uma possibilidade de engajamento em um fazer, na produção de um nome, na busca do reconhecimento que permita alcançar a dimensão do “ser alguém”. Retomemos as palavras de Gomes: “Nesse dia eu entendi que eu era um trouxa mesmo, (...) me trataram feito lixo. Peguei minhas coisas, voltei pra casa e já falei com os caras que eu queria entrar pro bagulho”.

6.2 A propósito do nexó entre trabalho e reconhecimento

Alain Caillé (2007) sustenta que todas as lutas de classe, as de ontem e as de hoje, são, em alguma medida, lutas por reconhecimento, visto que as desigualdades sociais são vivenciadas como um ataque à identidade, à capacidade de agir e à possibilidade de sentir-se membro de uma sociedade. Caillé (2007), em consonância com as premissas fundamentais das teorias do reconhecimento de inspiração hegeliana-marxistas, afirma que estamos todos em busca de reconhecimento.

Para Butler (2019), não há como pensar uma luta por reconhecimento que se dê fora de um sistema de valores definidos socialmente. Nesse sentido, a autora nos convoca a pensar a partir de um deslocamento da questão do reconhecimento em si para o que ela nomeia por “condição de ser reconhecido”⁷⁸. Trata-se de interrogar as molduras, as possibilidades, os pressupostos, os regimes normativos a partir dos quais alguém é ou não reconhecido (Butler, 2015). Assim, Judith Butler inscreve suas análises sobre o reconhecimento em uma perspectiva de inspiração foucaultiana e, portanto, em estreita relação com a questão dos dispositivos de poder.

⁷⁸ Usamos aqui a expressão “condição de ser reconhecido” em consonância com a tradução para o português do termo *recognizable* realizada por Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha em *Quadros de Guerra: Quando a Vida é Passível de Luta* (Butler, 2015). A tradução do mesmo termo para o francês na obra referenciada é *reconnaissabilité*. Alguns pesquisadores brasileiros tem optado pelo equivalente “reconhecibilidade” – apesar da ausência de registro da palavra nos dicionários de língua portuguesa – em vez da expressão “condição de ser reconhecido”.

A operatividade das análises da filósofa, sobretudo no que diz respeito à distribuição diferencial do reconhecimento a partir dos quadros normativos que denotam inteligibilidade para o que será ou não considerado como ser humano, tem entre os seus méritos o de nos permitir localizar como se estruturam os quadros interpretativos e se acentuam precariedades daqueles que não estão conformados ao que se reconhece no campo da humanidade, como tentamos expor no capítulo anterior. No entanto, ao falarmos sobre o tráfico de drogas, urge situarmos nossas análises sobre esse contexto laboral e, portanto, seguir por um caminho que nos permita compreender os elos entre trabalho e reconhecimento.

Vêm de Hegel (1807/1992) as primeiras colocações sobre o trabalho como fonte de reconhecimento social. A inscrição da análise do trabalho na dinâmica do reconhecimento aparece pela primeira vez na figura do mestre e do escravo. A atividade de trabalho é posta em uma dimensão de relação, de um serviço, que liga o mestre ao escravo e o escravo ao mestre, de forma não utilitarista mas profundamente moral. Nesse sentido, a esfera do trabalho é, na leitura hegeliana, a dimensão que possibilita ultrapassar um imediatismo particularista, egoísta, para responder ao desejo do outro e aceder a finalidades universais. Cabe destacar que a categoria trabalho, na compreensão hegeliana, não deve ser vista, no entanto, como o lugar do reconhecimento, mas sim cumprindo uma função no processo de reconhecimento (Guéguen & Malochet, 2012).

Axel Honneth (2003), em sua importante obra *Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*, propõe uma teoria do reconhecimento baseada, sobretudo, na perspectiva hegeliana das figuras do amor, do direito e da solidariedade. Como claramente pontua o autor, há um esforço por reintroduzir⁷⁹ uma perspectiva crítica do conceito de trabalho na gramática moral, retomando a concepção marxista de trabalho. No entanto, como mostram Guéguen e Malochet (2012), o trabalho aparece na teorização honnetiana como um estatuto, uma valorização das capacidades, e não como uma atividade. Para Renault (2007), a despeito das atualizações teóricas feitas por Honneth

⁷⁹ Em desenvolvimento às postulações de Habermas que exclui a esfera do trabalho em sua teoria da ação comunicativa.

em suas publicações mais recentes⁸⁰, a noção de trabalho se mantém de forma ambígua, sem assumir uma “função determinante” para o seu desenvolvimento teórico.

Apesar das inúmeras discordâncias⁸¹ entre Honneth e Butler, diríamos que ambos, além de compartilharem uma herança hegeliana – evidentemente com leituras bastante diferentes e acentuações a aspectos diversos da obra de Hegel –, tendem a privilegiar um percurso a partir das normas de reconhecimento e seus efeitos de subjetivação. Aliado também a uma tradição hegeliana, mas partindo da centralidade do trabalho nos processos de subjetivação, Christophe Dejours (2013) pensa o trabalho como chave para os processos de socialização, bem como para a dinâmica de luta para a emancipação. Nesse sentido, o reconhecimento chega como resposta às questões colocadas a respeito da mobilização subjetiva no trabalho, mais especificamente da compreensão de que:

(...) esta mobilização não pode ser prescrita e que é, aliás, inútil prescrevê-la na medida em que ela está presente desde o início. A questão é mais sobre “como não romper esta mobilização?” A resposta está justamente no reconhecimento, em ambos os sentidos do termo, na constatação do trabalho realizado e na gratidão pela contribuição dos trabalhadores como retribuição simbólica da mobilização subjetiva.⁸² (Potiron, 2015, pp.27-28, tradução nossa)

O trabalhador, ao mobilizar corpo e afeto nas situações laborais, ao agir de forma a contribuir para a produção, espera ser retribuído. Sem sombra de dúvidas, a retribuição material (salário, “benefícios”, etc.) é condição importante nesse processo, mas não é o suficiente. Como bem nos mostra Dejours (2013), a retribuição simbólica por meio do reconhecimento do trabalho realizado é assumida pelo sujeito como reconhecimento de si próprio.

Ora, a situação vivenciada por Gomes, relatada no tópico anterior, nos parece significativa na medida em que desvela, com precisão, os efeitos de uma “surpresa desagradável” – para usar uma expressão de Dejours (2013). A experiência de injustiça revela a ferida em aberto de um sofrimento que não encontra amparo no reconhecimento de sua contribuição àquela comunidade, com desdobramentos importantes em nível

⁸⁰ Aqui vale destacar a recente tradução para o português, publicada pela editora Unesp, de *Reificação: Um Estudo de Teoria do Reconhecimento* (Honneth, 2018).

⁸¹ Sobre esse debate, ver especialmente os comentários de Judith Butler (2018a) e a réplica de Axel Honneth (2018) publicados como anexos à tradução supracitada.

⁸² Do original : «cette mobilisation ne peut pas être prescrite et qu’il est d’ailleurs inutile de la prescrire dans la mesure où elle est présente d’emblée. La question est davantage : «comment ne pas briser cette mobilisation?» La réponse est justement la reconnaissance, au deux sens du terme - constat du travail accompli et gratitude pour l’apport des travailleurs - rétribution symbolique de la mobilisation subjective.»

identitário, “eu era um trouxa mesmo”. Para Dejours (2013), a relação entre identidade e trabalho se dá na dinâmica de julgamentos realizados pelo outro, signos de reconhecimento. Julgamento que se dá, em um primeiro momento sobre a qualidade do trabalho realizado, portanto, sobre o fazer, e depois sobre o registro identitário, sobre o ser. A ausência de reconhecimento, por sua vez, opera desmobilizando o investimento no sentido da cooperação, do engajamento do trabalhador em sua vontade de contribuir com as condições éticas do viver junto naquele espaço de pertencimento.

A despeito de sua concepção marcadamente associada ao quadro das patologias e, portanto, de uma dinâmica individual, pensamos o sofrimento aqui na perspectiva anunciada por Dunker (2015), “indissociável de uma experiência narrativa que mobiliza sistemas sociais de valores, narrativas e expectativas fracassadas de reconhecimento” (p.9).

Se, por um lado, as expectativas fracassadas de reconhecimento desamparam o sujeito, na medida em que fazem desabar as confirmações tão esperadas advindas do Outro, por outro lado podem ser fonte de mobilização, podem operar como causa de um agir outro, quiçá como resistência em uma luta, absolutamente vital, por reconhecimento.

Gostaríamos de sustentar, considerado o percurso realizado até aqui, que as experiências de injustiça/humilhação relatadas como pontos de passagem (na transição legalidades/ilegalidades), marcos para a inserção no tráfico de drogas varejista, podem ser lidas a partir do escopo da problemática do desamparo e da busca por reconhecimento. Ainda como desenvolvimento a tais considerações, nos resta compreender por que as características que compõem o cenário laboral do tráfico de drogas varejista nos parecem possibilitar o desenvolvimento de relações de reconhecimento.

Três critérios sistematizados por Guéguen (2014) como pontos de inflexão entre a teoria honnetiana e a psicodinâmica do reconhecimento de Christophe Dejours⁸³ nos ajudam a iniciar esse caminho:

⁸³ Sobre os pontos de convergências e divergências entre a teoria do reconhecimento de Axel Honneth e da Psicodinâmica do Trabalho, ver especialmente: Dejours (2007b); Dejours (2007a); Renault (2007); Guéguen (2014).

1. Vimos anteriormente que, na psicodinâmica do trabalho, o reconhecimento recai primeiramente sobre o fazer e não sobre o ser⁸⁴. “Ele não se liga ao indivíduo enquanto tal, à pessoa considerada em sua identidade singular, mas ao que ela faz, à qualidade do trabalho realizado” (Guéguen, 2014, p.80). Nesse sentido, entendemos que o cenário laboral se apresenta como lócus precioso para se pensar o reconhecimento.
2. Os modos de expressão do reconhecimento se dão por meio de duas formas de julgamentos: o julgamento de utilidade e o julgamento de beleza, que se referem, respectivamente, à utilidade social e à apropriação criativa de uma atividade de trabalho.
3. As condições sociais e organizacionais de reconhecimento remetem à necessidade de existência de um coletivo de trabalho cuja implicação e confiança possibilitem uma verdadeira cooperação.

Entendemos que a organização do trabalho no tráfico de drogas varejista reúne fatores importantes que se depreendem dos critérios elencados. A possibilidade de construção de sentidos sobre o fazer, o compartilhamento das regras do trabalho amplamente difundidas interna e externamente à organização de trabalho, a existência de um coletivo de pares imbricados em um contexto de vida semelhante, as condições de legitimação e julgamento dos pares de forma mais horizontalizada⁸⁵ e o compartilhamento de referências de identificações nos parecem elementos especialmente significativos.

Trata-se de um cenário que, a nosso juízo, comporta elementos significativamente diferentes em relação às demais atividades laborais que são acessadas pela população mais pobre. Um contexto de trabalho em que os pares se reconhecem mutuamente como semelhantes. Um contexto de trabalho que contém signos próprios do meio em que se realiza, que possui uma linguagem própria e compartilhada. Um contexto de trabalho que

⁸⁴ Como assinala Dejours (2007b), “nas clínicas do trabalho, de fato, o reconhecimento do ser é contraprodutivo. Ele gera ainda mais sentimentos de injustiça entre os trabalhadores” (p.66).

⁸⁵ Ao nos referimos às condições de legitimação e julgamento dos pares de forma mais horizontalizada, não estamos afirmando que o tráfico é uma organização de trabalho composta por hierarquias menos rígidas – ao contrário, como mostramos em Amaral (2014), elas existem –, mas de insistir na dimensão de referências amplamente compartilhadas. As hierarquias, nessa estrutura, são ocupadas por pessoas com trajetórias de vida semelhantes, de uma cultura local com sistema de valores próprios, que conhecem bem a comunidade em que se tecem essas relações.

supostamente traz alguma possibilidade de prosperidade, de pertencimento e de um nome próprio amplamente conhecido (vejamos os apelidos que ganham significativa expressão no meio). Nesse sentido, compreendemos o tráfico de drogas varejista, no contexto estudado, como lócus privilegiado, onde se desenvolve, como nos ensina Lhuillier (2005b) essa procura de identidade⁸⁶.

Importante ressaltar que não estamos dizendo que o tráfico se apresenta como o contexto laboral em que relações de verdadeiros reconhecimentos são melhor desenvolvidas. Trata-se antes de considerar como as características dessa organização de trabalho parecem corresponder, ao menos em um momento primeiro, às expectativas de reconhecimento claramente fracassadas em diferentes experiências anunciadas por nossos entrevistados. Como contraponto poderíamos evidenciar a história da própria Maria, que relata diferentes experiências de humilhações/injustiças em sua trajetória laboral por diferentes campos de trabalho. É em suas atividades na Pastoral Carcerária e, posteriormente, em projetos sociais diversos e de pesquisa que Maria encontra sentido e reconhecimento em seu fazer com efeitos significativos para a sensação de pertencimento a uma comunidade e para a realização de si.

Fazemos ressonâncias às questões colocadas por Jobert (2014), “em uma atividade de trabalho, por quais meios e a que preço estamos tentando existir, nos desenvolver e dar sentido às nossas ações?” (p.11, tradução nossa)⁸⁷.

Certa vez, questionamos Maria Vitória sobre o que para ela era representativo de sua história no tráfico de drogas, sua resposta foi imediata e precisa: “Quando eu tava no tráfico eu comia carne era todo dia”. E complementa: “tinha dinheiro pra tomar uns goró e comprar coca-cola pros meninos.”

Há certamente um sentido estrito ao que Maria Vitória aponta. Atualmente, atravessando uma situação de maior precariedade financeira, com dois filhos presos, um assassinado, uma filha e uma neta recém-chegada, ambas morando em sua casa e sem condições físicas para traficar, a única renda que chega para o sustento da família é o

⁸⁶ Identidade aqui entendida como um processo, sempre em movimento, atrelada à noção de alteridade e não como um resultado final, estável, como um produto (Dejours, 2013).

⁸⁷ Do original : «dans le cadre de notre activité de travail, par quels moyens et à quel prix tentons nous d'exister, de nous développer au milieu des autres, et de donner du sens à notre action ?»

benefício governamental destinado aos cuidados da neta. Recebe ainda ajuda do setor social da Igreja Católica, doação de alimentos da Igreja Evangélica, apoio de vizinhos e ainda da filha que faz “bicos” em casa como manicure. Sendo assim, a carne é mesmo um produto alimentício menos frequente nas refeições cotidianas. Contudo, Maria Vitória sinaliza que está longe de atravessar períodos de fome como no passado. A carne, a coca-cola, o “goró”, elementos elencados como tão representativos do tráfico, demarcam, portanto, sentidos diversos. É sinal de status, é sinal de dignidade, é sinal de formas de se relacionar, é sinal de história, é sinal de valorização.

Fizemos o mesmo questionamento a Filho, um jovem de 28 anos, inserido no tráfico desde os 19 anos. Sua resposta foi incisiva: “É que no tráfico eu sou conhecido e sou respeitado”. A trajetória de Filho é marcada por momentos de distanciamentos e aproximações das atividades no tráfico. Ainda adolescente, seguindo os ensinamentos paternos, Filho aprendeu o ofício de pintor. Inseriu-se rapidamente no mercado de trabalho e, segundo ele, como pintor recebia relativamente mais dinheiro do que em suas atividades no tráfico, isso porque, apesar do volume financeiro que detinha em mãos enquanto trabalhava no tráfico, o gasto com determinados produtos era significativamente maior e o fluxo do dinheiro acontecia de forma mais rápida. “Quando você tá no tráfico, passa um menino aqui e você dá R\$10,00 para ele ir buscar um refrigerante, porque daí a pouco você ganha outro, mas quando tô no trabalho esse outro demora a chegar.” No entanto, nos períodos em que se dedicava exclusivamente ao ofício de pintor, sentia falta de estar nas atividades do tráfico. “Eu sou bom pintor, eu ganhava muito bem como pintor, dava pra sustentar meu filho, e eu fico mais sussa quando tô nas empresas. Mas é diferente quando você tá no tráfico. Não tô lustrando parede de bacana. Aqui todo mundo me conhece, eu sou alguém, sabe? Pergunta aí no Palmital sobre mim. Eu tenho conceito.”

Esse cenário em que se conjugam relações sociais e satisfações narcísicas, respeito à história singular, espaços de produção e uso de si (Schwartz, 2016a) é fundamental para que o sujeito possa, como nos ensina Lhuillier (2005b), alçar “um duplo reconhecimento, simultaneamente ao seus próprios olhos (em termos de imagem de si) e aos olhos dos outros” (p.212) Para Molinier (2010), buscamos, todos, ser reconhecidos por meio de um trabalho que esteja em acordo com nossos valores e critérios. Valores e critérios tecidos e validados na articulação entre exigências pulsionais e sociais. O que está na base desse

processo de articulação é justamente a existência de um espaço social em que seja possível investir (Lhuillier, 2005b).

6.3 Uma via para se fazer existir

Por todo o exposto, ousaríamos afirmar que o trabalho no tráfico de drogas se apresenta, no contexto estudado, como uma via para se fazer existir ou, diríamos, de garantir uma fresta de existência na encruzilhada imposta pelas “exigências pulsionais e existenciais e pelos determinismos sociais” (Lhuillier, 2005b, p.218). Uma via consonante com a forma como se organiza o trabalho em nosso tempo histórico e, conseqüentemente, com a produção subjetiva decorrente.

Se estamos em consonância com tal afirmação, teríamos aqui um trabalho que se interpõe como uma recusa à exploração, à degradação, à escravização e que, em seu sentido mesmo, busca emancipação e liberdade. Trata-se, no entanto, de um trabalho inserido na dinâmica do capital, marcado pela fetichização da mercadoria e pela avidez da rentabilização.

Insistiríamos que tal compreensão está intrinsicamente relacionada à emergência de um novo espírito do capitalismo, tal como argumentam Boltanski e Chiapello (1999), ou mais precisamente de um novo ethos no campo do trabalho, conforme assinalava Zaluar (2012).

Um ethos assentado na forma-empresa, como bem coloca Safatle (2015), pela consolidação de um “ideal empresarial de si” ou de uma “racionalização empresarial do desejo”, nos termos de Dardot e Laval (2010). Efetivamente trata-se de um deslocamento dos valores e dos modos de operação próprios das gestões empresariais para o domínio da vida dos indivíduos, para o âmbito subjetivo.

Graças à internalização desse ideal, o risco de insegurança social produzido pela desregulamentação do trabalho foi suplantado pela promessa de plasticidade absoluta das formas de vida, ou seja, tal desregulamentação se traduziu em liberação da potencialidade de constituir projetos conscientes de formas de vida, da mesma maneira que a intensificação do desempenho e das performances exigida pelo ritmo econômico liberal se transformou em um peculiar modo subjetivo de gozo. Assim, o medo do risco

provocado pela insegurança social pode aparecer como covardia moral. (Safatle, 2015, p.199)

Nesse sentido, a lógica de funcionamento do tráfico encontra terreno fértil. Sua expansão econômica está intrinsicamente associada a ideias como liberdade, performance, ganho monetário potencializado, progresso material; por fim, diríamos mesmo de uma cultura própria do empreendedorismo crescente com todos os seus problemas decorrentes. Aliado a isso, o universo do tráfico se fortalece na narrativa de contraposição às opressões cotidianas vivenciadas pela população periférica.

Evidentemente, por se tratar de uma atividade que está baseada no campo da ilegalidade, há uma confrontação maciça com os estigmas do ofício. Como desenvolvemos em Amaral (2014), entendemos o contexto laboral do tráfico de drogas no campo conceitual do trabalho sujo⁸⁸ (Hugues, 1996; Lhuillier, 2005a). Duas ameaças nos parecem proeminentes no sentido de maior interpelação aos trabalhadores desse ofício: a droga, como objeto ambivalente, signo de prazer e de deterioração, objeto de contaminação e medo, mas também representativa de adrenalina, coragem, excitações; o exercício cotidiano da violência, que inscreve a morte e suas ressonâncias como um elemento sempre presente.

Essa dupla ameaça inscreve repercussões psicológicas complexas, além das repercussões sociais próprias das atividades que se realizam na ilegalidade, exigindo que os trabalhadores construam quadros simbólicos de legitimidade. No entanto, concordamos com Le Floch (2008) por considerar que o trabalho sujo deve ser visto como um instrumento de análise de dimensão variável. Le Floch (2008) aponta para uma variação naquilo que pode ser considerado sujo no seio de um determinado setor profissional e que pode adquirir uma dimensão valorativa em outro setor. No que tange às atividades no tráfico, observamos, por vezes, que é justamente aquilo que é visto socialmente com ares moralmente repugnantes a partir de depurações, é que será objeto de valorização. O exercício da violência extrema, a imputação da morte, por exemplo, ao mesmo tempo em que carrega uma forte confrontação com o real, que é objeto de

⁸⁸ Por trabalho sujo compreendem-se os ofícios, e poderíamos dizer também de tarefas situadas no ponto mais baixo da escala da hierarquia das profissões, em uma referência a uma divisão moral e psicológica do trabalho. São atividades desprovidas de valor social que recobrem, essencialmente, tarefas ligadas ao trabalho com dejetos e à transgressão; avaliadas como moralmente questionáveis, inferiores, contaminadas e contaminantes, contagiam os sujeitos que as exercem com esse mesmo julgamento (Lhuillier, 2009; Barros & Lhuillier, 2013).

ressonâncias fantasmáticas, pode ser também meio de prova das competências do trabalhador, signo de reconhecimento.

É no seio do coletivo dos trabalhadores inseridos no exercício desse ofício que podem ser tecidos os sentidos do trabalho.

Nestes espaços os sujeitos podem reconstruir o sentido do trabalho e a validação/legitimação das práticas de cada um. Aí se “tricotam” as tramas simbólicas que permitem domesticar as repercussões fantasmáticas da confrontação com o “objeto” de trabalho (a doença, a morte, o envelhecimento, a violência, o desvio, a deficiência, a falta...).⁸⁹ (Lhuilier, 2009, p. 40)

Ashforth & Kreiner (1999) argumentam que a gestão simbólica por meio de histórias, mitos, metáforas, tradições, rituais, recompensas, status são alguns elementos que, “tricotados” no âmbito de culturas de trabalho fortes, atuam na moderação/transformação da sujeira. “Quanto mais o trabalho sujo define a função do trabalho, mais os trabalhadores tentarão redefinir o trabalho sujo” (p.431, tradução nossa)⁹⁰.

A fragilidade dessas tramas mostra sua expressão, por sua vez, quando algo faz vacilar os mecanismos de defesa tão bem tricotados nessa gestão simbólica. No centro das narrativas sobre as motivações que conduziram ao movimento de saída do tráfico de drogas estão situações que fragilizaram a posição do trabalhador diante do coletivo. Para Raimundo e Maria Vitória, o processo de envelhecimento e precarização da saúde é crucial para uma mudança de perspectiva no que trazia sentido para as atividades no tráfico. Para Jhou e outros entrevistados, a promessa não cumprida de que a “firma” pagaria o advogado no caso de uma prisão e/ou se responsabilizaria pelos cuidados dos familiares no período de sua ausência, faz desabar uma garantia crucial no campo das recompensas simbólicas. Escutamos também histórias cujo ponto para a saída está associado à morte de um ente querido, assassinatos que ocorrem em contextos de disputas/conflitos no território e que são considerados injustos. Casos assim normalmente

⁸⁹Do original : «C’est dans ces espaces que peuvent se reconstruire le sens du travail et la validation-légitimation des pratiques de chacun. S’y “tricotent” les trames symboliques qui permettent de domestiquer les résonances fantasmatiques de la confrontation avec “l’objet” de travail (la maladie, la mort, la vieillesse, la violence, la déviance, la déficience, la perte, le manque (...)).

⁹⁰ Do original : “The more that dirty work defines the work role, the more that incumbents will attempt to redefine the dirty work”.

disparam um ciclo de vinganças e mesmo de deslocamentos territoriais, mas são também narrados como um ponto importante para a saída do tráfico.

A biqueira agora é cheia de moleque. Uns meninos sem juízo nenhum. Acha que o corre é na base da valentia. Eu acho que parei no momento certo. Não acho certo essa vida deles, não. Resolvem tudo na bala. Na minha época era diferente. Eu tenho o respeito da garotada. Vivo sentando com eles para contar minhas histórias, mas acho eles tudo deslumbrado demais. (Raimundo, 10 de julho de 2017)

Vi gente demais morrer. Eu não sei te falar como é que foi, mas eu não queria mais essa vida, não. Quando mataram meu parça, eu fiquei pegado de raiva, boladão. Demorou um tempo ainda, mas nesse dia eu coloquei na minha mente que eu queria sair daquela vida. (Jhou, 17 de agosto de 2017)

Em síntese, insistiríamos, inspirados em Castoriadis (1982), que, em meio à necessidade, o desejo de instaurar uma vida digna – dignidade entendida aqui em sua dimensão de modos de vida própria à dinâmica valorativa neoliberal –, o trabalho no tráfico de drogas se apresenta como uma tentativa de garantir existência, de afirmação de um poder de agir (Roche, 2016). Em outros termos, faríamos eco à proposição de Gabriel Feltran:

O desejo despertado por essa forma de ver a vida elabora-se como outra norma, orientadora na busca pelo que é certo, mas agora na vida errada. O crime se torna ideal de emancipação, inserindo mais contradição na espiral do sistema. O mundo do crime se transmuta em vontade de potência, para os que nele ingressam. (...) Muitos (...) têm nessa chave seu pertencimento existencial. (Feltran, 2018, p.50)

Por derradeiro, sinalizaríamos que, diante de tantas contradições, explorações, violações e violências da vida social contemporânea, é no e pelo trabalho no tráfico de drogas que essas pessoas encontram uma maneira – não se trata da única maneira – de se projetarem no futuro, de alargar as possibilidades do viver, de buscar reconhecimento, de resistir; enfim, de garantir existência.

7. NOTAS FINAIS

O povo em questão se vê de algum modo convocado a exercer sua liberdade, a se encarregar de si mesmo, a se nomear, a brotar para a vida ou, pelo contrário, a assumir sua má-fé. É intimado a fazer uma escolha, a arriscar sua existência, a se expor, a “investir em bloco suas reservas e seus recursos mais ocultos” (Fanon, 1958, p.261) – condição para alcançar a liberdade. A disposição a assumir esse risco é integralmente sustentada por uma fé inabalável no poder das massas e por uma filosofia da vontade – a de se tornar homem em meio a outros homens. (Mbembe, 2018a, p.290)

Os gritos que vociferam na cena que abre este estudo nos acompanharam ao longo destes tantos anos de pesquisa. A reverberação sonora ecoou demarcando um imperativo: uma pesquisa que se propõe estar na periferia, conversando com uma camada populacional segregada por tantas fronteiras, não poderia partir de outro ponto senão da consideração da força, da potência que a máquina mortífera do capital impõe. Se o maquinário capitalista nos mói a todas e todos, suas incidências são radicalmente diferentes nos estratos populacionais e nas vivências raciais – retomando a perspectiva adotada ao longo deste trabalho de compreensão dos termos raça e negro como um produto indissociável do capitalismo e amalgamado à noção de exclusão (Mbembe, 2018a).

Evocar a morte como produto desse maquinário é trabalhar com a radicalidade e com a urgência da necessidade de transformações. Carolina Maria de Jesus, citada tantas vezes ao longo deste texto em função das tantas ressonâncias de seus escritos com o que escutamos ao longo de nosso trabalho de campo, faleceu em 13 de fevereiro de 1977, vitimada por uma crise de asma e em completo esquecimento pelo mercado editorial. Apesar das traduções em mais de 13 idiomas e do alcance em mais de 40 países de sua primeira publicação, além de outros três livros publicados ainda em vida, um disco com composições próprias, peças de teatro e documentários sobre sua vida, Carolina morreu em contexto de pobreza, tendo retomado a atividade de catadora de papéis nas ruas para garantir a sobrevivência (Alves, 2014). Retomo este fato como forma de insistir na urgência de uma produção de conhecimento que seja tomada pelo compromisso ético de

alterações do que está estabelecido pelo status quo. Apropriando-nos da poética de Cássio Hissa (2013), é mesmo preciso ideias que encantem as palavras na dimensão de transformação.

Nesse esteio, quais transformações pensamos ser possíveis? Ou, a que serve essa pesquisa? A relevância de uma pesquisa sobre o tráfico de drogas foi colocada muitas vezes pelas pessoas com as quais nos encontramos no campo, com outros(as) pesquisadores(as), mas também por pessoas de fora do universo da academia. A despeito de produzir uma justificativa um pouco deslocada, visto que usualmente ela aparece nas sessões iniciais do trabalho, nos interessa registrar um exercício de respostas tendo como norte justamente o percurso vivenciado durante toda a pesquisa. Faremos esse exercício tentando abarcar dois sentidos: o primeiro diz de algumas incidências desta pesquisa no território e com as pessoas que encontramos em campo, e o segundo trata de pensar as contribuições possíveis para o desenvolvimento do tema no meio acadêmico.

O nível mais importante dessa resposta está mesmo nas relações iniciadas ao longo do trabalho de campo, que se estenderam para além do espaço/tempo do pesquisar (Hissa, 2013) e permitiram tecer sentidos para todo esse processo. A nosso juízo, é possível pensar em transformações se a maneira como construímos o trabalho de pesquisa estiver galgada em uma linha contínua, sem ser etapista. Se o espaço/tempo do pesquisar é feito de prazos e recortes, entendemos que o planejamento metodológico precisa encontrar maneiras de provocar continuidades. Gonçalo Tavares usa uma metáfora interessante para pensar esse processo. Para o autor, as pesquisas precisam ser como fertilizantes (Tavares & Hissa, 2011), precisam nutrir ideias, interpretações, mas também acrescentaríamos nutrir novos possíveis, novos arranjos, novas relações, novos modos de ser e fazer, trazer contribuições reais para vidas reais. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa é semente para o estabelecimento de relações de confiança que implicam em expansão de possibilidades, de trocas, de redes. A pesquisa é também semente para lançar novos saberes que contribuam para a construção de um mundo outro.

Dentro do recorte deste estudo é possível citar alguns indícios percebidos como significativos desse modo de compreensão da pesquisa. Entendemos o encontro com João, mencionado no capítulo 2 desta tese, como um desses indícios. Seu gesto de pegar o exemplar da “dissertação” para a qual ele tanto contribuiu, como forma de expressar o

valor daquele trabalho para ele, evidenciou as ressonâncias de uma pesquisa anterior e se mostrou importante para o estabelecimento dos laços de confiança da pesquisa atual. Trata-se de uma continuidade não planejada, mas que se apresenta como um devir possível, tendo em vista a maneira como ambas as pesquisas foram construídas. Um outro momento importante foi o processo de retorno ao campo para apresentar uma certa sistematização do que recolhemos durante as entrevistas. Como mencionado anteriormente, as reações à apresentação de uma breve costura de palavras sobre fragmentos da trajetória biográfica de alguns entrevistados se apresentaram como signo importante para reflexões novas por essas pessoas sobre a própria história, para selar o compromisso estabelecido entre as pesquisadoras (eu e Maria) e todos aqueles que estiveram conosco durante o trabalho de campo e para abrir possibilidades de novos relatos. Foi ainda uma possibilidade de confirmação do que estava em produção; é preciso lembrar que o tempo de produção de uma tese de doutorado é demasiado longo e que se trata de um processo completamente distanciado para a maioria dos nossos entrevistados, muitos deles ainda não sabem decifrar e reproduzir letras em forma de palavras e frases.

Em meio ao processo de realização deste trabalho, eu e Maria iniciamos um outro trabalho de pesquisa, ainda em execução, sobre os impactos psicossociais do encarceramento para familiares e egressos(as) do sistema prisional. Apesar da participação de Maria nesse projeto não estar intrinsecamente conectada a esta pesquisa de doutorado, visto que ela já era conhecida dos pesquisadores que estão à frente desse projeto, avaliamos que sua participação em outras pesquisas da universidade é fruto de um fortalecimento dos vínculos e das trocas estabelecidas com Maria e pode ser percebida também como um indício deste compromisso ético e dos modos de construção da pesquisa, tal como aqui apresentado. Fora dos muros da academia seria ainda possível mencionar inúmeras situações que se tornaram críveis a partir dos encontros da pesquisa, que formaram pontes, semearam frutos e estabeleceram trocas para outros aspectos da vida.

Posto isso, é possível avançar para o segundo sentido proposto como resposta às questões aqui colocadas e, portanto, para as possíveis contribuições ao universo acadêmico. Como bem nos mostra Pasetti (2003), a produção de conhecimento sobre a violência possui uma cartografia cujos pilares estão no desenho de um “mapa tolerância zero, associado à violência urbana e cujos primeiros esboços foram conservadores”

(p.169). Tal mapa contribui para categorizar situações, demarcar fronteiras, exercer controle, produzir desigualdades e se desdobra em políticas penalizadoras e práticas violentas com a legitimidade dos especialistas acadêmicos. A origem de tal traçado tem como ponto axiomático, a nosso ver, a consideração da base normativa jurídica, mais especificamente o binômio lícito/ilícito, e os resultados desse traçado tendem inevitavelmente a conservar e reiterar violências, ainda que possam operar tentando alargar as margens do consenso. O campo dos estudos sobre drogas pode ser revelador de tal dinâmica. Se o ponto de partida está na consideração de algumas drogas como ilícitas, não serão diminutas as produções que versam sobre prevenção, estrutura familiar, criminalidade, perigo, controle...; uma série que se produz amalgamada ao que moralmente é considerado como mal.

Bem, redesenhar esse mapa exige pontos de partida diversos, exige a produção de reflexões, práticas e experiências comprometidas com miríades libertárias, eticamente centradas e claramente intencionadas em transgredir fronteiras e construir utopias. “A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado”, nos lembra Bell Hooks (2013, p.273). O trabalho de pesquisa aqui registrado não se furta a tal intencionalidade. Debruçar-se sobre o universo do tráfico de drogas no varejo se mostra relevante caso seja possível alçar novos modos de compreensão verdadeiramente comprometidos com a urgência de superação das fronteiras da desigualdade.

Ao tomar o trabalho como categoria analítica central em uma pesquisa sobre o tráfico de drogas, nos deparamos com o pulso da vida e o seguimos. Os caminhos da pesquisa nos conduziram na percepção de que diante da agudização exploratória da experiência capitalista e da força, que por vezes parece irrefreável, da gestão da necropolítica, os trabalhadores do tráfico agem de maneira a tentar produzir e garantir alguma fresta de existência, em uma luta, de ordem absolutamente vital, por reconhecimento. Trata-se de uma tentativa de produzir existência onde a existência está negada.

Evidentemente, em se tratando de um trabalho subordinado ao capital cuja forma social deve ser compreendida considerando o tempo histórico corrente, não é possível que se faça apartado das complexidades e dos constrangimentos próprios da estratégia neoliberal. É nesse sentido que se torna possível afirmar que, na periferia, o comércio de

drogas varejista assume condições especiais no que tange à ação no mundo, conserva uma ação emancipadora ao mesmo tempo em que provoca constrangimentos. Constrangimentos que se potencializam por se tratar de um trabalho que se realiza no campo das ilegalidades. Enquanto sociedade, pelas lentes da ilicitude, desqualificamos tal trabalho, estranhamos e desfiguramos sua humanidade (Fontes, 2009). Como desdobramento concreto temos a difusão do ódio, o apelo voraz por práticas ditas “de segurança”, o aprisionamento exponencial, o genocídio “legitimado”. Aqui é importante ressaltar que não estamos afirmando que há uma violência intrinsecamente associada à ilegalidade, mas que há uma violência direcionada diretamente a esses trabalhadores, que é majorada e “justificada” como reação à execução de atividades ilegais.

De outro lado, temos também constrangimentos ligados à violência própria da dinâmica de funcionamento da organização do trabalho no tráfico de drogas, que pode ser percebida a partir de duas facetas: a primeira é que existe uma narrativa no mundo do crime que aposta na agressividade como modo de resistência, mas também como forma de reação às opressões cotidianas (Feltran, 2018). A segunda diz respeito aos conflitos próprios de um mercado que visa o lucro e que precisa ser gerido fora dos instrumentos regulatórios e em face de toda repressão estatal.

Ao final desse processo, é possível entender os argumentos desta pesquisa como uma forma de elogio a uma certa violência. De fato, pensamos ter evidenciado que há uma potência interpelativa do trabalho no tráfico, que é realizado na ilegalidade, e que há uma inteligibilidade que se faz possível a partir de um modo de fazer calcado na violência. Aqui, a cena de Menino com a arma na cintura, descrita no capítulo 6, é representativa dessa agressividade que se expressa como ameaça e também como signo de pertencimento, de visibilidade, de formas de se relacionar, de sentido coletivo, de história. De certa forma, concordamos com uma certa atualidade da teoria da violência fanoniana acerca da potência emancipatória da violência do colonizado (Fanon, 1968) e com Safatle (2015), na afirmação de uma violência produzida pela vida pulsional. “Uma sociedade cujos sujeitos não se abrem a tal violência é composta de formas de vida divorciadas do que lhes permite se mover. Nem todas as violências equivalem-se em sua destrutividade” (p.34).

Entretanto, entendemos que a proposição central aqui defendida está na percepção do trabalho no tráfico de drogas como um modo de produção de vida, como evidência de que “o homem é o produto de uma história da qual procura tornar-se sujeito” (Gaulejac, 2003, p. 34, tradução nossa)⁹¹, como uma tentativa de garantia de alguma dignidade, reiteramos, de afirmar existências.

Ao fim, chegamos a um paradoxo: se o trabalho no tráfico de drogas pode aparecer como um modo de alçar reconhecimento, ele é também substrato utilizado pelas artimanhas do poder para uma série de discursividades que sustentam e “legitimam” práticas de abjeção social. Há aqui um retorno à condição matável. Bem, a despeito de apontar soluções, sinalizaríamos para a percepção de um deslocamento que vai de um movimento que opera mortes sem que se reconheça a existência de vidas, para vidas que são reconhecidas como ilegítimas e, portanto, podem ser massacradas/aprisionadas.

Se tomamos como representação imagética o percurso de um rio, diríamos de um processo que alude não às margens que conformam o curso da água em dois lados opostos, mas à existência de uma terceira margem, que se interpõe no curso como uma possibilidade de nova conformação, mas que pode desaparecer dada a força do movimento da água.

Por derradeiro, entre os inúmeros limites deste trabalho, não poderíamos deixar de ressaltar aquele que consideramos o mais significativo, a ausência de uma discussão aprofundada sobre as questões de gênero. O trabalho de campo evidenciou a importância desse debate, que, em função das escolhas e dos recortes inerentes a toda pesquisa acadêmica, acabou por não ganhar espaço de sistematização. Por outro lado, se registramos tal limitação aqui é por considerá-la como possibilidade de desdobramentos para potenciais estudos futuros.

Significativo de registro é também o fato de que a sistematização escrita final desta tese se deu, em grande parte, durante o período – ainda em curso – da pandemia de COVID-19. Certamente, as estratégias para prevenção da transmissão da doença, notadamente o distanciamento social e o isolamento em casa, não são sem efeitos para o que se materializa nestes escritos. Como discutido nos capítulos 1 e 2, a rua e os encontros

⁹¹ Do original : «L’individu est le produit d’une histoire dont il cherche à devenir le sujet»

são lócus efervescentes de produção e transmissão de saber. Nesse sentido, o confinamento opera anestesiando potências e exigindo invenções no intento de fazer ecoar a força da vida partilhada.

À guisa de conclusão, gostaríamos de insistir na linha de continuidade que anima os estudos aos quais vimos nos dedicando, de que a despeito do imperativo sombrio que emerge do que é rejeitado socialmente, de uma gramática mortífera que ronda os espaços marginais, há sempre o que resiste à sujeição, à dominação. Percorrer os rastros dessa resistência é tentar forjar uma produção de saber à altura da força da vitalidade social.

APÊNDICE A – Hélio Oiticica



*Figura 2. Bandeira-poema Seja Marginal / Seja Herói (1968), de Hélio Oiticica.
Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.*

A bandeira-poema, “Seja marginal / Seja herói”, foi criada por Hélio Oiticica como protesto em razão do assassinato de seu amigo Cara de Cavalo por um grupo do Esquadrão da Morte. Cara de Cavalo atuava vendendo drogas e comandando o esquema de proteção ao jogo do bicho na Favela do Esqueleto, no Rio de Janeiro. Seu assassinato foi encomendado por bicheiros da localidade ao detetive Milton Le Cocq, que comandava um grupo de paramilitares composto, sobretudo, por policiais, e que conduzia execuções extrajudiciais. Na emboscada armada para o assassinato de Cara de Cavalo, uma troca de tiros atingiu o detetive Le Cocq, levando-o ao falecimento. O episódio deu início a uma caçada que transformou Cara de Cavalo em inimigo número 1 da sociedade e resultou em seu assassinato por mais de 100 disparos, dos quais 52 o atingiram. A execução fortaleceu o grupo paramilitar, que passou a ser conhecido como Scuderie Le Cocq, cuja criação

tinha como lema “aperfeiçoar a moral e servir à coletividade” (Tognolli, 2006) e resultou na execução de milhares de pessoas. A frase “bandido bom é bandido morto” tem sua origem no depoimento de um membro da Scuderia Le Cocq⁹².

⁹² Sobre a história que envolve o assassinato de Cara-de-Cavalo, a Scuderia Le Cocq e o trabalho de Hélio Oiticica, ver: Misse (2011) e Carneiro (2014)

Para "Iconografia de Massas" de Frederico Moraes ESDI

HELIO OITICICA

25/3/68

O HERÓI ANTI-HERÓI E O ANTI-HERÓI ANÔNIMO

Em começos de 1965 quando germinava a ideia de uma homenagem a Cara de Cavalo, que só veio a ~~xxxxxxxxxxxx~~ se concretizar numa obra em maio de 1966 (Bólide-caixa nº18 - B33), o meu modo de ver, ou melhor a vivência que me levou a isso foi a que defini numa carta ao crítico inglês Guy Brett (12/abril/67) como um momento ético. Como se sabe, o caso de Cara de Cavalo tornou-se um símbolo de opressão social sobre aquele que é 'marginal' — marginal a tudo nessa sociedade; o marginal. Mais ainda: a imprensa, a polícia, os políticos (Carlos Lacerda pessoalmente chefou uma "blitz" ao mesmo, aliás como já o fizera em relação a outros anteriormente) — a sujeira opressiva, em síntese, elegu Cara de Cavalo como o bode expiatório, como inimigo público nº 1 (já em 62 haviam feito o mesmo com Mineirinho e logo depois com Micu-qu, tudo isto no governo Lacerda, que se tornou símbolo da opressão social policial, inclusive com o tragico caso dos mendigos afogados, etc.). Cara de Cavalo foi de certo modo vítima desse processo — não quero, aqui, isenta-lo de erros, não quero dizer que tudo seja contingência — não, em absoluto! Pelo contrario, sei que de certo modo foi ele proprio o construtor do seu fim, o principal responsável pelos seus atos. O que quero mostrar, que originou a razão de ser de uma homenagem, é a maneira pela qual essa sociedade castrou toda a possibilidade da sua sobrevivência, como se fora ele uma lepra, um mal incurável — imprensa, polícia, políticos, a mentalidade morbida e canalha de uma sociedade baseada nos mais degradantes princípios, como é a nossa, colaboraram para torna-lo o símbolo daquele que deve morrer, e digo mais, morrer violentamente, com todo requinte canibalesco (o motivo chave para isso foi o assassinato, numa luta, do detetive ~~xxxxxx~~ LeCoq, do Esquadrão da Morte, organização policial que envergonharia qualquer sociedade de carater, composta de policiais assassinos e degradados, que ate hoje milita por ai com outras pessoas e outros nomes). Ha como que um gôzo social nisto, mesmo nos que se dizem chocados ou sentem 'pena'. Neste caso, a homenagem, longe do romantismo que a muitos faz

parecer, seria um modo de objetivar o problema, mais do que lamentar um crime sociedade x marginal . Qual a oportunidade que têm os que são , pela sua neurose auto-destrutiva, levados a matar, ou roubar, etc., Pouca, ou seja, a sua vitalidade, a sua defesa interior, a sobrevivência que lhes resta, porque a sociedade mesmo, baseada em preconceitos, numa legislação caduca, minada em todos os sentidos pela máquina capitalista consumitiva, cria os seus ídolos anti-heróis como o animal a ser sacrificado.

Já outra vivência sobrevém à do ídolo anti-herói, ou seja, a do anti-herói anônimo, aquele que, ao contrário de Cara de Cavalo, morre guardando no anonimato o silêncio terrível dos seus problemas, a sua experiência, seus recalques, sua frustração (claro que herói anti-herói, ou ~~xxxixo~~ anônimo anti-herói, são, fundamentalmente a mesma coisa; essas definições são a forma com que seus casos aparecem no contexto social, como uma resultante) — o seu exemplo, o seu sacrifício, tudo cai no esquecimento como um feto parido. Numa outra obra (Bólido-caixa nº 21 -B44 - 1966/67), quis eu, através de imagens pláticas e verbais exprimir essa vivência da tragédia do anonimato, ou melhor da incomunicabilidade daquele que, no fundo, quer comunicar-se (o caso que me levou à vivência foi o do marginal Alcir Figueira da Silva, que ao se sentir alcançado pela polícia depois de assaltar um banco, ao meio dia, jogou fora o roubo e suicidou-se). Porque o suicídio ? Que diabólica neurose (aliás tão shakesperiana) o teria levado a preferir a morte à prisão ? Uma esperança perdida, o desespero dessa perda, mas qual perda? Uma idéia, sei lá se certa ou não, me veio : seria isto a busca da felicidade (aqui entendida como segurança, afeto, tudo o que envolveria a falta que ocasionou essa neurose) ??? Mas, deixemos esse problema para nosso querido Hélio Pellegrino.

O certo é que tanto o ídolo, inimigo público nº 1, quanto o anônimo são a mesma coisa : a revolta visceral, auto destrutiva, suicida, contra o contexto social fixo ("status quo" social) . Esta revolta assume , para nós, a qualidade de um exemplo — este exemplo é o da adversidade em relação a um estado social : a denúncia de que há algo podre, não nêles, pobres marginais, mas na sociedade em que vivemos. Aqui isto aparece no plano visceral e imediato . Num outro plano, mais geral e com outras

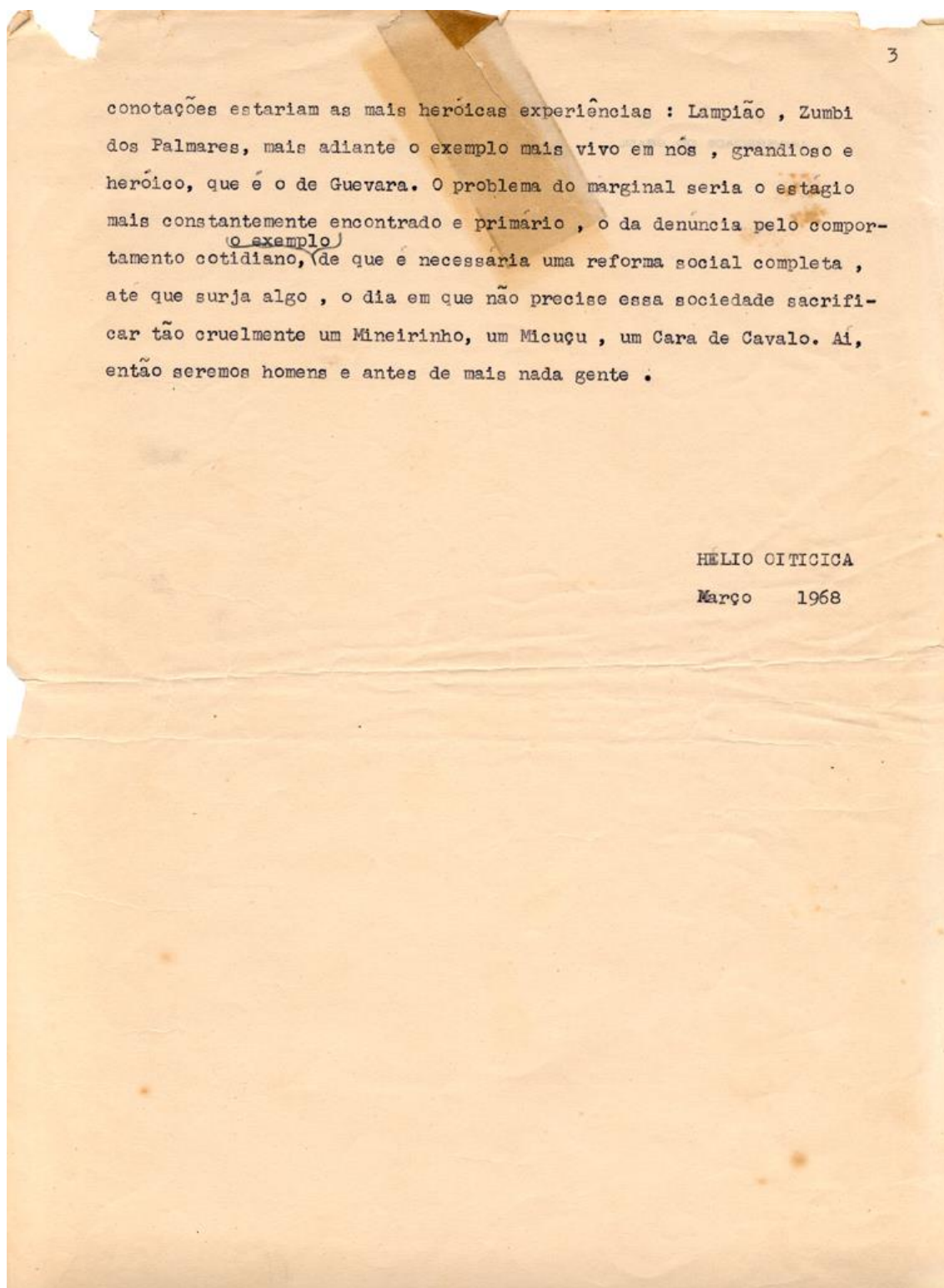


Figura 3. O Herói Anti-Herói e o Anti-Herói Anônimo, de Hélio Oiticica.
Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.

Texto apresentado para a exposição “O Artista Brasileiro e Iconografia de Massa”, organizada por Frederico Moraes e pela Escola Superior de Desenho Industrial e realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro-MAM/RJ.

REFERÊNCIAS⁹³

- Agamben, G. (2014). *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua* (2ª ed, H. Burigo, trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Alexander, M. (2017). *A nova segregação: Encarceramento em massa na era da neutralidade racial* (P. L. Z. Davoglio, trad.). São Paulo: Boitempo.
- Almeida, D. T. de, & Amaral, T. V. F. (2017). Drogas: paradoxos no campo do trabalho. *Psicologia em Revista*, 23(1), 374-386. <https://doi.org/10.5752/p.1678-9563.2017v23n1p374-386>
- Almeida, S. L. de. (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- Alves, U. F. (2014). Introdução. In C. M. de Jesus (Org.), *Diário de Bitita* (p. 7-11). São Paulo: SESI-SP editora.
- Alves, Y. D. D. (2015). *Jamais fomos zumbis: Contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo*. (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- Amado, G. (2005). Implicação. In J. Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Lévy (Orgs.), *Dicionário de Psicossociologia* (p. 281-286). Lisboa: Climepsi Editores.
- Amaral, T. V. F. (2014). *Vamos à atividade do dia: O acerto de contas no trabalho do tráfico de drogas varejista*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- André, J. (2001). Entre angústia e desamparo. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 4(2), 95-109. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982001000200008>
- Antunes, R. (1997). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Petrópolis: Cortez Editora.
- Antunes, R. (2020, 25 de julho). *Mundo do trabalho, pandemônio e pandemia*. [Vídeo]. Aula da disciplina Política e Trabalho no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Instituto de Economia da Unicamp.
- Anzaldúa, G. E. (2004). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. *Revista Estudos Feministas*, 8(1), 229-236.
- Araújo, J. N. G. (2001). *O desejo e o outro: A dialética do reconhecimento em Hegel*. Belo Horizonte: Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

⁹³ De acordo com o estilo da *American Psychological Association* (APA).

- Ashforth, B. E., & Kreiner, G. E. (1999). "How can you do it?": Dirty work and the challenge of constructing a positive identity. *Academy of Management Review*, 24(3), 413-434.
- Badiou, A. (2012). *A hipótese comunista* (M. Echalar, trad.). São Paulo: Boitempo.
- Balibar, É. (1992). Exclusion ou lutte des classes. In *Les frontières de la démocratie*. Paris: La Découverte.
- Balibar, É., & Wallerstein, I. (1997). *Race, nation, classe: Les identités ambiguës*. Paris: La Découverte.
- Barros, V. A. de, & Carreteiro, T. C. (2014). Intervenção Psicossociológica. In Pedro Bendassoli & L. A. Soboll (Orgs.), *Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho: Clínicas do trabalho* (p. 101-128). São Paulo: Atlas.
- Barros, V. A. de, & Lhuillier, D. (2013). Marginalidade e reintegração social: o trabalho nas prisões. In L. O. Borges & L. Mourão (Orgs.), *O trabalho e as organizações: Atuações a partir da Psicologia* (p. 669-694). Porto Alegre: Artmed.
- Barros, V. A. de, Silva, A. K. V. da, & Vandeveldde-Rougale, A. (2019). Prison. In *Dictionnaire de sociologie clinique* (p. 479-482). Toulouse: ERES. <https://doi.org/10.3917/eres.vande.2019.01.0479>
- Barros, V. A., & Silva, L. R. (2002). A pesquisa em História de Vida. In I. . Goulart (Org.), *Psicologia do trabalho e organizacional: Teoria, pesquisa e temas correlatos* (1ª ed, p. 133-146). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bastos, F. I. P. M. (2017). *III levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT. Recuperado de <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>
- Batista, F. M., & Rissim, A. (2003). A transição nutricional no Brasil: Tendências regionais e temporais. *Cadernos de Saúde Pública*, 2(19), 181-191.
- Beato, C. C. (1998). Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(37), 74-87.
- Beato, C. C. (2001). Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(5). pp.1163-1171. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000500017>
- Birman, J. (1999). A dádiva e o outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 9(2), 9-30.
- Boltanski, L., & Chiapello, E. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.

- Bondía, L. J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 46-49. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>
- Booth, C. (1902). *Life and labour of the people in London*. Londres: Macmillan and Co. Limited.
- Bringel, B., & Varella, R. V. S. (2014). *Pesquisa militante e produção de conhecimento: O enquadramento de uma perspectiva*. Recuperado de <http://universidademovimentosociais.wordpress/artigos/>
- Butler, J. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Entrevista concedida a Baukje Prins e Irene Costera. *Revista Estudos Feministas* [online], 10(1), 155-167.
- Butler, J. (2011). Vida precária. *Contemporânea: Revista de Sociologia da Ufscar*, 1(1), 13-33.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (1ª ed.; S. T. de N. Lamarão, trad., 1ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018a). Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes. In R. Melo (Trad.), *Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo: Editora Unesp.
- Butler, J. (2018b). *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia* (1ª ed.; F. S. Miguens, trad., 1ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: Os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Caillé, A. (2007). *La quête de reconnaissance*. Paris: Éditions La Découverte/M.A.U.S.S.
- Caldeira, T. P. do R. (2011). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (3ª ed.). São Paulo: Editora 34.
- Carcanholo, M. (2017). *Capital e fetichismo: Historicidade, classes sociais e luta de classes*. [Vídeo]. Aula ministrada no Curso Livre Marx-Engels. São Paulo: TV Boitempo.
- Cardoso, R. C. L. (1986). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In R. C. L. Cardoso (Org.), *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa*. (4ª ed, p. 95-106). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Carneiro, B. S. (2014). Caracara cara de cavalo. *Verve*, 25, 47-71.
- Carneiro, H. (2013). Prefácio. In M. Tiburi & A. C. Dias (Orgs.), *Sociedade fissurada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carreteiro, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72.

- Carreteiro, T. C. (2019). Événement. In A. Vandeveld-Rougale, P. Fugier, & V. de Gaulejac (Orgs.), *Dictionnaire de sociologie clinique* (p. 272-274). Toulouse, France: Éditions Érès.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas [CEBRID]. (2005). *II levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudos envolvendo as 108 maiores cidades do país*. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre drogas psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. Recuperado de <https://www.cebrid.com.br/wp-content/uploads/2014/10/II-Levantamento-Domiciliar-sobre-o-Uso-de-Drogas-Psicotropicas-no-Brasil.pdf>
- Cefaï, D. (2010). *L'engagement ethnographique*. Paris: Editions EHESS.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Costa, G. M. (2007). Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? *Revista Eletrônica Científica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas*, 1(2).
- Dardot, P., & Laval, C. (2010). *La nouvelle raison du monde*. Paris: La Découverte.
- Davis, A. (1997, 13 de dezembro). *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Conferência realizada na Jornada Cultural Lélia Gonzales, 1. São Luiz, Maranhão.
- Dejours, C. (2007a). Introduction au dossier. *Travailler*, 18(2), 7-16. <https://doi.org/10.3917/trav.018.0007>
- Dejours, C. (2007b). Psychanalyse et psychodynamique du travail: ambiguïtés de la reconnaissance. In A. Caillé (Org.), *La quête de reconnaissance. Nouveau phénomène social total* (p. 58-70). Paris: Éditions La Découverte/M.A.U.S.S.
- Dejours, C. (2013). *Travail vivant 2: Travail et émancipation*. Paris: Payot & Rivages.
- Depenne, D. (2013). *Distance et proximité en travail social: les enjeux de la relation d'accompagnement*. (Collection Actions Sociales/Référence). Sous la dir. de Stéphane Rullac: ESF Éditeur.
- Devulsky, A. (2016). Estado, racismo e materialismo. *Margem Esquerda: Revista da Boitempo*, 27, 25-30.
- Dumet, T. (2016). La reproduction des savoirs. *Éducation permanente*, 209(décembre), 9-20.
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- Engels, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ed. rev., B. A. Schumann, trad.). São Paulo: Boitempo.

- Enriquez, E. (1990). *Da horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social* (T. C. Carreteiro & J. Nasciutti, trads.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Escohotado, A. (1996). *Historia elemental de las drogas*. Barcelona: Anagrama.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da Terra*. (J. L. Melo, trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* ((R. da Silveira, trad.). Salvador: EDUFBA.
- Faria, A. A. C. (2009). *Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Fassin, D. (2014). Compaixão e repressão: A economia moral das políticas de imigração na França. *Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia da USP*, 15, 1-26. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.2467>
- Fassin, D. (2016). *La razón humanitaria: Una historia moral del tiempo presente*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Favret-Saada, J. (2005). Ser afetado. *Cadernos de Campo*, 13, 155-161.
- Feffermann, M. (2006). *Vidas arriscadas: O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico* (1ª ed). Petrópolis: Vozes.
- Feltran, G. D. S. (2018). *Irmãos: Uma história do P.C.C.* São Paulo: Companhia das Letras.
- Fernandes, F. (2017). *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular.
- Ferreira, H. S. (2000). *Desnutrição: magnitude, significado social e possibilidade de prevenção*. Maceió: EdUFAL.
- Ferreira, H. S., Cavalcante, S. A., & Assunção, M. L. de. (2010). Composição química e eficácia da multimistura como suplemento dietético : revisão da literatura. *Ciência e Saúde Coletiva*, 15(Supl.2), 3207-3220.
- Federação das Indústrias de Minas Gerais [FIEMG]. (n.d.). *Cartilha de Integração – Unidade Integrada SESI/SENAI de Santa Luzia*. Sistema FIEMG.
- Fischer, B., Rehm, J., Irving, H., Ialomiteanu, A., Fallu, J.-S., & Patra, J. (2010). Typologies of cannabis users and associated characteristics relevant for public health: a latent class analysis of data from a nationally representative Canadian adult survey. *International Journal of Methods in Psychiatric Research*, 19(2), 110-124. <https://doi.org/10.1002/mpr.307>

- Flórez-Salamanca, L., Secades-Villa, R., Hasin, D. S., Cottler, L., Wang, S., Grant, B. F., & Blanco, C. (2013). Probability and predictors of transition from abuse to dependence on alcohol, cannabis, and cocaine: Results from the National Epidemiologic Survey on Alcohol and Related Conditions. *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 39(3), 168-179. <https://doi.org/10.3109/00952990.2013.772618>
- Fontes, V. (2003). Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. *Revista eletrônica de estudos latinoamericanos*, 1(3), 40-57.
- Fontes, V. (2008). Marx, expropriações e o capital monetário: notas para o estudo do capitalismo tardio. *Revan: Crítica Marxista*, 26, 9-31.
- Fontes, V. (2009). Determinação, história e materialidade. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(2), 209-229. <https://doi.org/10.1590/s1981-77462009000200002>
- Fontes, V. (2020). *Crise do coronavírus ou crise do capitalismo?* Brasil: TV Boitempo. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=YvwS9oAyhUU>
- Fontes, V., & Miranda, A. C. (2014). Pensamento crítico e as populações do campo, da floresta, das águas e... das cidades. *Tempus: Actas de saúde coletiva*, 8(2), 305-316.
- Foster, J. B. (2005). *A ecologia de Marx: Materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Foucault, M. (1977). *O nascimento da clínica* (R. Machado, trad.). Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. (13^a; M. T. da C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, trans.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1992). *O que é um autor?* (161p.) (Coleção Passagens). Lisboa: Vega
- Foucault, M. (2010). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)* (2^a ed.; M. E. Galvão, trad.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Fraser, N. (2017). Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler. *Idéias*, 8(1), 277. <https://doi.org/10.20396/ideias.v8i1.8650019>
- Freire, P. (1978). *Cartas a Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freud, S. (1913). Totem e tabu. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas, volume 11: Totem e tabu, história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1915). A repressão. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1939)*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Freud, S. (1926). Inibição, sintoma e angústia. In P. C. de Souza. (Trad.), *Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas, volume 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (p. 13-123). São Paulo: Companhia das Letras.
- Fundação Abrinq. (n.d.). Observatório da Criança e do Adolescente. Recuperado de <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/sobrevivencia-infantil-infancia/620-taxa-de-mortalidade-infantil-para-cada-mil-nascidos-vivos?filters=1,234>
- Galeano, E. (1989). *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM.
- Gaulejac, V. (2003). Malaise dans la transmission. *Empan*, 50(2), 32-37. <https://doi.org/10.3917/empa.050.0032>
- Gaulejac, V. de. (2014). *A neurose de classe: Trajetória social e conflitos de identidade* ((M. B. de Medina & N. Takeuti, trads.). São Paulo: Via Leterra.
- Geertz, C. (1978). Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In C. G. *A interpretação das culturas* (p. 13-41). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Global Financial Integrity [GFI]. (2017). *Transnational crime and the developing world*. Washington: Global Financial Integrity. Recuperado de https://secureservercdn.net/45.40.149.159/34n.8bd.myftpupload.com/wp-content/uploads/2017/03/Transnational_Crime-final.pdf
- Geraldo, M. F. (2014). A construção da identidade de jovens negros do Palmital. *Revista Arquivo Brasileiro de Educação*, 2(3), 38-53.
- Goulart, A. T. (2003). Desconstruindo a “Cajuína”: uma leitura do texto-canção de Caetano Veloso. *Scripta*, 7(13), 35-34.
- Guéguen, H. (2014). Reconnaissance et légitimité: Analuse du sentiment de légitimité professionnelle à l’aune de la théorie de la reconnaissance. *Revue Vie Sociale*, 8(4), 67-82.
- Guéguen, H., & Malochet, G. (2012). *Les théories de la reconnaissance*. Paris: La Découverte.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Harding, S. (1986). *The Science question in feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço* (C. Szlak, trad.). São Paulo: Annablume.

- Harvey, D. (2013). *Para entender O Capital* [Livro I] (R. Enderle, trad.). São Paulo: Boitempo.
- Hegel, G. W. F. (1992). *Fenomenologia do espírito* (P. Meneses & K.-H. Effen, trads.). Petrópolis: Vozes.
- Hilário, L. C. (2016). Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere aude*, 7(12), 194-210. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/viewFile/11813/9735>
- Hissa, C. E. V. (2013). *Entrenotas: Compreensões de pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais* (L. Repa, trad.). São Paulo: Editora 34.
- Honneth, A. (2018). *Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento* (R. Melo, trad.). São Paulo: Editora Unesp.
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade* (M. B. Cipolla, trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Hugues, E. C. (1996). *Le regard sociologique*. Paris: EHESS
- Hulsman, L., & Celis, J. (1997). *Penas perdidas: O sistema penal em questão*. Niterói: LUAM Editora.
- Infopen. (2019). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Dezembro de 2019*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional. Recuperado de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaWZWI2MmJmMzYtODA2MC00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmIyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSectionb520cc726db6179d4e81>
- Infranca, A. (2014). *Trabalho, indivíduo, história: O conceito do trabalho em Lukács* (1ª ed.; C. Basílico & S. Bernardinis, trads.). São Paulo: Boitempo.
- Jaumont, J., & Varella, R. V. S. (2016). A pesquisa militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. *Revista Direito e Práxis*, 7. <https://doi.org/10.12957>
- Jesus, C. M. de. (2014). *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (10ª ed.). São Paulo: Editora Ática.
- Jobert, G. (2014). *Exister au travail: les hommes du nucléaire*. Toulouse, France: Érès.
- Kalumba, K. M. (2004). Sage philosophy: Its methodology, results, significance, and future. In K. Wiredu (Ed.), *A companion to african philosophy* (p. 274-281). Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd. <https://doi.org/10.1002/9780470997154.ch20>

- Karam, M. L. (2012). Por que o modelo proibicionista ainda avança? In C. Magalhães, V. Mattos, & J. L. Q. Magalhães (Orgs.), *Desconstruindo práticas punitivas*. Belo Horizonte: Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade/Cress 6ª região.
- Kellog, P. U. (1911). *The Pittsburgh Survey*. Princeton: Charities Publication Committee.
- Kopper, M. (2014). Nos limites da intervenção: A antropologia crítica de Didier Fassin. *Mana*, 20(2), 355-370. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132014000200006>
- Lapassade, G. (2005). Observação participante. In E. Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Levy (Orgs.), *Dicionário de Psicossociologia* (p. 287-299). Lisboa: Climepsi Editores.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2004). *Vocabulário da Psicanálise* (4ª ed; P. Tamen, trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Le Floch, M-C. (2008). Une relecture du sale boulot. Entre une division morale et une division sociale du travail éducatif. *Pensée Plurielle*, 18(2), 31-48.
- Legrand, M. (1993). *L'approche biographique*. Paris: Hommes et Groupes.
- Legrand, S. (2004). Le marxisme oublié de Foucault. *Actuel Marx*, 2(36), 27-43.
- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. (2006, 24 de agosto). Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repr. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm
- Lhuillier, D. (2005a). Le “sale boulot”. *Travailler*, 2(14), 73–98. Recuperado de <https://www.cairn.info/revue-travailler-2005-2-page-73.htm>
- Lhuillier, D. (2005b). Trabalho. In E. Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Levy (Orgs.), *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Lhuillier, D. (2009). Travail du négatif, travail sur le négatif. *Education Permanente*, 2(179), 39-58.
- Lima, S. R., Bueno, S., Iván, L., Olaya, V., Pedro, H., & Machado, H. G. (2017). *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP_atlas_da_violencia_2017_relatorio_de_pesquisa.pdf http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf
- Losurdo, D. (2011). Como nasceu e como morreu o “marxismo ocidental”. *Estudos de Sociologia*, 16, 213-242.
- Lukács, G. (2012). *Para uma ontologia do ser social I* (C. N. Coutinho, M. Duayer, & N. Schneider, trans.). São Paulo: Boitempo.

- MacRae, E., & Vidal, S. S. (2006). A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: Dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. *Revista de Antropologia*, 49(2).
- Malinowski, B. (1976). *Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanesia* (Vol. 43). São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K. (2011). *O capital* [Livro 1]: *Crítica da economia política: o processo de produção do capital* (1ª ed; R. Enderle, trad.). São Paulo.
- Marx, K. (2017). *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira* (N. Schneider & M. Echalar, trads.). São Paulo: Boitempo.
- May, T. (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos* (3ª ed; C. A. Silveira, trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Mbembe, A. (2018a). *Crítica da razão negra* (S. Nascimento, trad.). São Paulo: N-1 Edições.
- Mbembe, A. (2018b). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições.
- Melossi, D. (2014). Primeira parte. In D. Melossi & M. Pavarini (Orgs.), *Cárcere e fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)* (2ª ed, p. 29-148). Rio de Janeiro: Revan: ICC.
- Melossi, D., & Pavarini, M. (2014). *Cárcere e fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI - XIX)* (S. Lamarão, trad.). Rio de Janeiro: Revan: ICC.
- Mendes, J. M. de O. (2003). Perguntar e observar não basta, é preciso analisar : algumas reflexões metodológicas. *Oficina do CES*, 194(27). Recuperado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11056>
- Mészáros, I. (2003). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Michelot, C. (2005). Pedido. In Jacqueline Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Levy (Orgs.), *Dicionário de Psicossociologia*2 (p. 300-304). Lisboa: Climepsi Editores.
- Misse, M. (2011). Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia Política*, 19(40), 13-25.
- Molinier, P. (2008). A dimensão do cuidar no trabalho hospitalar: abordagem psicodinâmica do trabalho de enfermagem e dos serviços de manutenção. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 33(118), 06-16. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572008000200002>
- Molinier, P. (2010). Souffrance, défenses, reconnaissance. Le point de vue du travail. *Nouvelle revue de psychosociologie*, 10(2), 99-110.

- Mombaça, J. (2017). *Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala*. Recuperado de <http://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>
- Moura, C. (2014). *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois.
- Nazário, R. de O. (2010). *O processo de periferização na RMBH: Um estudo sobre os conjuntos habitacionais de Santa Luzia – MG*. (Monografia). Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Nazário, R. de O., & Andrade, L. T. de. (2010). Da favela para o conjunto: a periferia no entorno da nova cidade administrativa de Minas Gerais. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 17(21), 79-101.
- Neto, E. R. B. (2012). O quem das coisas: etnografia e feitiçaria em les mots, la mort, les sorts. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 235-260. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100010>
- Oiticica, H. (1968a). BANDEIRA-POEMA [Seja Marginal, seja Herói] (Programa Hélio Oiticica). *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras* (Verbete da). São Paulo. Recuperado de <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2638/bandeira-poema>
- Oiticica, H. (1968b). O Herói Anti-Herói e o Anti-Herói Anônimo [Exposição: “O Artista Brasileiro e Iconografia de Massa”] (Programa Hélio Oiticica). *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. Recuperado de <https://www.itaucultural.org.br/programaho/>
- Oliveira, F. (2011). Contos kafkianos. In R. Cabanes, I. Georges, C. Rizek, & V. da S. Telles (Orgs.), & F. Ferrone & C. Rizek (Trads.), *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo.
- Olivier de Sardan, J. P. (1995). La politique du terrain. Sur la production des données en anthropologie. *Enquête: les terrains de l'enquête*, 1, 71-109.
- Oruka, H. O. (1990). *Sage philosophy: Indigenous thinkers and modern debate on african philosophy*. Leiden: E. J. Brill.
- Passeti, E. (2003). *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez.
- Pelbart, P. P. (2008). *Vida e morte em contexto de dominação biopolítica: O fundamentalismo contemporâneo em questão*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP.
- Perlongher, N. (1987). A produção do êxtase no circuito da droga. Trabalho apresentado no II Congresso Internacional sobre Toxicomanias. I Congresso Brasileiro sobre Consumo de Drogas., 16. São Paulo.

- Plataforma Brasileira de Política de Drogas. (2018). *Droga é caso de política: coalização de candidaturas pela reforma da política de drogas*. São Paulo: Plataforma Brasileira de Política de Drogas. Recuperado de <http://pbpd.org.br/publicacao/guia-de-bolso-para-debates-sobre-politica-de-drogas/>
- Potiron, M. (2015). Psychodynamique de la reconnaissance au travail et identité. *Le Carnet PSY*, 193(8), 27-33. <https://doi.org/https://doi.org/10.3917/lcp.193.0027>
- Quesnay, F. (1983). *Quadro econômico dos fisiocratas* (J. G. V. Netto, trad.). São Paulo: Abril Cultural.
- Renault, E. (2007). Reconnaissance et travail. *Travailler*, 18(2), 119-135. <https://doi.org/https://doi.org/10.3917/trav.018.0119>
- Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. (2016, 24 de maio). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Recuperado de <http://bit.ly/2fmmKeD>
- Ribeiro, A. M. M. (2000). Sociologia do narcotráfico na América Latina e a questão camponesa. In A. M. M. Ribeiro & J. A. S. Iulianelli (Orgs.), *Narcotráfico e violência no campo* (p. 23-59). Rio de Janeiro: Koinonia/DP&A.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando.
- Roche, P. (2007). Les défis de la proximité dans le champ professionnel. *Nouvelle revue de psychosociologie*, 3(1), 63. <https://doi.org/10.3917/nrp.003.0063>
- Roche, P. (2016). *La puissance d'agir au travail: Recherches et interventions cliniques*. Toulouse, France: Éditions Érès.
- Rodrigues, T. (2004). *Política e drogas nas Américas*. São Paulo: EDUC: FAPESP.
- Rodriguez, A., Ferreira, R., & Arruda, A. (2011). Representações sociais e território nas letras de funk proibido de facção. *Psicologia em Revista*, 17(3), 414-432.
- Rosa, G. (2001). *Grande sertão: Veredas* (20ª ed). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Rui, T. (2012). *Corpos abjetos: Etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas.
- Rusche, G., & Kirchheimer, O. (1984). Punishment and social structure. In E. G. Méndez (trad.), *Pena y estructura social*. (Coleção Pensamento Jurídico) Bogotá: Editorial Temis Librería.
- Safatle, V. (2015). *O circuito dos afetos: corpos políticos. desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify.
- Sales, M. A. (2007). *(In)Visibilidade perversa, Adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez.

- Sant'Anna, D. B. (2001). *Corpos de passagem: Ensaio sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Santos, S. M. dos. (2012). *Polícia preventiva: Avaliação do processo de implementação do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco no aglomerado Palmital em Santa Luzia – Minas Gerais*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Santos, J. C. (2014). Prefácio à edição brasileira. In D. Melossi & M. Pavarini (Orgs.), *Cárcere e fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)* (p. 5-9). Rio de Janeiro: Revan: ICC.
- Sato, L., & Souza, M. P. R. de. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000200003>
- Schwartz, Y. (2004). Ergonomia, filosofia e exterritorialidade. In D. François (Org.), *A ergonomia em busca de seus princípios: Debates epistemológicos* (p. 141-180). São Paulo: Editora Edgarrrd Biücher.
- Schwartz, Y. (2005). Transmissão e ensino: do mecânico ao pedagógico. *Pro-Posições*, 3(48).
- Schwartz, Y. (2009). Produzir saberes entre aderência e desaderência. *Educação Unisinos*, 13(3), 263-373.
- Schwartz, Y. (2010). Trabalho e uso de si. In Y. Schwartz & L. Derrive (Orgs), *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana* (2ª ed. rev, p. 191-204). Niterói: EdUFF.
- Schwartz, Y. (2011). Manifesto por um ergoengajamento. In P. Bendassoli & L. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (p. 132-166). São Paulo: Atlas.
- Schwartz, Y. (2016a). Abordagem ergológica e necessidade de interfaces pluridisciplinares. *ReVEL*, 11, 93-104.
- Schwartz, Y. (2016b). *O conceito de atividade no princípio da cooperação transdisciplinar II*. Conferência apresentada no Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares - IEAT/ UFMG, Belo Horizonte, 27 de outubro.
- Schwartz, Y., & Durrive, L. (2010). *Trabalho e ergologia: Conversas sobre atividade humana* (2ª ed). Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Schwartz, Y., & Durrive, L. (2015). *Trabalho e ergologia II: Diálogos sobre a atividade humana* (M. M. Z. Vianna, trad.). Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Silva, G. R. (2011). *Formas de produção do espaço periférico metropolitano: Um estudo sobre São Benedito na região metropolitana de Belo Horizonte*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- Silva, L. F. da C. e. (2011). *Cidade limpa, cidade suja: Biopolítica e fascismo nas culturas urbanas contemporâneas*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Urbi Centros II, Maceió, 27 de setembro a 1 de outubro.
- Singer, P. (1968). *Desenvolvimento econômico e evolução urbana (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife)* (p. 199-270). São Paulo: Nacional, Ed. USP.
- Somarriva, M. M., Valadares, M. G., & Afonso, M. R. (1984). *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes.
- Sousa, N. S. (1983). *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Souza, J. (2011). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Souza, M. L. (2005). As drogas e a questão urbana no Brasil: a dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In I. E. Castro, P. C. C. Gomes, & R. L. Corrêa (Orgs.), *Brasil: questões atuais da reorganização do território* (p. 419-468). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (S. R. G. Almeida, M. Feitosa, & A. Feitosa, trans.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Tavares, G. M. (2006). *Breves notas sobre ciência*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Tavares, G. M., & Hissa, C. E. V. (2011). De arte e ciência: o golpe decisivo com a mão esquerda. In C. E. V. Hissa (Org.), *Conversações: De artes e de ciências*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Telles, V. da S. (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Thébault, J. (2018). La transmission professionnelle en situation de travail. *Formation emploi*, 141(Janvier-Mars).
- Tognolli, C. J. (2006, maio 31). Justiça confirma extinção da Scuderie Detetive Le Cocq. *Revista Consultor Jurídico*. Recuperado de [https://www.conjur.com.br/2006-mai-31/justica_confirma_extincao_scuderie_detetive_le_cocq#:~:text=A Scuderie foi oficialmente fundada,auto-intitulados “irmãozinhos”](https://www.conjur.com.br/2006-mai-31/justica_confirma_extincao_scuderie_detetive_le_cocq#:~:text=A%20Scuderie%20foi%20oficialmente%20fundada,auto-intitulados%20%E2%80%9Cirm%C3%A3ozinhos%E2%80%9D).
- Ulmann, A. L. (2011). De l'immersion à la construction des données. Une démarche de type ethnographique pour comprendre le travail. In G. Le Meur & M. Hatano (Orgs.), *Approches pour l'analyse des activités* (p. 187-222). Paris: L'Harmattan.
- Ulmann, A. (2014). O trabalho na creche a partir do invisível. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(spe1), 119-128. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p119-128>
- United Nations International Children's Emergency Fund [UNICEF] (2001). *Situação da infância brasileira*. Brasília: UNICEF Brasil.

- United Nations Office on Drugs and Crime [UNODC] (2020). *World drug report 2020* (United Nations publication, Sales No. E.20.XI.6). Viena: United Nations. Recuperado de <https://wdr.unodc.org/wdr2020/index.html>
- Vaz, H. C. de L. (2001). *Escritos de filosofia VI: Ontologia e história*. São Paulo: Edições Loyola.
- Velho, G. (2005). Apresentação à edição brasileira. In M. L. de Oliveira (Trad.), *Sociedade da esquina = Street corner society: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada* (p. 9-14). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Whyte, W. F. (2005). *Sociedade da esquina = Street corner society: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada* (L. de Oliveira, Marcia, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Zaluar, A. (1985). O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva. In *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza* (2ª ed, p. 9-32). São Paulo: Brasiliense.
- Zaluar, A. (1998). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Zaluar, A. (2012). Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. *Dados*, 55(2), 327-365. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000200003>
- WHO. (2002). *The world health report 2002*. Genebra: World Health Organization. Recuperado de <https://www.who.int/whr/2002/en/>

ANEXO A – Justificativa de ausência do TCLE

O uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) se interpõe como uma problemática para pesquisas que têm como principais participantes pessoas que se envolveram em algum tipo de atividade ilegal, como é o caso do projeto em tela. Como já constatado em pesquisa anterior (Amaral, 2014) e por outros investigadores do campo das drogas ilícitas (Zaluar, 1985; Ribeiro, 2000; MacRae & Vidal, 2006; Feffermann, 2006; Roche, 2007), as investigações no campo do tráfico de drogas demandam tempo e construção de relações de extrema confiança. Conforme apontam MacRae & Vidal (2006, p.659):

no caso de entrevistas com criminosos, muitas vezes procurados pela polícia, como traficantes de drogas, parece surrealista pedir que assinem ou forneçam identificação datiloscópica em um documento atestando seu consentimento livre e esclarecido. Mesmo nos casos em que pesquisadores muito hábeis têm conseguido documentos desse tipo, isso só se dá após uma longa permanência no campo e muitas vezes com o entendimento de que o entrevistado vá utilizar uma assinatura falsa – procedimentos que parecem contrariar a letra da Resolução.

É importante ressaltar que, no cotidiano dos participantes desta pesquisa, a assinatura de qualquer papel sempre esteve associada à validação de documentos que dariam origem a um processo penal. Para além da assinatura e, portanto, da responsabilização por crimes que realmente cometeram, no universo do tráfico de drogas no varejo são inúmeras as vezes que uma pessoa precisa assumir crimes praticados por outrem ou mesmo cumprir condenações em função de uma acusação por policiais ou mesmo para não descumprir acordos dentro da organização de trabalho. Ainda que o TCLE seja um documento de posse exclusiva dos participantes e dos responsáveis pela pesquisa, se trata de um documento que poderia ser configurado como prova de envolvimento com uma atividade ilegal. Nesse sentido, a produção desse documento comportaria ainda uma violação ao princípio “Nemo tenetur se detegere”, o direito de não produzir provas contra si mesmo, consagrado no inciso LXIII do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1998 (BRASIL, 1988). Sendo assim, estaríamos infringindo uma outra normativa e gerando riscos pela possibilidade de instauração de um processo condenatório, justamente por meio do documento que tem como principal finalidade a proteção e a garantia de princípios éticos durante o processo de pesquisa.

Considerando os objetivos propostos para esta pesquisa, o contexto onde ela será realizada e o desenho metodológico traçado, compreendemos que a assinatura do TCLE poderá trazer maior insegurança aos participantes e poderá colocar em risco a confiança estabelecida em momento prévio. Perante os desafios éticos que perpassam a temática desta pesquisa, temos como eixo basilar o respeito ao outro em sua dimensão de alteridade. Entendemos que é somente o reconhecimento do outro em sua alteridade, portanto, em sua singularidade, que pode nos conduzir a uma relação potencialmente ética. O reconhecimento da alteridade implica em uma eterna habilidade de percepção do outro, sem dominá-lo, “sem degradar sua condição humana” (Sant’Anna, 2001, p.101).

Como forma de garantir a ação consciente e livre dos participantes de pesquisa, entregaremos a todos os entrevistados documento informativo sobre a pesquisa incluindo todas as informações previstas para consentimento da participação. Contaremos ainda com a participação de uma liderança comunitária do território investigado, que estará conosco em todo o processo da pesquisa, inclusive em todas as entrevistas que serão realizadas, garantindo assim maior clareza nas relações estabelecidas.

ANEXO B – Documento de Informações ao Participante de Pesquisa

Prezado(a),

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa de doutorado, intitulado **“Trabalho e reconhecimento social no trabalho do tráfico de drogas varejista”**. Os objetivos da pesquisa são analisar a relação trabalho e reconhecimento social, bem como compreender as relações sociais e a construção de sentidos no trabalho no campo do tráfico de drogas em varejo. Para tal, utilizaremos entrevistas. Cada entrevista terá duração de, em média, 2 horas. Os riscos de participação nesta pesquisa se referem a uma possível fadiga mental ou desconforto advindos de lembranças desagradáveis que podem ocorrer durante uma entrevista. Entretanto, os participantes terão liberdade de interromper, adiar ou recusar sua participação no percurso investigativo a qualquer momento. Como benefícios, espera-se que a pesquisa produza saberes sobre o trabalho no tráfico de drogas varejista, favorecendo a construção de políticas públicas mais eficazes e novas formas de tratamento dos conflitos sociais condizentes com o respeito à dignidade humana. As informações pessoais do participante são sigilosas, de forma que não serão publicadas em hipótese alguma. Não haverá registro de áudio e imagem. Não faremos registro por escrito, em nenhum material de anotação, de nomes ou dados pessoais que possam ser expostos no caso de qualquer eventualidade. Sendo assim, qualquer informação gerada, inclusive sobre atividades consideradas ilícitas, será guardada sem qualquer identificação do(a) participante. Destacamos que serão realizados procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade de todas as informações geradas na pesquisa. Os materiais produzidos ficarão arquivados por um período de cinco anos, no Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais, onde somente as pesquisadoras terão acesso a eles. Após esse tempo serão destruídos. Para participar do estudo, você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados danos provenientes da pesquisa, você terá assegurado o direito à indenização. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP/UFMG). O COEP poderá ser contatado caso haja quaisquer dúvidas éticas em relação à pesquisa. As pesquisadoras responsáveis estão disponíveis para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Pesquisadoras responsáveis

Thaísa Vilela Fonseca Amaral – Doutoranda – (31) 98818-3821

Vanessa Andrade de Barros – Professora orientadora – (31) 98355-5885

COEP – Comitê de Ética em Pesquisa/COEP - UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha Unidade Administrativa II – 2º andar – sala 2005
CEP: 31270-901- Belo Horizonte - Minas Gerais coep@prpg.ufmg.br– (31) 3409-4592

ANEXO C – Resumo Substancial em Língua Francesa (Résumé Substenciel en Langue Française)

«Nous existons, à quoi cela se destine-t-il?»: le travail et la reconnaissance dans le trafic de drogues au détail.

Introduction

Le registre de cette thèse commence dans une image. Il s'agit de la permanence d'une scène vécue dans la ville de São Paulo en 2017. Par la fenêtre d'un appartement, au centre-ville, je voyais un homme de 30 ou 40 ans à peu près, noir, à genoux sur le muret du viaduc. Autour de l'appartement, un écho sonore intense venait des fenêtres voisines, des gens qui s'alternaient à crier: Saute! Cette scène a duré deux ou trois heures. Avec l'assistance des pompiers, l'homme a quitté le viaduc en vie et tous les autres sont rentrés chez eux, sous les résonances de ce désir meurtrier qui traverse l'expérience humaine.

Des innombrables questions qui me sont traversées pendant et après cette scène, une d'entre elles s'est inscrite d'une façon plus prolongée. Comment serait-ce possible maintenir la vie où les manifestations du moi sont toujours capturées par l'Autre comme un impératif d'anéantissement? La jonction de l'image de l'homme sur le muret avec la présence sonore d'une moyenne classe qui exècre toute sa haine annihilante s'est mise, à son tour, à mon expérience dans le champ de la violence urbaine avec les personnes que j'ai connues dans de prison et/ou dans le cadre du commerce de drogues illicites.

Dans le confinement des prisons ou dans les charbonnages du trafic de drogues, la dramatique qui s'impose en démarquant la lutte pour la vie m'a toujours attiré l'attention. Pendant la recherche pour le master, je me suis engagée sur le point des règlements de comptes dans le trafic et c'était en traversant la myriade meurtrière qui compose le règlement de comptes que j'ai trouvé l'ampleur de la tâche inscrite sur une relation de labeur avec des résonances significatives pour la structure d'une organisation du travail ainsi que pour la conquête de signes comme le prestige et le respect qui se

consolident en des dynamiques de reconnaissance. J'ai donc signalé un paradoxe: il semble être à partir d'une activité de travail qui parfois comprend justement la soustraction de la vie d'un autre que le travailleur du trafic trouve sa signature et qu'il se fait être perçu.

Sur les traces de ces découvertes et avec la considération du caractère dramatique d'un travail qui combine le rejet social avec la possibilité d'être la destinée pour l'existence de ceux qui le réalisent, je vise dans cette recherche comprendre le lien entre le travail et la reconnaissance sociale dans le trafic de drogues au détail.

Soutenue par les perspectives cliniques du travail et par le pilier d'une approche d'inspiration ethnographique du travail, j'ai saisi une certaine errance en tant qu'instrument méthodologique. Le premier pas a été d'établir des partenariats avec des personnes que j'ai rencontrées au long de mes études dans le champ de la prison. Je souligne ici le rôle de Maria, qui habite au Conjunto Palmital, quartier localisé dans la région périphérique de Santa Luzia, zone métropolitaine de Belo Horizonte et qui est aussi une leader communautaire. Avec sagesse, empathie et disponibilité, Maria a construit, vécu et analysé avec moi tout le processus méthodologique de cette recherche. Avec elle je suis partie à la quête d'entretiens avec les sujets qui occupent et construisent telle communauté avec des expériences directes ou indirectes dans le trafic de drogues. Sans aucun plan figé, la notion d'implication - telle que présentée par la Psychosociologie - a été apportée au centre comme une puissante source de connaissance. J'ai interviewé 26 personnes qui étaient ou ont été impliqués dans le trafic, des mères et des épouses dont les enfants et les maris étaient ou ont été impliqués dans le trafic, y compris une habitante du quartier qui, au moment de l'entretien occupait un poste du pouvoir législatif municipal. Avec engagement, j'ai observé, pas pour décrire ce que je voyais mais plutôt pour me permettre d'être affectée. J'ai parié sur la connaissance qui s'est produite au déroulement de ces rencontres. Les notes prises sur le carnet de bord ont constitué un outil important.

Pendant 12 mois je marchais chaque semaine dans le Conjunto Palmital. L'origine du quartier est intrinsèquement associée à la politique d'extinction des favelas de la ville de Belo Horizonte et aux grandes inondations qui ont atteint la ville à la fin des années 70 et début des années 80. La catastrophe a laissé des centaines de familles sans abri. Elle

s'est configurée en tant qu'un scénario propice à l'enlèvement des favelas de la région centrale de Belo Horizonte et le déplacement des habitants aux communes périphériques autour de la ville.

Le Conjunto Palmital est connu par la violence du quartier, lieu de plusieurs conflits entre des groupes différents de commerçants de drogues illicites. Des facteurs historiques, socio-économiques, géographiques et culturels sont constamment listés par les habitants des régions voisines, par des académiciens, et même par les autorités publiques comme explication des hauts indices de violence y observés. Concrètement, telles explications contribuent aux ségrégations.

Après ce bref panorama pour contextualiser la recherche, nous passerons à la présentation du cadre d'analyse. Dans le processus de réduction inhérent à la production d'un résumé, on met en évidence trois axes principaux d'analyse, qui structurent la thèse, à savoir: 1) la production de savoirs à propos du travail dans le trafic de drogues; 2) la production d'une valeur différentielle des êtres humains pour l'administration de la couche de la population considérée indésirable et; 3) le lien entre le travail et la reconnaissance dans le trafic de drogues au détail. Le matériel de terrain a été enlevé pour privilégier l'essentiel des réflexions et conclusions théoriques.

1. La production de savoirs à propos du travail dans le trafic de drogues

En nous soutenant aux approches cliniques du travail, on part du présupposée primordial que la compréhension du travail exige des analyses faites à partir de ce qui est saisi aux situations concrètes de travail. Si d'un côté le contexte d'illégalité du terrain étudié ne nous a pas permis vivre vastement et en proximité les pratiques quotidiennes et intrinsèques aux activités de travail du trafic de drogues au détail, de l'autre la production de savoirs sur l'expérience du travail en ce contexte a toujours été au centre de nos interrogations.

Qu'est-ce qui se transmet dans les activités de trafic de drogues au détail? Quels actes sont transmis des uns aux autres? Quelles compétences et quels savoirs? Quels

débats de normes et valeurs sont en jeu? Comment cette transmission se passe-t-elle? Comment le contexte d'illégalité affecte le partage des savoirs professionnels?

Obscurcies par une voie de compréhension unique, les analyses sur les processus de transmission dans le trafic de drogue semblent résister à un entendement qui se réalise en termes d'un savoir-faire, une appréhension des efforts laborieux et des habiletés professionnelles nécessaires à cette activité. Nous savons que l'analyse de la manière dont se construisent les savoirs en ce travail est vraiment accompagnée d'un grand défi, surtout en ce qui concerne les «savoirs investis» (Schwartz & Durive, 2015) venus de l'expérience. D'un autre côté, c'est justement la variabilité des contextes dans lesquels la transmission du trafic de drogues se réalise qui nous permet une proximité des pratiques sociales et des exercices de ce métier par diverses facettes.

La rue doit être comprise en tant que lieu où un savoir se transmet. Le mode dont les structures des activités quotidiennes du trafic rencontre ses points d'attachements aux trames urbaines se croise avec les pratiques sociales, se produit et se soutient aux sociabilités locales. (Telles, 2010). La gestion du trafic déborde vers la vie locale et implique tous ceux qui vivent autour, d'une façon ou d'une autre, en ce qui est considéré en tant que «normes de la procédure» ou les «lois du trafic». Ces normes concernent par exemple les manières dont les conflits sociaux sont résolus, soient-ils relatifs à la gestion du commerce – tel est le cas des dettes contractées à travers la vente de drogues qui ne sont pas payées au moment de l'achat ou dans le délai établi – ou même les conflits familiaux qui gagnent la scène publique, comme le cas où un jeune alcoolique qui agresse son père, un homme âgé, après qu'il lui refuse de l'argent pour acheter des breuvages. Dans les deux situations, les solutions présentées passent forcément par une discussion interne à l'organisation du trafic.

Cette teneur des règles, aperçue en une conjoncture historique bien définie, expose toute sa puissance d'organisation, une construction protocolaire qui anticipe et qui encadre, qui codifie et prescrit (Schwartz, 2011). Les intitulées «lois du trafic» sont pour ce contexte laborieux une économie d'expériences qui se prétendent tant qu'une structure propitiatoire d'anticipations (Amaral, 2014).

L'absence de manuels et de protocoles de prescriptions pour les activités du trafic incident de manière à devenir difficiles le registre formel des tâches exécutés et la

maintenance d'un certain patrimoine d'anticipations qui, comme partie d'un héritage, permet être perpétué en différentes générations. Et pourtant, comme nous avertissait Schwartz (2010, p.208, traduction libre), «les limites d'une situation de travail ne sont jamais descriptibles, elles sont imprécises»⁹⁴, donc, une définition complète de compétences ajustées aux situations de travail est impossible. La capacité micro récréative des sujets en situation laborieuse, le procès constant et infini de renormalisations ne nous laisse pas reculer devant cette impossibilité et soutiennent la nécessité constante de reconfigurer les compétences et, évidemment, la transmission continue des savoirs qu'y sont développés.

Malgré un espace/temps protocolaire de formation et donc, d'un dispositif formel qui fonctionne de manière à faire circuler le patrimoine de savoirs, le système de répartition des tâches et les hiérarchies de l'organisation du travail du trafic sont des lieux fondamentaux de la chaîne de transmission. Il est intéressant de souligner le rôle des enfants et des adolescents qui ne font pas encore partie de cette organisation, mais qui exécutent quelques tâches simples, qu'on appelle «des faveurs». À partir du moment où l'on confie à autrui une tâche ou une gamme de tâches, on insère à ce jeu un héritage, une circulation de différents types d'expériences et de connaissances, on ouvre ainsi la possibilité de rapprochement des savoirs investis en l'activité. Il y a encore la circulation de savoirs qui se matérialise à travers des chansons, des soirées et en plusieurs éléments culturels locaux.

En ce sens-là, ce que nous trouvons dans le contexte du trafic de drogues, comme dans d'autres contextes de travail, est une énorme variabilité des modalités de transmission des savoirs professionnels et aussi une diversité de dispositifs utilisés. Quoique ces modalités et dispositifs ne rencontrent pas des lieux et des instruments plus ou moins formels, son expression rencontre la condition de réalisation dans la participation des acteurs y impliqués.

Si on peut considérer, par exemple, le livre en tant qu'objet support, en tant qu'une condition objective pour un procès de diffusion des savoirs, on dirait donc que la capillarité des actions du trafic de drogues dans la trame sociale rencontre dans la rue sa

⁹⁴ De l'original consulté: "os limites de uma situação de trabalho não são jamais descritíveis, eles são imprecisos".

matérialité, un objet support qui permet une certaine transmission. Soit-il dans le champ de l'action technique, soit dans le cadre de l'action scientifique, savoir lire la rue semble être vraiment une condition *sine qua non* pour la production (et saisie) des savoirs à propos de ce métier.

2. La production d'une valeur différentielle des êtres humains pour l'administration des indésirables.

Les déambulations au long de la communauté, les histoires de vie que nous avons écouté pendant les entretiens, les échanges établies, les origines du quartier, les affections ne nous obligent-ils à prêter attention à certains marqueurs sociaux. Concrètement, l'écho produit par les cris de la scène racontée au début du texte ont aussi eu une réverbération intense parmi les marches y réalisées. Un impératif d'annihilation s'impose et traverse la vie des habitants à tout moment et s'ouvre à des interrogations à propos des possibles marqueurs d'existence, et plus spécifiquement pour les effets que cet impératif produit aux dynamiques de reconnaissance.

Sur absolument toutes les interviews réalisées il y a un flux narré qui égale les vies y vécues soit au terme «ordure», soit à l'expression «monsieur tout-le-monde⁹⁵». Parfois les deux termes apparaissent pour faire référence plus claire aux actions policières dans la communauté, et parfois pour la forme de mauvais traitement des politiques publiques en général (les centres de santé, les écoles, les centres de référence, etc), ou encore pour localiser une dynamique de classe et, donc, à la forme dont ils se sentent aperçus par la population de couches sociales plus élevées. Des vies qui sont réduites à la condition « d'ordure » et de « monsieur tout-le-monde ». Des vies marginales, excédentes à la dynamique du capital, la clientèle préférée des unités de prison.

Marx (1867/2011) signalait déjà que dans le procès du capital la contention de la lutte de classes se réalise à travers une ségrégation forcée. Le progrès des techniques, le développement des machineries et l'automatisation de parties du procès de travail

⁹⁵ Au sens de ceux qui ne sont rien.

résultent en une croissance vertigineuse de cette masse de superflus avec des effets encore plus dramatiques pour ses conditions d'existence.

Malgré la grande accumulation du travail mort inhérent à la façon dont le capital se développe, il est su que la vitalité de la force de travail est incontournable pour le fonctionnement du système capitaliste. D'un autre côté, les conditions économiques instaurées par le néolibéralisme, les politiques d'austérité, les réductions des droits sociaux, les chiffres qui comptabilisent les morts par les mains d'agents d'État, entre plusieurs autres éléments, ne nous laisse pas reculer face à la nécessaire considération d'un monde où la mort avance par rapport à la vie (Almeida, 2018). C'est ce que Mbembe (2018b) nous indique comme la forme contemporaine de soumission de la vie. Selon cet auteur, le corps superflu s'inscrit par la voie de la nécropolitique, en l'ordre du pouvoir.

Ainsi que «crypte vivante du capital»⁹⁶ (p.21, traduction libre), le terme noir, selon Mbembe (2018a), est une création synonyme à l'exclusion. Il s'agit de représenter de ce qui est abominable et dégradé, de ce qu'on pourrait synthétiser en l'image du sujet superflu, écarté du corps social et qui mobilise, d'après Fassin (2016), des divisions morales et idéologiques, bases d'une politique de l'inégalité. Pour lui (2016), on pourrait parler d'une coexistence entre la politique d'inégalité et celle de la solidarité. La première circonscrite à la dimension du biopouvoir, où les vies sont définies par rapport à celles qui ont pouvoir sur elles, et la deuxième signale à une perspective de reconnaissance de l'autre en tant qu'un égal qui provoque de la compassion (Kopper, 2014). Dans l'administration de ces corps superflus, l'introduction des sentiments moraux apparaît comme mesure pour l'exercice d'un gouvernement humanitaire.

On pourrait comprendre le Conjunto Palmital tel qu'un lieu de condensation et conservation de cette coexistence politique. Un endroit de mauvaise réputation – comme la ville colonisée fanonienne –, stéréotypé en tant que «Chaudron de l'Enfer» à cause de la zone chaude et conflictuelle dont la responsabilité se retombe actuellement sur les épaules de ceux qui composent le commerce de drogues, lieu de saleté et de précarité qui expriment l'absence de considération dans la reconnaissance de ses habitants en tant que des vies, des citoyens de droits.

⁹⁶ De l'original consulté : “crypta viva do capital”.

Le Conjunto Palmital est aussi lieu de pratiques et de dispositifs d'actions assistantielles, organisées et distribuées soit de manière plus institutionnalisée, soit de manière plus indépendante – le travail effectué par les églises et les centres religieux, ONG's et des actions indépendantes exécutées par des conseillers municipaux et même par des habitants locaux. Il s'agit d'actions qu'on comprend à la structure du champ de la solidarité avec son importante visée en ce qui concerne la garantie le moindre face à la précarité structurelle et à l'absence de politiques de bien-être social, mais aussi avec son incidence fragile comme possibilité réelle d'altérer les conditions de vie de la population qui y habite et de la garantie de droits.

D'une certaine façon, cette visée d'une raison humanitaire (Fassin, 2016) semble conserver une force de travail vivante, qui se maintient en «réserve» et qui, même si ressentie d'incidences d'expropriation de droits et de ressources en niveaux incroyables, satisfait la fonction d'alimenter la logique de production du capital en opérant usuellement sur les trames de l'informalité ou sur les «subtiles frontières du légal-illégal»⁹⁷ (Telles, 2010, traduction libre), mais aussi à travers la mouvementation du champ des emplois indirects, comme ceux qui concernent les politiques sociales et les terrains de recherche et production de la pensée sur les *misères du monde*, parmi d'autres. On en parle de la reconnaissance de certaines vies, mais par la perspective de la compassion, ce qui résulte donc, en une sphère extrêmement fragile en ce qui concerne l'intégration sociale, économique, culturelle, éducationnelle et de santé. Il s'agit d'une «existence mythologique» (Fontes, 2003), une masse de la population que nous savons où elle se trouve, dont nous connaissons ses problèmes, mais pourvu que ses manifestations soient maintenues dans une virtualité, à distance et protégés de quelques intérêts dans le champ politique-économique, qui mobilisent des valeurs morales ou humanitaires déterminées (Fassin, 2016).

À la rencontre entre le «travail mort» dans la production de valeur et le «travail de mort» de la politique, nous pourrions ajouter ici la production d'une autre valeur, envisagé sur l'économie morale et dont le résultat apparaît sur la valeur différentielle des êtres-humains, base pour le fonctionnement de l'acharnement néolibéral.

⁹⁷ De l'original consulté : “tênuas fronteiras do legal/ilegal”

Si, d'un autre côté cette même masse de la population, est comprise en tant qu'une masse d'indésirables ou une masse dont l'intelligibilité passe par des corps qui pèsent Butler (2019), sans aucune valeur politique-économique, le glissement de la compassion envers la répression s'effectue sans de problèmes majeurs (Fassin, 2014). Ici, les attentions se tournent vers les manifestations de violences qui rendent possible que la lutte contre l'autre soit traversée par des arguments de «défense» (Fontes, 2003). Nous sortons ainsi de la perspective de compassion pour entrer dans le champ de la répression (Fassin, 2014).

En ce point, la dimension de l'exclusion assume des airs encore plus dramatiques, en formant un cadre d'abjection sociale, en exigeant la production d'une corporalité spécifique, un type social qui sera le cible d'actions de répression et enfin en imposant des problématiques diverses à la dynamique de la reconnaissance.

Nous comprenons que, dans l'imaginaire social, les sujets impliqués dans le commerce de drogues au détail peuvent occuper, fortuitement, une configuration d'abjet. Les travailleurs du trafic sont considérés «les ennemis publics numéro un» dans le corps social, ils sont signes de dangerosité. Ce sont des sujets qui seront identifiés par un trait individuel: sous une approche «psychologique-morale», parfois ils sont inclus dans un cadre diagnostique associé à la psychopathie/perversion, parfois ils sont vus comme possesseurs d'une inscription déterminante d'une défaillance morale. Tant que construction discursive généralisante, la promotion moraliste/pathologique de la drogue s'étend pour se concentrer sur les sujets, elle produit des corporalités marquées par la transgression, corporalités inacceptables, dans la mesure sur laquelle elles désorganisent la structure sociale, corporalités qui doivent être cible de marginalisation et/ou d'élimination, par l'emprisonnement ou par la mort (Almeida & Amaral, 2017).

Si, dans la conjonction des affections et des valeurs, la compassion s'inscrit en tant que sentiment par excellence sur le traitement avec la population plus pauvre, en ce qui concerne les trafiquants de drogues, on vérifie que les sentiments manifestés ne sont pas les mêmes, ils sont plutôt la peur, le dégoût, l'insécurité, la haine.

Les travailleurs du trafic menacent l'ordre et l'intégrité morale de la société, ils offensent le sens moralement rassurant de la normativité bourgeoise. Ils occupent des espaces produits par ceux qui ne rencontrent pas de place dans les territoires délimités par

la loi et par l'inclusion économique (Silva, 2011). Comme ils le sont imaginés, ces sujets évoquent les limites symboliques, corporels et moraux, ils présentent des identifications «radicalement inhabitées» (Butler, 2002, p.15). C'est dans ce sens de méprisable, répulsif et menaçant que ces sujets peuvent être considérés abjects. Ce qui les caractérise/typifie/catégorise justifie les interventions pour son contrôle ou pour l'élimination de l'espace de la vie partagée, ce qui rend plus difficile sa reconnaissance en tant que ressemblants. Même s'ils se présentent en tant qu'éléments du champ normatif, ils se montrent éliminés des identifications qui pourraient les faire partie de ce champ. Sous cette perspective, les travailleurs du trafic se présentent en tant que sujets qui se situent, surtout, comme objet de dispute politique, sans que ses expériences soient reconnues ou que n'importe quelle expression discursive propre soit légitimée (Almeida & Amaral, 2017).

3. À propos du lien entre le travail et la reconnaissance dans le trafic de drogues au détail.

Être hors des cadres, de ce qui est considéré intelligible, légitime et légal, ou, on le pourrait dire, être sur le parapet du mur ou face à un déclencheur impose des saturations, toutefois, il ne s'agit pas d'une réduction des êtres à condition du néant et au même temps des existences complètement exclues du champ politique et donc, séparées de position sociale. Si d'une part, nous les transformons en objets, en nombres, (dans un univers sans fin de statistiques et de classements), nous tuons cet Autre «ennemi», comment se garantie-t-il une forme d'existence? Quels marqueurs rendent possible une reconnaissance ontologique pour celui qui est du côté exterminable? Ou encore, sous quelles conditions pratiques une vie abjecte se rend-elle possible? Sous quelles conditions pratiques l'existence est garantie quand on est condamné à la mort, encore en vie?

Dans le champ du trafic de drogues au détail, on considère la dimension du travail un opérateur privilégié pour y penser une voie aux questions posées. Si la reconnaissance de soi par l'autre est fondamentale pour la construction d'identité du sujet, Lhuillier (2005) affirmera que « Le travail est bien la scène où se poursuit cette quête identitaire qui pousse

le sujet à créer et à manifester et faire reconnaître sa singularité à travers ses pratiques »(p.212, traduction libre)⁹⁸.

Pendant les entretiens conduits au recherche de terrain ce qui nous a attiré l'attention a été l'insistance avec laquelle des commentaires sur les motivations qui ont conduit ces personnes-là au début des activités dans le trafic surgissaient. Pour les interrogés dont l'insertion au commerce de drogues s'est arrivée vers les années 80 et le début des années 90, l'entrée au trafic s'est passé en fonction «*de la nécessité*», le trafic se présentait comme une forme de gérer des revenus, le moyen de subsistance, en un moment du plus grand étranglement sur le champ du travail formel voire même informel. Pour les interrogés qui composent la génération des ans 2000 en avant, les éléments mentionnés en tant que motivation pour s'insérer dans le trafic ne se connectaient pas aux situations vécues dans le moment, même pas à des situations vécues en périodes précédentes, ils ne se rapportaient pas à une «*nécessité*» – comme c'était le cas de la génération précédente – mais comme forme d'avoir accès à des objets de consommation considérés de grande valeur – des vêtements, des chaussures, des motos, etc.

Ce qui a été rencontré dans recherche de terrain est en accord avec les interprétations des données ethnographiques décrites dans la littérature précédemment, d'autre part, il y a une dimension qui nous convoque à travailler à partir d'un autre point de vue, dû à la fréquence dont il apparaît. Il s'agit justement de la marcation intense d'un fait, d'un événement qui scelle le moment d'insertion dans le trafic de drogues.

Le récit sur le moment d'entrée au trafic de drogues dévoile un passage qui comporte la valeur d'un événement. Prenons ici le terme événement dans sa dimension conceptuelle proposée par Alain Badiou (2012), en tant que ce qui rompt la stabilité, rompt avec l'état d'une situation en fonction d'une «procédure de vérité» qui subvertit ce qui existait avant. Pour l'auteur, «un événement ouvre la possibilité de ce qui, du strict point de vue de la composition de cette situation ou de la légalité de ce monde, est proprement impossible» (Badiou, 2012, p.79, traduction libre)⁹⁹.

⁹⁸De l'origine consulté : “O trabalho é o cenário onde se desenvolve esta procura de identidade que leva o sujeito a criar e a manifestar e a fazer reconhecer a sua singularidade através das suas relações”.

⁹⁹ De l'original consulté : “um acontecimento abre a possibilidade daquilo que, do estrito ponto de vista da composição dessa situação ou da legalidade desse mundo, é propriamente impossível”

Nous comprenons que le point de passage qui marque l'insertion dans le trafic de drogues comporte une radicalité mise en évidence par nos interviewés sur la dimension d'un événement dévoile une situation d'impuissance qui ouvrira une vie à la recherche de reconnaissance. Non obstant les expériences d'humiliation diverses affrontées tous les jours, les insécurités sociales et les procès d'exclusion presque inhérent à la vie, le moment qui anticipe l'insertion dans le trafic de drogues est marqué par un excès, quelque chose qui déborde les ressources possibles de support et d'affrontements, quelque chose qui fait effondrer les structures construites jusqu'alors, quelque chose qui désaide et qui exige donc la composition d'un nouveau récit de soi.

La situation de désaide, nous apprend Freud (1930/2010), nous oblige à recomposer la structure du récit essentiel à la vie. Dans ce sens, Freud nous aide à penser cette recomposition des possibles présente sur les récits que nous avons écoutés dans notre recherche de terrain. Nous comprenons que l'insertion dans les activités du trafic de drogues se réalise au milieu d'un passage, au transit entre légalités-illégalités/légitimité-illégitimité, dont le moteur est sur une expérience de désaide. Le moteur qui propulse une opération d'agencement, qui impose une nécessité d'agir, qui rassemble des forces vivantes qui s'opposent à la mort. Aux résonances du «Monsieur tout-le-monde», de l'«ordure», semble interposer une possibilité d'engagement en un réaliser, en la production d'un nom, en la quête de la reconnaissance qui permette atteindre la dimension de l'*être quelqu'un*.

Nous aimerions soutenir que les expériences d'injustice/humiliation rapportées en tant que points de passage (dans la transition légalité/illégalité), des marques pour l'insertion dans le trafic de drogues au détail, peuvent être lues à partir du point de la problématique de la désaide et de la quête la reconnaissance. Si, d'une part, les attentes échouées de reconnaissance abandonnent le sujet, sur la mesure qu'elles font écrouler les confirmations tellement attendues de l'Autre, de l'autre part, elles peuvent être source de mobilité, opérer en tant que cause d'un agir autrement, peut-être comme résistance en une lutte, absolument vitale, par reconnaissance.

Alain Caillé (2007) soutient que toutes les luttes de classe, celles d'hier et celles d'aujourd'hui sont, de quelque sorte, des luttes par la reconnaissance, vu que les inégalités

sociales sont vécues comme une attaque à l'identité, à la capacité d'agir et à la possibilité de se sentir membre de la société.

Nous comprenons que le scénario laborieux se présente en tant que lieu précieux pour penser la reconnaissance. Avec Dejours (2013) nous avons appris que les modes d'expression de la reconnaissance au travail se réalisent à travers deux formes de jugement: le jugement d'utilité et le jugement de beauté, relatifs, respectivement à l'utilité sociale et à l'appropriation créative d'une activité de travail et que les conditions sociales et organisationnelles de reconnaissance remettent à la nécessité d'existence d'un collectif de travail dont l'implication et confiance permettent une véritable coopération.

Nous comprenons que l'organisation du travail dans le trafic de drogues au détail rassemble des facteurs importants pour la construction de sens à propos du réaliser, le partage des règles de travail largement diffusées intérieurement et extérieurement à l'organisation du travail, l'existence d'un collectif de paires connectés dans un contexte de vie similaire, les conditions de légitimation et jugement des paires de façon plus horizontales et le partage de références d'identification.

Il s'agit d'un scénario qui, selon nous, comporte des éléments significativement différents par rapport aux autres activités laborieuses qui sont accédées par la population plus pauvre. Un contexte de travail où les paires se reconnaissent, mutuellement, comme similaires. Un contexte de travail qui contient des signes propres au milieu où il se réalise, qui possède un langage propre et partagé. Un contexte de travail qui supposément apporte une possibilité de prospérité, d'appartenance et d'un nom largement connu (voire les surnoms qui gagnent considérablement expression dans le milieu). Dans ce sens, nous comprenons le trafic de drogues au détail en tant que lieu privilégié, comme nous avons appris de Lhuillier (2005b), où se développe cette quête de l'identité¹⁰⁰

Il est important de souligner que nous ne disons pas que le trafic se présente comme le contexte laborieux où des relations de vraies reconnaissances sont mieux développées. Il s'agit avant de considérer comment les caractéristiques de cette organisation de travail semblent correspondre, au moins en un premier moment, aux

¹⁰⁰ Identité ici comprise en tant qu'un procès, toujours en mouvement, accompagnée de la notion d'altérité et non pas comme un résultat final, stable, comme un produit. (Dejours, 2013)

expectatives de reconnaissance clairement échouées dans des différentes expériences annoncées par nos interviewés.

Dans ce sens, il est possible affirmer qu'à la périphérie le commerce de drogues au détail assume des conditions spéciales en ce qui concerne l'action dans le monde, elle conserve une supposée action émancipatoire et en même temps provoque de la gêne. Évidemment, en s'agissant d'une activité qui est basée sur le champ de l'inégalité, il y a un conflit massif avec les stigmates du métier. Nous comprenons le contexte laborieux du trafic de drogues dans le champ du sale boulout (Hugues, 1996; Lhuilier, 2009). Deux menaces nous semblent proéminentes dans le sens d'interpellation plus grande aux travailleurs de ce métier: 1) la drogue en tant que objet ambivalent, signe de plaisir et de détérioration, objet de contamination et de peur, mais aussi représentation de l'adrénaline, du courage et d'excitations; 2) l'exercice quotidien de la violence, qui inscrit la mort et ses résonances comme un élément toujours présent.

Cette double menace inscrit des répercussions psychologiques complexes, au-delà des répercussions sociales propres aux activités qui se réalisent dans l'inégalité et exige que les travailleurs construisent des cadres symboliques de légitimité. Pourtant, nous sommes d'accord avec Le Floch (2008) en considérant que le sale boulout doit être vu en tant qu'un instrument d'analyse de dimension variable. Le Floch (2008) note une variation en ce qui peut être considéré sale au sein d'un secteur professionnel et qui peut acquérir une dimension de valeur en autre secteur. En ce qui concerne les activités dans le trafic, ce que nous observons c'est que, parfois, ce qui est justement vu socialement avec des airs moralement répugnants, à partir d'épurations sera objet de valorisation. L'exercice de la violence extrême, l'imputation de la mort, par exemple, en même temps qu'elle porte une forte confrontation avec le réel, qui est objet de résonances fantasmatiques, peut être aussi moyen de preuve des compétences du travailleur, signe de reconnaissance. C'est au sein du collectif des travailleurs insérés dans l'exercice de ce métier que peuvent être tissés les sens de ce travail. La fragilité de ces trames montre son expression, à la fois, quand quelque chose fait vaciller les mécanismes de défense tellement bien tricotés dans cette gestion symbolique. Au centre des récits sur les motivations qui ont conduit au mouvement de sortie du trafic de drogues sont les situations qui fragilisent la position du travailleur face au collectif.

Pour tout ce qui a été exposé, nous oserions affirmer que le travail dans le trafic de drogues se présente, en ce contexte étudié, comme une voie pour se faire exister, ou on dirait de garantir une petite possibilité d'existence dans le croisement imposé par les «exigences pulsionnelles et existentielles et des déterminismes sociaux » (Lhuillier, 2005, p.218, traduction libre)¹⁰¹. Une voie consonante avec la forme dont s'organise le travail en notre temps historique et par conséquent, avec la production subjective résultante.

Nous insistirions, inspirés en Castoriadis (1982), qu'avec la nécessité, le désir d'instaurer une vie de dignité – dignité bien entendue ici en sa dimension de modes de vie propres à la dynamique valorative néolibérale – le travail dans le trafic de drogues se présente en tant qu'une tentative de garantir l'existence, d'affirmation d'un pouvoir d'agir (Roche, 2016). Pour finaliser, nous signalerions que face aux contradictions, violations, et violences de la vie sociale contemporaine, c'est au et par le travail dans le trafic de drogues que ces gens-là rencontrent une façon – il ne s'agit pas d'être la seule –, de se projeter au futur, d'élargir les possibilités de la vie, de chercher la reconnaissance, de résister et, d'enfin, garantir son existence.

¹⁰¹ De l'original consulté: “exigências pulsionais e existenciais e pelos determinismos sociais”.